



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

CAROLINA DA SILVA COSTA

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SUL MATO-GROSSENSE: O CONFLITO ENTRE
INDÍGENAS E FAZENDEIROS NA TERRA ÑANDE RU MANRAGATU**

**CAMPO GRANDE
2017**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

CAROLINA DA SILVA COSTA

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SUL MATO-GROSSENSE: O CONFLITO ENTRE
INDÍGENAS E FAZENDEIROS NA TERRA ÑANDE RU MANRAGATU**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação –
Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul (UFMS), área de concentração: Mídia e Representação Social;
Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes.

**CAMPO GRANDE
2017**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CAROLINA DA SILVA COSTA

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SUL MATO-GROSSENSE: O CONFLITO ENTRE
INDÍGENAS E FAZENDEIROS NA TERRA ÑANDE RU MANRAGATU**

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação “Narrativas Jornalísticas: o conflito entre índios e fazendeiros na Terra Ñande Ru Marangatu”, elaborada por Carolina da Silva Costa como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Campo Grande, MS, 13 de abril de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof.^a. Dra. Marcia Gomes Marques
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dr. Geraldo Vicente Martins
Universidade Federal de Mato Grosso DO Sul - UFMS

Agradecimentos

Várias pessoas contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação, direta ou indiretamente. A todas elas, registro minha gratidão.

Agradeço em especial aos meus pais Aparecida Angélica da Silva Costa e Ronaldo Rodrigues da Costa e a toda a minha família, por todo amor e apoio sem o qual não seria possível a realização desta dissertação.

Agradeço em particular ao Prof. Dr. Mário Fernandes, pela orientação, dedicação e parceria ao longo do processo. Seus ensinamentos, paciência, e confiança foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Turma de Mestrado em Comunicação 2015, e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pelas trocas de conhecimento, críticas, contribuindo para o amadurecimento científico e a construção dos meus alicerces. Um agradecimento em especial ao ‘grupo do fundão’, pelo companheirismo, amizade e ensinamentos: sem dúvida, vocês foram essenciais durante toda a minha trajetória no mestrado e na construção desta dissertação.

Sinceros agradecimentos aos professores: Dra. Marcia Gomes e Dr. Geraldo Martins, pelas valiosas sugestões e apontamentos dados no exame de qualificação.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ao PPGCOM, e aos professores e funcionários.

À Universidade de São Paulo, à ECA, aos professores e funcionários, pelo período de mobilidade estudantil.

À comunidade indígena Ñande Ru Marangatu – *Nosso Pai Celestial*, pela inspiração, força e luta.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o discurso de representação do indígena, em 15 narrativas do *Correio do Estado*, veiculadas durante o período de 27/08/2015 a 22/10/2015, sobre o conflito entre fazendeiros e indígenas em Antônio João, Terra Ñande Ru Marangatu, da etnia Guarani/Kaoiwá em Mato Grosso do Sul. O jornal objeto da pesquisa torna-se importante nesta análise em função de sua tradição e credibilidade em Mato Grosso do Sul, além ser o mais antigo veículo impresso. A metodologia proposta para a análise das reportagens é a análise crítica da narrativa, narratologia, que permitiu compreender com profundidade as estratégias do jornalismo de dar fluxo às narrativas hegemônicas, no que se refere a formação de um discurso de representação do indígena, ou mesmo descortinar matrizes discursivas que se organizam em meio ao processo dramático de contar histórias, compondo um cenário de personagens reais, porém relacionados ao universo jornalístico que não atinge absolutamente à objetividade. A rigor, no conjunto de todas as narrativas do *Correio do Estado*, o discurso dos ruralistas é predominante em toda a história narrada pelo jornal, em contrapartida, o discurso de representação do indígena está vinculado a atos de criminalidade; entretanto, se inserem nos combates pela defesa da sua terra, contra o discurso ideológico das grandes oligarquias ruralistas.

Palavras-chave: Índios; representação; jornal *Correio do Estado*; narratologia.

ABSTRACT

This study aims to analyze the discourse of representation of the indigenous, in 15 narratives of the *Correio do Estado* newspaper, published during the period from 08/27/2015 to 10/22/2015, on the conflict between farmers and indians in Antônio João, Terra Nãnde Ru Marangatu, of etnia Guarani/ Kairiá in Mato Grosso do Sul. The newspaper that is the object of the research becomes important in this analysis due to its tradition and credibility in Mato Grosso do Sul, besides being the oldest printed vehicle. The methodology proposed for the analysis of the reports is the critical analysis of the narrative, narratology, that allowed to understand in depth the strategies of journalism to give flow to the hegemonic narratives, in what refers to the formation of a discourse of representation of the indigenous, disclose discursive matrices that are organized in the midst of the dramatic process of telling stories, composing a scenario of real characters, but related to the journalistic universe that does not reach objectivity at all. Strictly speaking, in the set of all the narratives of the State Courier, the discourse of the ruralists is predominant in the whole story narrated by the newspaper, in contrast, the discourse of representation of the indigenous is linked to acts of criminality; However, are involved in the fighting for the defense of their land, against the ideological discourse of the great rural oligarchies.

Keywords: Indians; representation; newspaper *Correio do Estado*; narratology.

Sumário

INTRODUÇÃO.....

1 METODOLÓGIA DA ANÁLISE NARRATIVA DO JORNALISMO

1.1 Narratologia: método de análise crítica da narrativa jornalística.....	14
1.1.1 Procedimentos metodológicos da narratologia	18
2 JORNALISMO INFORMATIVO, O DISCURSO IDEOLÓGICO E A IMPRENSA SUL MATOGROSSENSE	25
2.1 Gênero jornalístico informativo e noticiabilidade da narrativa indígena	26
2.2 Narrativas jornalísticas e o seu discurso ideológico	31
2.3 O conflito fundiário em 1999 e 2005 e o silenciamento do Jornal	31
2.4 Imprensa de Mato Grosso do Sul: história, características	33
2.4.1 Perfil do Correio do Estado	36
3 HISTÓRIA DA COMUNIDADE E AS NARRATIVAS DO CORREIO DO ESTADO: O PROCESSO DE RETOMADA	39
3.1 Ñande Ru Marangatu: um retrospecto da história da comunidade e o conflito fundiário	40
3.1.1 Legislação e situação atual da comunidade indígena	43
3.2 As narrativas do Correio do Estado : a retomada das fazendas pelos índios	47
3.2.1 Processo de reocupação, sinônimo de crime?	48
3.2.2 Clima de guerra e o discurso dos pequenos produtores	51
3.2.3 Considerações	64
4 NARRATIVAS DO CORREIO DO ESTADO : O CONFRONTO	66
4.1 Guerra em Antônio João	66
4.2 Índigenas guerrilheiros e fazendeiros culpados?	72
4.3 Intensificação do conflito necessita da presença do Exército no local	76
4.4 Agenda de reuniões: a busca por soluções.....	88
4.5 Formação de comissão, mas cadê a solução?	93
4.6 Índios em situação de miséria e o impasse continua.....	101
4.7 Índio morre no dia da ação dos ruralistas	107
4.8 Considerações	111
5 NARRATIVAS DO CORREIO DO ESTADO : O DESFECHO	114
5.1 Reintegração de posse para os fazendeiros	114
5.2 Produtores aguardam, índios revoltados desabafam.....	118
5.3 O policiamento mantém a segurança e a ordem, mas qual a solução do conflito?	124
5.4 Igreja x governo: criação de CPI para investigar o Cimi.....	129
5.5 Índios descumprem acordo, Tribunal mantém reintegração.....	137
5.6 Reintegração é cancelada, mas conflito permanece.....	140
5.7 Considerações	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	154
ANEXOS	158

INTRODUÇÃO

Narrativas jornalísticas sobre indígenas em caso de conflitos por terras. Mas por que você estuda sobre os índios? Esta sempre é a primeira pergunta que fazem quando comento sobre a pesquisa do mestrado. A temática dos indígenas me veio ainda no fim da graduação em Jornalismo, pois a cidade em que eu residia, Barra do Garças - MT, todo o início de mês era movimentada pelas sociedades indígenas (Xavantes e Bororos), que habitavam ao redor da cidade em suas aldeias, e iam lá para receber o auxílio e realizar a compra dos mantimentos necessários para aquele mês. Ao observar essas movimentações, percebia que a população local tinha certo preconceito com esses índios, que perambulavam a cidade e frequentavam estabelecimentos específicos. Isso me causava certa inquietude. Além disso, os conflitos pela terra aconteciam e acontecem em praticamente todo o território brasileiro, e trata-se de uma discussão que permeia os jornais frequentemente. Como jornalista de formação pela Universidade Federal de Mato Grosso, no trabalho de conclusão de curso, estudei estas narrativas sobre os indígenas.

Martín-Barbeiro (2013, p.147) afirma que “é preciso colocar o país na pesquisa em comunicação.” Em outras palavras, o que o autor salienta que é preciso, dentro do campo da comunicação, é realizar pesquisas sobre aquilo que permeia o cotidiano das pessoas, ou seja, a própria sociedade.

O que se quis estudar, desde o início, foram as narrativas jornalísticas da mídia impressa sobre o conflito de terras indígenas. Eis, portanto, o tema da pesquisa. Entretanto, não se pode ter um objeto tão amplo. Logo, realizou-se pesquisa exploratória para verificar, nos jornais impressos locais, quais eram os conflitos fundiários veiculados no momento e que haviam gerado repercussão na sociedade regional sul-mato-grossense. Nesse sentido, Lopes (2014, p. 138) afirma que “a escolha do tema deve ser encarada como um fato social em si, e que pode também ser explicada sociologicamente”.

Mas por que os jornais impressos? Como afirma John B. Thompson, os meios de comunicação – e no nosso caso, o jornal impresso –, são, fundamentalmente, organizados a partir da dimensão social instituída, ou seja, são responsáveis pela reelaboração do caráter simbólico da vida social, ou mesmo pela “reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (THOMPSON, 1998, p. 19). Ou seja, os jornais impressos locais são formadores de opinião pública, e, por meio da emissão de bens simbólicos, sua ideologia, organizam a sociedade com o intuito de fazer valer seus interesses.

Logo, depois de algumas pesquisas exploratórias, chegou-se a um objeto empírico mais palpável e mais recortado: as narrativas jornalísticas do jornal *Correio do Estado* sobre o conflito fundiário da Comunidade Indígena Nãnde Ru Marangatu.

O histórico de conflitos por terras no Brasil remonta ao período de colonização, em que as sociedades indígenas que aqui habitavam passaram por várias tragédias, guerras, massacres, escravidão, genocídio, etnocídio e doenças. Perderam drasticamente o território em que viviam de acordo com seus costumes. Além disso, tiveram, nesses últimos cinco séculos, sua população dizimada, do total de nativos que habitavam o país em 1.500, cinco a seis milhões de pessoas, atualmente a população indígena é de aproximadamente 900 mil¹.

Os índios são povos etnicamente diferentes, com saberes tradicionais e processos culturais, sociais e históricos próprios (BRAND, 2011). Mato Grosso do Sul, é na atualidade, o segundo estado com maior população indígena, com cerca de oito etnias oficialmente conhecidas. Dentre elas, os Guaranis Kaiowá, que se destacam em termos populacionais com cerca de 50 mil pessoas.

Segundo o relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, realizado em 2014 e publicado em 2015 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foram dezenove casos de conflitos relativos a direitos territoriais, sendo cinco deles em Mato Grosso do Sul. Dentre eles, está o conflito fundiário da terra indígena Ñande Ru Marangatu, em que a terra encontra-se demarcada e homologada, mas a comunidade não detém a posse por força de decisão judicial que suspendeu o decreto de homologação.

A comunidade Ñande Ru Marangatu, localizada na cidade de Antônio João, sul de Mato Grosso do Sul, vive o conflito agrário desde a chegada dos primeiros fazendeiros, na década de 1930. Com a reorganização e união da comunidade indígena, foram realizados três movimentos de reocupações da terra, o primeiro em 1999, o segundo em 2005 e o terceiro em 2015, com o conflito se estendendo até os dias atuais, com grande repercussão na mídia local, regional, nacional e internacional.

Em 2015, completados dez anos de espera por definição do governo federal a respeito do processo de demarcação da Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, os Guaranis Kaiowá retomaram, em agosto, às terras das fazendas Primavera, Fronteira, Cedro, Bananal e Barra, localizadas no território Ñande Ru Marangatu. No embate entre índios e fazendeiros, houve a morte de um representante indígena. O episódio teve repercussão internacional e chamou a atenção do Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Não havendo como trabalhar com todas as narrativas jornalísticas sobre essa temática, há que se buscar um recorte, um *corpus*, a construção de algo palpável que possa ser estudado. Desse modo, inicialmente, o recorte estabelecido seria os três episódios das

¹ Fonte: IBGE/2010.

retomadas indígenas (1999, 2005 e 2015), pois tratam de momentos de maior embate entre índios e fazendeiros e que tiveram maior repercussão na mídia. Porém, o conteúdo encontrado na pesquisa exploratória dos dois primeiros episódios (1999 e 2005) não foi significativo para a análise. Assim, a análise recaiu sobre a reocupação de 2015, com o *corpus* de 15 reportagens publicadas pelo *Correio do Estado*, na qual o recorte temporal foi de dois meses após a primeira reportagem veiculada no jornal sobre a reocupação. Vale ressaltar que, seguindo os procedimentos da metodologia na análise das reportagens, esse *corpus* (15 reportagens) foi dividido em episódios de acordo com o decorrer da estória²: começo, meio e final.

Para o desenvolvimento da análise das narrativas, optou-se pelo método narratológico proposto por Luiz Gonzaga Motta que visa a compreender como os sujeitos sociais constroem intersubjetivamente os significados através da representação da narrativa do real. A narratologia possibilita interpretar as narrativas dos jornais, de modo a entender a trama, intrigas, os personagens, a mídia e as relações de poder existentes na sociedade globalizada e os efeitos produzidos pelos discursos narrativos jornalísticos. Ademais, permite conhecer a estória relatada, de maneira a interpretar a representação do indígena Guarani Kaiowá da comunidade Ñande Ru Marangatu, construída nas narrativas do jornal.

As perguntas-problema que nortearam esta pesquisa foram: como o jornal *Correio do Estado* construiu, em suas narrativas, o discurso de representação do Guarani Kaiowá em relação ao conflito fundiário na Terra Ñande Ru Marangatu ocorrido em 2015? Como são classificados os personagens (fazendeiros e índios) nas reportagens do *Correio do Estado*? Quem são os protagonistas e quem são os antagonistas? Nas narrativas, é possível observar uma ligação política do jornal com as oligarquias locais, proprietários das grandes fazendas?

O termo representação que foi utilizado nesta pesquisa, é abordado por Luiz Gonzaga Motta (2013) em seu método de análise crítica da narrativa, na qual o autor se apoia em Moscovici (2009) para apresentar o conceito. Dito isso, de acordo com Motta (2013), representar é colocar algo no lugar do outro, criar um símbolo que é tomado como o próprio outro. Para Moscovici (2009, p.46), “representação é igual imagem/significação, em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem”. As representações devem ser compreendidas, portanto, como entidades tangíveis, substâncias simbólicas que circulam, se entrecruzam e se confrontam, impregnando nossas relações. Elas

² O termo ‘estória’, utilizada nesse trabalho é conceituado na página 18 no tópico “Narratologia: método de análise crítica da narrativa jornalística” do capítulo 1 “Metodologia da análise narrativa do jornalismo”.

se cristalizam no senso comum, tornando familiar o não familiar, continuamente refeito, embora esse processo estabeleça um sentido último de continuidade (MOSCOVICI, 2009).

A realidade que nos cerca, as experiências de vida das pessoas são cada vez mais mediadas, elas tomam cada vez mais contato com o mundo exterior através de representações virtuais e discursivas da realidade. Entretanto, o ser humano não apenas representa o mundo, mas o constitui na medida em que o nomeia e o classifica. Como salienta Moscovici (2009), as representações que continuamente construímos são, na verdade, um sistema de valores e ideias coletivas, embora contraditórias, que permitem às pessoas estabelecer uma ordem sobre o caos para nomear, classificar e controlar o mundo material e social.

O objeto comunicacional desta pesquisa é as relações de poder existentes entre o veículo midiático e as circunstâncias sociais e as disputas simbólicas, que culminam na construção das representações sociais por meio de seu discurso ideológico presente nas narrativas veiculadas no jornal.

Como objetivo geral, pretendeu-se analisar as narrativas do jornal *Correio do Estado* sobre os conflitos fundiários na Terra Ñande Ru Marangatu na formação da representação dos indígenas. Como objetivo específico, examinar as narrativas jornalísticas do jornal a fim de conhecer a trama dos personagens na formação do discurso jornalístico. Assim, descreveu-se a estrutura narrativa para identificar as marcas deixadas pelo narrador, o enredo, as relações de poder, suas significações e os discursos produzidos nos enunciados, que culminaram em um discurso de formação de uma representação e em uma ideologia.

O tema escolhido, conforme já relatado, é em razão da etnia Guarani Kaiowá ter a maior população no estado, além de ser a que está envolvida em mais casos de conflitos fundiários. A comunidade Ñande Ru Marangatu foi palco de maior conflito por terras entre indígenas e fazendeiros em 2015, e o mais recente em Mato Grosso do Sul. Vale ressaltar que não há dissertações e pesquisas realizadas sobre esse caso. Nesse sentido, este trabalho vem contribuir para a construção do arcabouço de conhecimento referente aos estudos das narrativas de representação do indígena, regionalidade, mídia e cultura e disputas de terras.

A escolha das narrativas jornalísticas do *Correio do Estado* justifica-se pela tradição e credibilidade do jornal em Mato Grosso do Sul, além de ser o mais antigo veículo impresso no estado ainda em circulação e com a maior tiragem, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC).

Os procedimentos de análise foram realizados em todas as 15 reportagens publicadas no período estabelecido pelo recorte desta pesquisa. A estrutura e conteúdo dos textos foram analisados a partir das seguintes categorias: personagens (fontes do jornal), classificando-os

em antagonistas e protagonistas nas narrativas; descrição das intrigas; o desenvolvimento do fato; o momento em que se passa esse fato; o lugar onde ele ocorre; a causa e o resultado que foi gerado. O resultado traz indicativos de como o veículo impresso estrategicamente configura suas narrativas a respeito do tema, em relação com os seus interlocutores, espaço em que ficção e realidade se misturam nas intersubjetividades dos personagens e narrador com influência política e social, em tempos de globalização.

O estudo de alguns aspectos da imprensa é necessário, tendo em vista que o objetivo desta pesquisa foi entender a formação das representações que chegam ao interlocutor do *Correio do Estado* e, desse modo, perceber como a mídia constrói seus discursos a partir da contextualização social (trama da narrativa). A rigor, como revela Silverstone (2002, p.20), “a mídia é parte da textura geral da experiência”.

Como hipótese, acreditamos que as narrativas do jornal são construídas sempre defendendo uma posição política de maneira a fazer valer seus interesses. No caso das narrativas sobre os indígenas, o jornal apresenta posicionamento crítico e político contrário a eles, já que o jornal desde, a sua implantação, esteve vinculado aos interesses políticos das oligarquias fundiárias, e a questão indígena – áreas demarcadas para as comunidades – são consideradas como um entrave para o desenvolvimento econômico do agronegócio. Ou seja, o *Correio do Estado* está vinculado ao discurso do viés econômico, por uma questão ideológica. Além disso, o jornal tem papel expressivo na formulação das opiniões locais, por meio das construções de representações em suas reportagens; sendo assim, o seu discurso influencia o interlocutor.

Muitos dos fazendeiros que chegaram ao Mato Grosso do Sul, mais especificamente ao território Guarani Kaiowá da comunidade Ñande Ru Marangatu, conquistaram suas terras com o apoio da administração do Estado. Atualmente, aqueles que vivem na terra que era ocupada pelos indígenas, por meio da atividade agropecuária, são responsáveis por grande parte de arrecadação da economia do Estado. Verifica-se, então, que os fazendeiros possuem grande poder de voz na articulação com grupos políticos, e que, de certa forma, produz-se um discurso hegemônico que pode influenciar na construção das narrativas produzidas pelo jornal, contrárias a demarcação de terras indígenas.

No primeiro capítulo deste trabalho, é apresentada a metodologia que foi aplicada para a análise das reportagens contidas no recorte da pesquisa. Inicialmente, foi feita uma abordagem geral sobre a metodologia de análise crítica das narrativas, descrevendo-a, apresentando suas raízes de origem e suas contribuições. Em seguida, há um subtópico com a descrição dos procedimentos realizados durante o processo de análise.

No segundo capítulo, têm-se o embasamento teórico, em que foi realizada a revisão bibliográfica sobre: o conceito de jornalismo informativo e seu formato reportagem; a noticiabilidade da narrativa indígena; e uma breve abordagem sobre o silêncio do jornal em relação aos episódios de 1999 e 2005. Posteriormente, foi feito um resumo histórico do surgimento dos veículos impressos no estado e a elaboração do perfil do jornal *Correio do Estado*.

O terceiro capítulo inicia-se com a história da comunidade indígena Nãnde Ru Marangatu, desde o período de colonização do estado de Mato Grosso do Sul até os dias atuais, com uma breve exposição sobre a legislação indígena. Ainda no terceiro capítulo, têm-se o início da análise das narrativas do jornal sobre o conflito, com o Episódio 1, “A retomada das fazendas pelos índios”. Esse episódio é composto por duas reportagens publicadas no mês de agosto do ano de 2015, que abordam a reocupação dos indígenas no distrito Campestre e nas fazendas, localizados dentro do território que foi considerado como de ocupação tradicional Guarani Kaiowá, pelo Laudo Antropológico e Histórico da comunidade.

Episódio 2, “ O confronto”, quarto capítulo, é constituído por sete reportagens publicadas no período de 30 de agosto a 9 de setembro de 2015. O episódio descreve a ação dos ruralistas de retirarem os índios das fazendas que reocuparam no fim de agosto, e que resultou no confronto direto entre índios e fazendeiros e causou a morte de uma liderança indígena.

Episódio três, “O desfecho”, quinto e último capítulo é composto por seis reportagens, que foram veiculadas no jornal no período de 18 de setembro a 22 de outubro de 2015. O episódio aborda as decisões judiciais e seus desdobramentos, além da forte presença militar no local do conflito, e as discussões entre a igreja (Conselho Indigenista Missionário – entidade católica) e o governo.

Por fim, esse trabalho foi organizado seguindo a seguinte sequência: resumo; introdução; cinco capítulos, sendo que os dois primeiros refere-se a metodologia e o embasamento teórico e os três últimos são as análises; considerações finais; referências e por último, os anexos.

1 METODOLOGIA DA ANÁLISE NARRATIVA DO JORNALISMO

Neste capítulo, são apresentados o percurso metodológico para a análise das narrativas aplicadas ao recorte da pesquisa, e os pontos de confluência entre a Narratologia, a Teoria Literária e o Formalismo Russo. O método narratológico é abordado a partir dos conceitos de narrativa, análise pragmática e comunicação jornalística; as instâncias expressivas e significativas concebidas por Motta (2004), são divididas de modo a compor um método operacional. Assim, têm-se os movimentos dos procedimentos metodológicos, as técnicas empregadas no recorte e a discussão sobre o jogo de poder existente na narrativa.

1.1 Narratologia: método de análise crítica da narrativa jornalística

Para Lopes (2004, p.30), toda pesquisa é uma verdadeira “aventura metodológica, onde há necessidade de exploração, de criatividade e de rigor”. Nesse sentido, a aventura metodológica desta pesquisa está nos meandros de todo o seu processo de desenvolvimento, e, principalmente, a partir da aplicação da metodologia de análise crítica das narrativas de Motta (2013).

A metodologia está relacionada à fase de observação do objeto escolhido para a pesquisa, cuja finalidade é a reconstrução empírica da realidade, por meio da coleta e reunião de evidências concretas capazes de reproduzir o fenômeno em estudo (LOPES, 2014). É nessa fase que se deve ter em mente a fidelidade aos paradigmas e ao quadro referencial teórico, buscando um rigor científico quanto aos procedimentos metódicos e técnicos.

Nesse sentido, “o paradigma resolve de certa maneira questões relativas ao ajustamento entre sujeito e objeto e ao próprio processo de produção do conhecimento”, (LOPES, 2014, p. 37). Todavia, a princípio, nenhum dos três paradigmas clássicos (funcionalismo, weberianismo e o marxismo) das Ciências Sociais seria aquele adotado nesta pesquisa. No entanto, na busca de definir qual seria o paradigma, ou paradigmas que esta pesquisa iria seguir, debruçou-se para compreender o paradigma de que a narratologia procede.

A metodologia de análise crítica da narrativa desenvolvida por Motta (2013) é uma técnica de pesquisa nova, embora suas raízes provenham da Grécia Antiga com Aristóteles, em sua obra *A Poética*, escrita por volta do ano 335 ac., na qual produz uma reflexão sobre a configuração de uma narrativa. A narratologia de Motta (2013) nasce vinculada ao movimento linguístico conhecido como Formalismo Russo³ e ao estruturalismo⁴

³ Os Formalistas russos, (ou Crítica Formalista) surgem no início do século XX, recusando qualquer tipo de elementos extratextuais, entendendo que a investigação literária deve se fixar na própria obra. Caberia a essa crítica dissociar arte e

antropológico e literário francês. Esse movimento se dá a partir do retorno das narrativas no interior da virada linguística⁵ e antropológica e da guinada rumo à linguagem e à interpretação, ou seja, o retorno das narrativas dentro desse novo paradigma hermenêutico-interpretativo⁶.

A virada linguística ocorreu, durante o século XX, simultaneamente às mudanças de paradigmas em outras áreas do conhecimento, a busca pelo sentido das coisas, fenômenos e relações humanas. Assim, observa-se que, nas últimas décadas, surgiu a consciência de que a linguagem é a mediadora entre o homem e o mundo, e a narrativa é a sua principal forma expressiva. Além disso, a narrativa deixa de estar associada apenas à linguagem verbal escrita e passa a ser encarada como um fenômeno universal, amplamente vasto, susceptível de apresentar-se em diferentes suportes e em tempos diversos.

A narratologia é concebida na obra do formalista russo Vladimir I. Propp, *Morfologia do conto maravilhoso* (1928), em que o autor atribui *status* científico à crítica literária. Assim, com a aplicação na antropologia, o formalismo de Propp passou a ter grande influência sobre os estudos linguísticos e literários, principalmente sobre o estruturalismo consolidado na metade do século passado na França; em 1930, o Formalismo Russo se desintegra (MOTTA, 2013). No entanto, o estruturalista búlgaro-francês T. Todorov criou o termo narratologia “para designar a teoria e análise da narrativa a partir de um estudo sobre a estrutura dos contos de Boccaccio (*Grammaire du Décaméron*, 1969), onde ele buscava também construir uma gramática universal da narrativa” (MOTTA, 2013, p.82).

mistério e preocupar-se com a maneira pela qual os textos literários funcionavam na prática. Para eles, a literatura não era uma pseudo-religião, psicologia ou sociologia, mas uma organização particular de linguagem. A obra literária não era um veículo de ideias, nem uma reflexão sobre a realidade social, nem encarnação de uma verdade transcendental: era um fato material, cujo funcionamento podia ser analisado mais ou menos como se examina uma máquina. Com essas ideias, essa abordagem concentra-se apenas na obra literária e tem como principais representantes Chelovevsk, Tomachevski, Vladimir Propp, O. Brik, Eikhbaum e Tynianov (BOTELHO; FERREIRA, 2010, p.14-15).

⁴ O estruturalismo literário floresceu por volta do final da primeira metade do século XX, com a tentativa de aplicar à literatura os métodos e interpretações do fundador da linguística estrutural moderna, Ferdinand Saussure. O estruturalismo é uma tentativa de “repensar tudo em termos lingüísticos”. Com a herança do Formalismo Russo, também focado na análise do texto literário, o estruturalismo é guiado pelo reconhecimento da obra como estrutura, pelos princípios da funcionalidade e da generalização, buscando o que as obras literárias do mesmo gênero tinham em comum, numa postura descritiva, objetiva e científica (BOTELHO; FERREIRA, 2010 p.16-17).

⁵ “Alguns filósofos chamam de ‘giro ou virada lingüística’ (*the linguistic turn*): A filosofia abandonou gradualmente o seu antigo objeto, a metafísica, e deu uma guinada rumo à linguagem, fazendo dela o seu objeto principal. [...] No âmbito da guinada rumo à linguagem poderemos compreender melhor o movimento de retorno às narrativas à ordem do dia, e situar esse movimento no contexto da *busca pelo significado*, que se tornou o objeto maior da filosofia contemporânea. O giro lingüístico concedeu à linguagem um papel fundamental na experiência humana. A linguagem passou a ser considerada intrínseca ao próprio pensamento” (MOTTA, 2013, p.65).

⁶ Como campo de estudo, a hermenêutica se consolidou a partir do século XIX, ocasião em que o conhecimento passou a ser entendido como intersubjetivo, descritivo, e compreensivo, em vez de, exclusivamente, objetivo, explicativo e nomotético. No campo da Filosofia, já no século XX, tratou a hermenêutica como conhecer o ser humano e compreender a maneira de ser humano. A hermenêutica pode ser entendida como a teoria ou filosofia da interpretação das expressões da vida interior do homem, ou seja, a interpretação dos sentidos. Nos últimos anos, a hermenêutica tem sido utilizada como base filosófica para diferentes estudos qualitativos realizados nas ciências sociais, tendo em vista que o homem e as interações humanas são frequentemente tomados como objeto de análise e investigação (VIEIRA, 2009, p.2).

Com base nessas correntes teóricas metodológicas, a narratologia nasce no interior do esforço dos analistas em decompor as partes componentes das histórias narradas e estabelecer uma gramática ou sintaxe narrativa única. Assim, a teoria metodológica da análise crítica da narrativa, a narratologia, de Motta (2013), gradualmente se desvincula dessas correntes básicas, e passa a abranger vários campos de conhecimentos e análises acadêmicas, se transformando em uma teoria interpretativa da cultura. Vale ressaltar que essa narratologia não é um ramo da teoria literária, mas se revela “como teoria e método que estuda a construção de sentidos nas relações humanas narrativas, apoia-se em pressupostos epistemológicos que a inserem nas teorias interpretativas da sociedade, a hermenêutica” (MOTTA, 2013, p.94). Dessa forma, perde seu caráter de análise imanente, limitada ao texto, e se estende ao nível das relações culturais, dos atos de fala em contexto, aos usos pragmáticos da linguagem em situações e sociedades culturalmente localizadas.

A análise crítica da narrativa é considerada como um ramo das Ciências Humanas que estuda os sistemas narrativos no seio das sociedades. Nas palavras de Motta, é uma teoria narrativa com os métodos e procedimentos empregados na análise das narrativas humanas que “procura entender como os sujeitos sociais constroem intersubjetivamente seus significados através da apreensão, representação e expressão narrativa da realidade” (MOTTA, 2013, p.83). Além disso, a narratologia é uma metodologia de análise pragmática da narrativa ou comunicação narrativa, ela reconstrói o objeto através de alguns procedimentos e técnicas de interpretação dos discursos. Estes são identificados no texto através de estratégias utilizadas pelo narrador para convencer o leitor de seu posicionamento.

Análise pragmática: procedimento metodológico que privilegia o uso da linguagem, especialmente os aspectos de um estudo puramente gramatical ou linguístico não pode dar conta, noções como emissor (narrador), destinatário (narratário), intenção comunicativa, contexto verbal, reconhecimento das instruções de uso e a situação ou conhecimento de mundo compartilhado. (MOTTA, 2012, p.139)

Contudo, o que é uma narrativa? A narrativa é um dispositivo textual argumentativo que visa seduzir e envolver o leitor, desvelando intencionalidades que estão implícitas. A estrutura da narrativa na forma de relato é organizada segundo os interesses do narrador, com uma relação direta com o seu interlocutor, leitor, audiência. Além disso, as narrativas criam significações sociais; “são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira” (MOTTA, 2013, p.131). Em outras palavras, as narrativas são fatos culturais construídos

pelos homens, que, ao se expressarem produzem narrativas, blocos semanticamente coesos que dão tessitura às estórias.

As narrativas são representações, construções discursivas sobre a realidade humana. São representações mentais linguisticamente organizadas a partir de nossas experiências de vida. Sejam elas fictícias ou fáticas, são sempre construções de sentido sobre o mundo real ou imaginado. (MOTTA, 2013, p. 88)

Os seres humanos têm uma predisposição cultural, primitiva e inata, para organizar e compreender a realidade de modo narrativo. O narrar funde suas raízes na nossa ancestral herança cultural de relatar estórias; além disso, produz certas significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos (MOTTA, 2013).

Para Motta (2013, p.112), o jornalismo “é a narrativa hegemônica sobre todas as outras na construção da verdade imediata e do senso comum”. Nesse sentido, a narrativa jornalística é composta por um conjunto de textos publicados, notícias (*hard news*), reportagens (*soft news*), sobre um mesmo caso. Os narradores no jornalismo buscam, através de estratégias e artimanhas próprias, construir sua comunicação narrativa mantendo a objetividade do relato com o intuito de representar de maneira fiel o fato em si. Importante aqui, é destacar que as narrativas se organizam nas intrigas, de modo a definir a função dos personagens na formação do universo de significação da narrativa, na disputa pelo poder ideológico e construção da realidade.

Neste sentido, Motta (2013) conceitua comunicação narrativa como:

um ato onde se busca sempre a coerência requerida pela organização da intriga (encadeamentos, sequências, etc.) e pela expectativa semântica e pragmática desencadeada pelo discurso narrativo (flashbacks, suspenses, clímax, etc.). Mas também pelos ingredientes da situação comunicativa (quadro espaço-temporal, objetivos dos participantes, correlações de poder, etc.) e pelo contexto sócio-cultural (representações mentais, estereótipos, modelos de mundo e memória coletiva, etc.) que os interlocutores trazem para o ato de fala. A comunicação narrativa é um ato de interlocução, de trocas. (MOTTA, 2013, p.17)

A análise pragmática do processo de comunicação narrativa propõe, portanto, que o texto seja analisado como ponto de referência a alguém que arquitetou argumentativamente sua expressão narrativa para induzir seu interlocutor a interpretar os fenômenos relatados conforme certa intenção (MOTTA, 2013). Desse modo, a narratologia permite, através da compreensão do texto e de sua configuração, revelar o jogo de poder, descortinar a correlação de forças que se exerce nas relações discursivas interpessoais e coletivas. Trata-se de uma análise comparativa e descritiva, que tem como ponto de partida o texto, para identificar as

marcas deixadas pelo narrador, as suas conexões, suas significações e relações. Essa análise é feita a partir de um instrumento interpretativo, uma técnica hermenêutica que revela processos de representação e de constituição da realidade historicamente situadas, em que há confrontos com outras representações possíveis (MOTTA, 2013). Assim, a partir das estórias do *Correio do Estado*, será possível compreender como o veículo construiu o discurso de representação dos indígenas da comunidade Nãnde Ru Marangatu na tessitura das intrigas.

Outro ponto a abordar é a diferença do conceito de ‘estória’ e ‘história’ na narratologia. O uso do termo ‘estória’ refere-se à narrativa inventada, criada, de cunho fictício, diferentemente do termo ‘história’, que é a narração de uma história real do passado, numa relação com as pesquisas do historiador. Neste trabalho, foi utilizado o termo ‘estória’, concebido na narratologia para se referir aos discursos narrativos, nesse contexto jornalístico, com perspectiva do presente, com tradução da realidade do cotidiano, dos acontecimentos. Não quer dizer que o jornalismo esteja na ordem da ficção, mas que, no processo de produção das narrativas, estas têm um caráter mais inventivo, e há configurações, enquadramentos dramáticos que passam por subjetividades ou mesmo intersubjetividades para a construção da realidade. Todavia, as vozes das narrativas são aquelas autorizadas pelos narradores.

Para o desenvolvimento deste trabalho, primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória nas narrativas, reportagens do *Correio do Estado*, para detectar a sua viabilidade. Em seguida, foi realizada pesquisa bibliográfica que contribuiu para a construção teórica e metodológica e, além disso, serviu de base para a realização da análise das narrativas do jornal. Ademais, foi confrontado o material empírico com o instrumental teórico cedido pela vertente narratológica, com o objetivo de compreender o discurso e as representações produzidas pelas narrativas jornalísticas. Na próxima subdivisão do capítulo, serão detalhados os procedimentos a serem realizados durante a análise do objeto.

1.1.1 Procedimentos metodológicos da narratologia⁷

A narrativa é uma hierarquia de instâncias; contudo, “compreender uma narrativa é reconhecer nela estágios, projetar encadeamentos horizontais do fio narrativo sobre um eixo implicitamente vertical” (BARTHES 1971, p. 26). Neste sentido, as narrativas enquanto

⁷ Esses procedimentos são concebidos por Motta (2013), de modo que facilitem ao pesquisador analisar as narrativas que nos permeiam; o autor descreve sete movimentos metodológicos para desenvolver uma análise. Neste trabalho, contudo, salientamos que serão utilizados apenas os movimentos que possibilitam responder a nossa problemática; assim, só descreveremos, neste tópico, os procedimentos que serão usados nesta pesquisa.

objeto e processo de comunicação podem ser estudadas a partir de três instâncias: o plano da expressão, o plano da estória e o plano da metanarrativa (MOTTA, 2013). Essas instâncias não são classificadas de maneira hierárquica pelo autor, mas são separadas de forma operacional para compor um método que facilite a análise. Logo, os dois primeiros planos são predominantemente estéticos, enquanto o terceiro é ético, cultural e/ou ideológico.

O plano da expressão, também conhecido como plano do discurso ou da linguagem, refere-se ao plano da superfície do texto, através da qual o enunciado narrativo é construído pelo narrador. É necessário destacar que é nesse plano que, durante a análise das narrativas, podem-se identificar os usos estratégicos da linguagem pelo narrador, para produzir determinados efeitos de sentido e também as intencionalidades. Dessa forma, nas reportagens de um veículo mediático, observa-se o uso de certas estratégia e expressões pelo jornalista com o intuito de produzir, por exemplo, o efeito de ironia.

O plano da estória, ou conteúdo, trata do plano da sequência de ações, os encadeamentos, o enredo, a intriga e os personagens, ou seja, é o plano virtual da estória projetada em nossa mente pelos recursos de linguagem utilizados pelo narrador. Motta (2013, p. 148) define esse plano como o plano da diegese⁸, “plano da representação, universo dos significados imaginados ou mundos imaginários possíveis”. É necessário advertir que esse plano está fortemente ligado ao plano da expressão, contudo, para revelar as intenções comunicativas do narrador, é necessário considerar os dois planos.

A terceira e última é a estrutura mais profunda da narrativa, é o plano da metanarrativa, que é relativamente mais abstrato e evasivo. É o plano no qual se conhecem a ideologia, a cultura, a política, a moral e a ética, imersos nas notícias e reportagens.

Assim, a partir dessas três instâncias da narrativa elucidadas por Motta (2013) é possível compreender o discurso imerso nas reportagens. E de modo a definir melhor o objeto a ser analisado, o recorte temporal recaiu sobre os dois principais meses em que ocorreu o conflito, a partir da primeira reportagem veiculada no jornal sobre o acontecimento. No total, foram 15 narrativas publicadas no período e estas foram divididas em três episódios.

Ademais, o conflito fundiário do ano de 2015 da comunidade indígena Ñande Ru Marangatu trata da segunda reocupação indígena das fazendas que estão localizadas nas terras nas quais viviam esses indígenas.

A rigor, para o desenvolvimento da análise, inicialmente optou-se por criar uma tabela com todas as categorias propostas nesse procedimento da narratologia, de maneira que

⁸ “universo virtual possível evocado pelo discurso narrativo na mente de quem conta ou escuta uma estória: o universo espaço-temporal no qual se desenrolam os acontecimentos da estória” (MOTTA, 2013, p. 113).

facilitasse o desenvolvimento da análise e favorecesse ao leitor o maior entendimento. No entanto, em cada reportagem analisada, inicialmente tem-se uma tabela com as categorias apresentando todas as informações detalhadas referentes ao texto analisado.

Inicia-se a análise realizando uma leitura das reportagens, com o intuito de identificar quais as narrativas que se referem a um mesmo assunto, separando-as de maneira a formar um episódio com suas intrigas.

Com os episódios definidos, o próximo passo é decompor e recompor a estória, de modo a definir e identificar as sequências básicas, os pontos de virada, os conflitos principais e secundários, os personagens que estão presentes na estória, o enredo, etc, para compor o fio da narrativa⁹: a *diegese*. Em seguida, deve-se conectar uma narrativa a outra, a partir das relações lógicas e cronológicas, para compreender a intriga e perceber como o enredo funciona enquanto agente organizador das partes. Nesse momento da análise, foi produzido um resumo-síntese da leitura das narrativas, ressaltando os pontos principais indicados acima.

As narrativas têm sempre algum propósito: “nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa” (MOTTA, 2004, p.215). No entanto, é necessário verificar as estratégias argumentativas utilizadas pelo narrador, observar a articulação interna das partes, a lógica do paradigma narrativo e suas exigências. A lógica da narrativa está na conexão de uma ação ou sequência a outra ação, ou seja, a estória é composta por uma sucessão de sequências, surpresas, tensões, clímax, um começo, desenvolvimento e final, cabe aqui identificá-las.

As estratégias argumentativas, que se propõem a verificar nesse momento, são as estratégias de produção do efeito de real, construção da veracidade a partir da referenciação,¹⁰ e as estratégias de criação de efeitos estéticos de sentido. De maneira a exemplificar as estratégias, são elas: uso de citações para dar sensação de uma proximidade entre fonte e leitor (discurso direto ou indireto), a noção de que são pessoas reais que falam e que não há mediação do jornalista; uso de nomes próprios de lugares ou de instituições; datação precisa; uso de números e estatísticas, etc.

Já os efeitos estéticos de sentido estão na composição da intriga, *diegese*, como na linguagem narrativa, que é dramática, e a sua retórica é ampla e rica de efeitos que geram nos leitores efeitos de sentidos poéticos e simbólicos (riso, espanto, ironia, surpresa, etc.); além

⁹ “O percurso que um incidente ou uma trilha que uma sucessão de incidentes traça dentro da massa de estórias, tecendo a trama principal. Mantendo a ideia de fio, continuidade, seguimento ou conexão, fica mais fácil compreender as propostas para encontrar as conexões da narrativa” (MOTTA, 2013, p.164).

¹⁰ “Estratégia de referenciação é o uso de diversos recursos de linguagem no texto narrativo para ancorar a significação na ‘realidade referente’. É, portanto, o uso de recursos construídos e reconstruídos pelo próprio discurso narrativo de acordo com a proposta de sentido (o ‘projeto dramático’) de quem fala e espera a aquiescência, no mesmo rumo, de parte do seu interlocutor” (MOTTA, 2013, p. 221).

dos conteúdos das narrativas com significados de fundo moral e ético. A própria reconstrução da narrativa de modo cronológico e compreensivo, a qual nos propomos a realizar aqui, se refere a uma estratégia de efeito estético de sentido.

Ainda sobre as estratégias argumentativas utilizadas pelo narrador, é necessário destacar a importância dos paradigmas de ordem e tempo, organizando os acontecimentos em uma disposição cronológica, na configuração da intriga. Nesse sentido, Ricoeur (1994, p. 15) relata que “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. No texto, observa-se que o narrador usa algumas expressões com o intuito de situar o leitor no espaço-temporal dos fatos, estas expressões são definidas como *dêiticos*.

Quando analisamos o processo de comunicação narrativa, os dêiticos adquirem uma relevância fundamental porque têm uma *importância situacional* definidora do sentido. Dêiticos são elementos espaço-temporais do discurso que concorrem para situar o enunciado e os sujeitos no ato de comunicação, e proporcionar referências no momento e lugar em que ele ocorre. (MOTTA, 2013, p.172)

A partir do texto, é possível identificar o co-texto, que são os *dêiticos*, ponto de vista do narrador, enquadramentos etc., e o contexto, que é a cultura, a memória social. Nessa etapa, foi produzida uma linha do tempo, de modo a ir compondo, com os principais pontos de virada, as rupturas que demarcam cada episódio, até finalizar as narrativas.

Ao longo dos procedimentos metodológicos, fala-se sobre os episódios. Mas, afinal, o que são episódios? De acordo com Motta (2013, p.174), “são unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da estória, conectada ao todo no qual significativamente se inserem”. Ao recompor a estória, por meio do resumo-síntese, vão se descortinando os fios que conectam a trama em sequências, os episódios que a compõem. Porém, essa identificação dos episódios permite revelar as estratégias semânticas utilizadas pelo narrador na construção da essência da narrativa, além disso, os episódios demarcam e organizam a intriga.

As reportagens que compõem o objeto desta pesquisa foram organizadas de modo a compor episódios. Esses episódios serão nomeados de acordo com a sintagmática deles no interior da estória, sendo que eles podem ter uma extensão variável. Vale destacar que a cada episódio foram apresentados suas considerações e um gráfico que permite visualizar, ao longo da estória narrada, como os índios e os fazendeiros são classificados pelo jornal.

A rigor, neste trabalho, as narrativas veiculadas no jornal, por meio da cobertura jornalística sobre o conflito entre índios e fazendeiros em Antônio João, compuseram uma estória com três episódios (antes, durante e depois). Episódio 1 “A retomada das fazendas pelos índios”, com duas reportagens; Episódio 2 “O confronto”; com 7 reportagens; e, por último, o Episódio 3 “O desfecho”, que possui 6 reportagens.

A etapa seguinte da análise permite penetrar mais nos sentidos de uma narrativa, no plano da estória, e possibilitar que o conflito dramático se revele, ou seja, conhecer o frame cognitivo, enquadramento, perspectiva, ponto de vista do narrador que organiza a realidade. O conflito dramático é o *frame* (enquadramento) estruturador fundamental de qualquer narrativa porque é ele que tece a trama, cria rupturas, transgressões e dispõe as ações e as personagens na estória.

É notório que o conflito dramático não se trata de uma situação estática, mas é como um processo em transcurso, que evolui, e ao longo do relato vai causando mudanças de estado. Normalmente, no recorte, há o conflito principal e em torno dele se localizam os conflitos secundários, ou seja, a partir do conflito central, vão surgindo várias sequências de ações que compõem o episódio. No universo jornalístico, essa situação acontece quando há uma publicação de uma reportagem que narra um conflito principal e, desse conflito, se desencadeiam novos conflitos, e enquanto houver necessidade para esclarecê-los, vão sendo publicadas novas reportagens, no sentido de completar e resolver as demandas até que se componha uma totalidade.

Há também os conflitos de ordem moral, ética e cultural, que estão presentes no enredo; no entanto, é preciso identificá-los. Além disso, nessa etapa, ao revelar o conflito dramático, é necessário descrever as intrigas, o desenvolvimento do fato, o lugar onde ele ocorre, a causa e o resultado que foi gerado. Como consequência de todas essas informações, resulta a narrativa.

Na sociologia, quando as partes se encontram em desacordo em relação à distribuição de recursos materiais e simbólicos, ou por incompatibilidade de objetivos e divergência de interesses, ocorre um conflito e a tensão se manifesta (ROSS, 1993). Esta noção de conflito pode ser aplicada ao conflito estabelecido entre os indígenas e fazendeiros, que possuem objetivos e percepções antagônicas, em um conflito pela terra.

Não existe “uma só narrativa no mundo sem personagens” (BARTHES, 1971, 41). Por isso, torna-se necessária a análise dos personagens (fontes do jornal), seres dotados de traços antropomórficos, réplicas na representação dramática, com atitudes e comportamentos próprios do ser humano (MOTTA, 2013). Nas narrativas, os personagens são dotados de

ações e referências que geram o conflito e encadeiam a intriga, portanto, os personagens são uma figura central da narrativa, eixo do conflito em torno do qual gira toda a intriga.

Todo personagem é dotado de ação, gera conflitos, conduz a intriga; além disso, faz parte do projeto dramático do narrador, já que este vai qualificando seus personagens, pois deseja que elas estimulem determinadas interpretações. Por esta razão, é essencial classificar estes personagens da estória, como: antagonistas, coadjuvantes do antagonista, protagonistas, coadjuvantes do protagonista ou neutros.

Cabe aqui explicar como será realizada essa classificação. Após conhecer o conflito dramático, identificam-se quais são os personagens que realizam ações e que estão presentes nesse conflito; ao identificá-los, deve-se classificá-los, de modo a observar como o narrador vai construindo o fio da narrativa posicionando os personagens na intriga, descortinando os argumentos do narrador transmitidos ao personagem.

Na análise das narrativas sobre os indígenas da comunidade Ñande Ru Marangatu, em cada estória, procuramos classificar os personagens (índios, fazendeiros, Funai, CIMI, pesquisadores, antropólogos, políticos) de modo a detectar quem se sobressai (protagonista ou antagonista). Após classificar os personagens, e evidenciar como o narrador busca convencer o leitor com seu enquadramento, alcança-se o discurso de representação dessa comunidade indígena no *Correio do Estado*.

Na narrativa fática jornalística, mesmo que as fontes, personagens sejam pessoas reais, elas se tratam de “figuras fabricadas pelo discurso” (MOTTA, 2013, p.207), ou seja, são representações das pessoas. Assim, a análise de uma narrativa não se refere à realidade, “mas a respeito da realidade e como a representação produz efeitos retroativos sobre a própria audiência e a sociedade” (Idem p.209). A fase da análise fenomenológica de identificar os personagens pode ser realizada simultaneamente ou depois da identificação dos episódios e conflitos, pois são os personagens os atores que realizam ações que conduzem a estória.

A última etapa da análise é permitir que as metanarrativas se mostrem, pois “nenhuma história é contada sem que haja um fundo moral, uma razão ética que a situe” (MOTTA, 2004, p. 226). Em outras palavras, como já ressaltado anteriormente, as narrativas são construídas sob uma base ética, cultural, ideológica e moral, e com essa última etapa alcança-se o nível das significações mais profundas, ao percorrer todo o círculo hermenêutico. Porém, é preciso buscar esta essência do objeto e as contribuições fornecidas ao espectador. Assim, essas metanarrativas se tornam mais nítidas depois de realizados os movimentos de análise.

Em uma breve discussão sobre o narrador, este é considerado como o agente que enuncia a narrativa, é um ator do discurso, dispõe do poder de voz para arquitetar a narrativa,

“encadear, posicionar, hierarquizar, dar ao seu interlocutor as pistas e instruções de uso através das quais indica como pretende que seu discurso seja interpretado” (MOTTA, 2013, p.234). No processo de produção da narrativa jornalística, observa-se uma constante negociação de poder na narrativa entre o *Correio do Estado*, meio que veicula a narrativa; o jornalista, trabalhador relacionado à produção de notícias e reportagens; e as fontes que são os personagens presentes na estória. É notório que haja uma hierarquia de poder, em que o narrador *Correio do Estado* detém maior poder de voz em relação ao jornalista, que detém maior poder de voz sobre as fontes, já que estas são arquitetadas na estória pelo jornalista. Neste trabalho, será considerado como sendo um só narrador o *Correio do Estado* e o jornalista, contudo, as negociações de poder serão observadas entre o narrador *Correio do Estado* e as fontes, e a relação de poder existentes entre as próprias fontes, protagonistas e antagonistas.

A narrativa jornalística é como uma arena discursiva, em que há uma disputa pela sua configuração, e pela voz, ou seja, os atores sociais atuam como agentes ativos de uma disputa pelo poder simbólico, cada qual detendo certo capital e poder, e exercendo-o conforme as oportunidades. Essa disputa é um jogo de poder que às vezes pode ser visível, mas geralmente se apresenta sutil. Como postula Bourdieu (2010), o campo de produção simbólica é um microcosmo de luta entre atores sociais, classes e frações de classe, conforme seus interesses e a divisão social do trabalho. Todavia, como já foi ressaltado, a narrativa é uma realidade hegemônica, um produto jornalístico construído através de uma negociação de poder de pluralidade de vozes de mundo diferentes:

Os inúmeros atores sociais envolvidos na enunciação pública procuram assim expressar suas vozes e seus pontos de vista de acordo com os seus interesses através de um enfrentamento permanente, reproduzindo até certo ponto suas posições no campo social. (MOTTA, 2013, p. 242)

Partindo da concepção de que as reportagens jornalísticas são uma narrativa hegemônica, torna-se necessário compreendê-las, já que estas perpassam a sociedade e, de certa forma, produzem conhecimento. De modo a verificar o discurso de representação do índio da comunidade Ñande Ru Marangatu, a metodologia de análise da narratologia proposta aqui pretende reconstruir a essência da estória do presente e compreender como se integram os sentidos fragmentados das reportagens do dia a dia sobre o conflito pela terra.

De modo a deixar mais evidente como será apresentada a análise, as reportagens que fazem parte do nosso recorte serão recontadas descrevendo a estória do *Correio do Estado*, dando-lhe sentido. Ou seja, recontam-se as reportagens, revelando as artimanhas e estratégias

utilizadas pelo narrador, de modo a reordenar a cronologia jornalística, identificar e reposicionar as personagens, seus papéis e ‘funções’ no desenrolar dos episódios e, por fim, revelar a moral da estória, o discurso de representação do indígena.

2 JORNALISMO INFORMATIVO, O DISCURSO IDEOLÓGICO E A IMPRENSA SUL MATOGROSSENSE

Nesta abordagem sobre o gênero jornalístico informativo, será apresentada sua definição, características, alguns desdobramentos e seus formatos: nota, notícia, reportagem e

entrevista. Entretanto, vale ressaltar que o enfoque é dado apenas ao formato reportagem, já que se trata do tipo de texto em análise nesta pesquisa. Também serão discutidas questões sobre as narrativas relativas aos conflitos indígenas, o discurso ideológico e as representações sociais. Em seguida, apresenta-se uma breve abordagem a respeito do silenciamento do *Correio do Estado* frente aos acontecimentos de reocupações ocorridas em 1999 e 2005.

Por fim, a partir da discursão sobre jornalismo informativo, aborda-se a imprensa de Mato Grosso do Sul, sua história e características. O histórico visa estabelecer principalmente a relação entre imprensa e política. É apresentada a trajetória do *Correio do Estado* desde sua criação em 1954, por lideranças ligadas a UDN, até os dias atuais, objetivando identificar seus vínculos políticos que, eventualmente, possam perpassar nas reportagens sobre a questão indígena.

2.1 Gênero jornalístico informativo e noticiabilidade da narrativa indígena

O gênero jornalístico, segundo Melo e Assis (2013, p.50), trata-se da “classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos, potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas”. Em outras palavras, refere-se a sistemas de regras que orientam a produção do texto, ou produto audiovisual, é, portanto, uma convenção social de classes que agrupa determinados formatos.

Os autores contribuíram, ainda, em relação ao conceito de gênero ao assinalarem que se refere a um “conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em unidades textuais autônomas” (MELO; ASSIS, 2013, p.47). Nessa perspectiva, verifica-se que os próprios manuais de redação e estilo adotados pelos grandes veículos de comunicação costumam colaborar na sistematização dos gêneros e atuam como instrumento de referência para os jornalistas na hora de produzir os textos.

A imprensa brasileira nasceu em um cenário de dicotomia dos gêneros jornalísticos, que, durante o século XIX, coexistiram competitivamente: de um lado, o pioneirismo de Hipólito da Costa, no *Correio Braziliense*, com um jornalismo mais opinativo; de outro, a

Gazeta do Rio de Janeiro, que possuía um caráter mais informativo. Vale ressaltar, que o gênero opinativo prevaleceu durante o século XIX até meados do século XX, como um instrumento em defesa de causas políticas-partidárias.

Já no século XX, os meios de comunicação se diversificaram, tornando-se mais complexos, de tal forma que surgem novos gêneros e formatos, como: interpretativo, diversional e utilitário. Com princípios funcionais, essa divisão dos gêneros jornalísticos brasileiros é feita por Melo, da seguinte forma:

O gênero informativo aparece de corpo inteiro, representado por todos os seus formatos: nota, notícia, reportagem, entrevista. O gênero opinativo flui através de oito formatos convencionais: a resenha, a coluna, o comentário, a caricatura e a crônica [...] o editorial, o artigo e a carta. Somente um formato de gênero interpretativo figura nos cadernos de cultura dos jornais paulistanos: o dossiê. Os demais — análise, perfil, enquete, cronologia — deixaram de ser cultivados no período. Apesar da diminuta incidência, o gênero diversional começa a ser valorizado, tanto a história de interesse humano quanto a histórica colorida. O gênero utilitário ganha fôlego na mídia impressa de São Paulo, ocupando o terceiro lugar no âmbito espacial e compreendendo quatro formatos bem definidos: indicador, cotação, roteiro e serviço. (MARQUES DE MELO, 2010, p.33)

O gênero jornalístico informativo e seu formato reportagem constituíram a base da seleção do nosso recorte narrativo para o desenvolvimento desta pesquisa; dessa forma, será exposta uma breve discussão envolvendo o gênero jornalístico informativo e a definição de reportagem.

O jornalismo informativo “afigura-se como categoria hegemônica, no século XIX, quando a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo-se a informação de atualidade em mercadoria” (MARQUES DE MELO, 2003, p.24). A notícia ganhou sua forma moderna seguindo o relato oral dos fatos, dando relevância aos aspectos mais importantes de um evento, ao invés de seguir uma sequência temporal na narrativa. “Deflagrou-se uma campanha permanente contra a linguagem retórica e destacou-se a importância da ética como fator de regulação da linguagem jornalística” (LAGE, 2008, p.19). Além disso, de acordo com o mesmo autor:

estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes [...]. No caso do texto publicado, essa informação principal deve ser primeira, na forma de lead – proposição completa, isto é, com as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, finalidade e instrumento. (LAGE, 2008, p.18)

Tomadas como signo da modernidade, o conjunto de técnicas de redação jornalística chegou ao Brasil e, gradualmente, os veículos impressos implantaram essas técnicas e

passaram a produzir as narrativas privilegiando o caráter informativo. “A informação torna-se, portanto, matéria prima fundamental” (LAGE, 2008, p.22). Todavia, o jornalismo informativo cresce em meio a uma nova dinâmica social, industrialização capitalista, urbanização e aumento da população nos centros urbanos.

A construção da narrativa jornalística informativa faz parte de um processo de escolhas e eliminações; essa construção é influenciada tanto pelos mecanismos de condicionamentos internos das organizações jornalísticas, como pelas relações entre fontes, jornalista, mídia e público (audiência). Nesse sentido, o gênero informativo é o resultado da negociação durante o processo da atividade jornalística, entre os acontecimentos do cotidiano e sua expressão jornalística por meio do relato narrativo, que tem o objetivo de informar o leitor/receptor sobre tal acontecimento (MARQUES DE MELO, 2003). Além disso, a base na construção do gênero informativo é a objetividade, uma narrativa simples, coesa, precisa e relacionada ao fato de ser noticiosa.

Segundo Beltrão (1980, p.29), o jornalismo informativo trata de um “relato puro e simples de fatos pertencentes ao presente imediato ou ao passado que sejam socialmente significativos”. Assim, na narrativa jornalística informativa, a notícia se apresenta como um jornalismo objetivo, ou seja, o mais significativo modo de expressão da prática jornalística que compõe a realidade cotidiana em sua narrativa através da imediaticidade e/ou pelos elementos simbólicos presentes na cotidianidade.

Na reportagem, tipo *soft news*, um dos formatos do gênero jornalístico informativo, o jornal e seus editores concedem ao repórter uma liberdade maior para criar, relatar e contar em uma linguagem quase literária ou quase ficcional; há presença de um caráter mais subjetivo. “O repórter se desvincula então dos rigores da linguagem enxuta e objetivada, do compromisso de se manter próximo ao referente empírico, e ganha liberdade para imaginar, criar e sugerir através do texto efeitos estéticos de sentido” (MOTTA, 2013, p. 102).

Trata-se de uma narrativa mais ampliada, um estilo menos rígido, uma linguagem mais livre. Além disso, é composta por meio de citações, trechos de entrevistas, depoimentos, dados estatísticos, pequenos resumos, dentre outros recursos. Melo conceitua a reportagem como um “relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística” (MARQUES DE MELO, 2013, p.66).

De acordo com Lage (2008, p. 39), a reportagem parte de uma pauta preestabelecida, ou seja, é desenvolvida a partir de um roteiro de informações, indicações de logística e técnicas, ângulo de interesse, sugestão de fontes, dimensão pretendida com a matéria, etc.

Contudo, “programa-se geralmente a pauta de reportagem a partir de fatos geradores de interesse, encarados de certa perspectiva editorial” (LAGE, 2008, p. 39).

A reportagem é a narração de um acontecimento ou fenômenos, é uma estratégia ou gênero discursivo essencialmente jornalístico. Nesse sentido, Sodré contribui ao dizer que “o acontecimento referido obriga-se a ser verídico, real-histórico, portanto, e a obedecer à técnica corrente na prática do jornal. O real da notícia é a sua factualidade, a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento jornalístico” (SODRÉ, 2009, p.27).

Nota-se que muitos dos conceitos de notícia e reportagem utilizam o termo fato como sinônimo de acontecimento, todavia, Sodré (2009) enfatiza que há diferença entre acontecimento e fato.

O acontecimento, na prática, pode ser tomado como sinônimo de fato sócio-histórico. Mas enquanto o acontecimento se pauta pela atualidade, isto por uma experiência singular na temporalidade do aqui e agora, o fato, mesmo inscrito na história, é uma elaboração intelectual. (SODRÉ, 2009, p. 33)

De acordo com a proposta de mediação social de Medina, a reportagem, mais do que um gênero específico e consolidado, pode ser considerada como a alma do fazer jornalismo. Ela expõe, em linhas gerais, que o jornalista comprometido com sua atividade irá lidar com:

quatro instrumentos de aferição e aprofundamento compreensivo do real: a humanização dos protagonistas da ação social, o contexto abrangente do acontecimento pontual, as raízes histórico-culturais da situação em foco e os diagnósticos e prognósticos dos especialistas que pesquisam o tema [...] [Para obter] uma interpretação senão definitiva, pelo menos razoavelmente complexa. (MEDINA, 2008, p. 255)

Além disso, a respeito das narrativas jornalísticas, a autora, em *Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade* (MEDINA, 2008), expressa sua preocupação com a falta de complexidade nas práticas interpretativas da experiência coletiva e ressalta a necessidade de realização de narrativas com a estética inovadora, a tríplice que sustenta o fazer jornalístico: a técnica, a ética e a estética.

No jornalismo impresso, a produção de reportagem e o trabalho informativo fazem parte de uma tarefa organizada que se realiza dentro de uma instituição, a qual possui seus regulamentos e regras de produção. Os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias e atuam como produtor da realidade social. A reportagem como produto dessa atividade jornalística pode ser considerada como um recorte no espaço e no tempo, no que se refere a processos sociais mais amplos, e os limites desse recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade.

A noticiabilidade (newsworthiness) é definida inicialmente por Wolf como um “conjunto dos requisitos que se exigem dos acontecimentos [...] para adquirirem a existência pública como notícia” (WOLF, 1995, p.170). Além disso, a noticiabilidade pode ser entendida como qualquer fator que possa agir desde o processo de seleção até durante o processo de produção da notícia. Todavia, os critérios de noticiabilidade passam a ser pensados a partir da necessidade de definir qual acontecimento deve se tornar notícia, pois há uma infinidade de acontecimentos e um espaço limitado para a publicação nos veículos informativos.

Os valores-notícia estão inseridos nas rotinas de produção e são considerados como aspectos da noticiabilidade, revelam os parâmetros que levam um determinado acontecimento a ser selecionado como noticiável. Golding e Elliott conceituam valor-notícia como sendo:

critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores-notícias são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redatoriais (...). Os valores/notícias são qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo. (GOLDING e ELLIOTT apud WOLF, 1993, p.173-174)

Em relação às reportagens sobre conflitos de terras indígenas, de modo a responder por que esse acontecimento se torna notícia nos jornais locais de Campo Grande, há alguns valores-notícias que estão relacionadas com esta pauta, como: a questão da proximidade; interesse econômico; interesse humano; minorias sociais; disputa de poder; dentre vários outros. (BOND, 1962), em sua lista de doze elementos de interesse da notícia, apresenta como um dos itens o conflito. Nas palavras do autor:

A luta sempre prende nosso interesse. Notícias de batalha, de combates aéreos são notícias sensacionais. [...] Muitos tipos de histórias têm o conflito com seu elemento fundamental - a luta contra fatores adversos. Eis os vários destes tipos: luta do homem com a natureza; luta entre o indivíduo e a sociedade organizada; luta entre grupos políticos e econômicos. (BOND, 1962, p.95)

No valor-notícia conflito, que Bond nomeia de *elemento de interesse da notícia*, um dos tópicos é a “luta entre grupos políticos e econômicos”, pela qual se pode estabelecer uma associação direta com a temática do conflito indígena pela terra, já que este ocorre entre os grupos: os índios da comunidade Ñande Ru Marangatu que desejam a demarcação de suas

terras para viver de modo tradicional, e os fazendeiros, que querem permanecer em suas fazendas para a produção do agronegócio.

Por fim, partindo do princípio de que qualquer comunicação narrativa jornalística é pensada para uma audiência, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia, de certa forma, permitem orientar o jornalista a produzir narrativas, construir sentidos sobre a realidade, sobre acontecimentos, assuntos que sejam noticiáveis. Ademais, as narrativas sobre os indígenas são sempre veiculadas na imprensa sul-mato-grossense, pois fazem parte do cenário local, sendo reflexo das disputas de poder e conflitos de interesse entre grupos sociais.

2.2 Narrativas jornalísticas e o seu discurso ideológico

Os jornais, ao construir as suas narrativas, concedem ao indivíduo uma versão arquitetada com seu discurso ideológico, por meio de filtros culturais e técnicos, ou seja, as reportagens são produtos gerados de circunstâncias sociais e disputas simbólicas. Como relata Silverstone (2002, p.20), a mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum”.

De acordo com (FIORIN, 2007, p.28), “esse conjunto de ideias, essas representações que servem para justificar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens” é denominado de ideologia. O mesmo autor complementa ainda, “que uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe” (FIORIN, 2007, p.32).

A disputa pelo poder simbólico, por quem tem mais voz e condições de impor seu ponto de vista na narrativa acerca dos fatos, se acirra em uma negociação intensa pela produção do *corpus* resultante, a versão das ocorrências que conquistará a hegemonia social (BOURDIEU, 2010). Nesse sentido, na busca de conquistar seus interesses, garantir seu capital político, as narrativas veiculadas pelos jornais tratam de uma verdade hegemônica construída através das relações de poder, que constitui a própria realidade.

Para Bourdieu (2010, p. 188), o capital político é uma forma de capital simbólico, ou seja, “crédito firmado na crença e no reconhecimento, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem”.

As relações de poder presentes tanto em uma narrativa quanto nos veículos de comunicação são resultado das relações sociais hierarquizadas já estabelecidas na sociedade. Conforme observa Foucault (2008, p. 39-40), as “sociedades de discurso” e o poder se expressam como um regime de correlação de forças que circulam, sem possuir um caminho ou uma simetria fixa. O poder não está necessariamente cristalizado em instituições e situações de dominação ou de sujeição estáveis e permanentes, manifesta-se muito mais em uma multiplicidade de correlações de forças como um jogo instável e incessante que se transforma, flutua, se inverte e reverte. Nesse sentido, numa sociedade globalizada, a mediação ganha importância.

Enfim, o poder se manifestaria também nas relações discursivas e situações narrativas, indo e vindo, mudando constantemente de lugar ou posição. Esse poder não se restringe ao domínio dos meios materiais e dos aparatos políticos e institucionais, mas do “controle sobre o imaterial e o intangível seja das informações e conhecimentos, seja das ideias, dos gostos e dos desejos de indivíduos e coletivos” (LATRES e ALBAGLI, 1999, p.8).

No sentido de gerar um conhecimento social, a mídia produz discursos que são selecionados através das inúmeras representações sociais, com intuito de reproduzir um poder simbólico já existente e construído por uma classe hegemônica.

2.3 O conflito fundiário em 1999 e 2005 e o silenciamento do Jornal

Como já relatado, a proposta do recorte desta pesquisa seriam as reocupações ocorridas em 1999, 2005 e 2015, porém os materiais encontrados nos dois primeiros anos foram insuficientes para realizar a análise. Os textos encontrados em 1999 e 2005 são notícias mais “duras”, fragmentadas e inconclusas. Ademais, Motta (2013, p. 103) enfatiza que, nesse tipo de jornalismo *hard News*, o desafio do analista para identificar o narrativo é muito maior, “porque o texto é seco, não tem a pretensão de encadear sequências integrais nem compor uma intriga no sentido integral do termo”.

O relato jornalístico por excelência é de outro tipo e gênero. A grande maioria das notícias do dia a dia é redigida em terceira pessoa, numa linguagem descritiva, direta e objetivada. Se o analista quiser tomar este tipo de notícia como narrativa, enfrentará desafios conceituais e metodológicos mais complexos. O texto dessas notícias é ‘enxugado’ de qualquer manifestação subjetiva, e mantém uma proximidade definitiva com o referente empírico. A intenção é produzir o efeito de realidade, a veracidade. São as chamadas *hard news* das editorias de política, economia,

internacional, cidades, etc., escritos em linguagem descritiva clara, direta, enxuta, que se quer objetiva. (MOTTA, 2013, p. 103)

Do ano de 1999 foram encontradas seis notícias, e quatro de 2005, totalizando 10 notícias curtas. Como não houve nenhuma reportagem publicada, os textos noticiosos são curtos e não houve apuração, uma cobertura jornalística mais efetiva dos momentos de conflito, opta-se por trabalhar apenas com o ano de 2015, que possui uma quantidade de reportagens considerável.

Em 1999, foi o primeiro processo de retomada dos índios Guaranis Kaiowá nas fazendas situadas dentro da Terra Indígena Ñande Ru Marangatu. Já em 2005, foi o ano em que houve a homologação do processo de demarcação da Reserva Indígena, pelo presidente da República, posteriormente suspenso pelo Supremo Tribunal Federal, o que acarretou na retirada dos indígenas das fazendas. Ademais, se o histórico desse conflito fundiário é extenso e problemático, e já são duas lideranças indígenas que foram mortas em ataques, antes desses episódios, torna-se necessário questionar: por que não foi veiculado no *Correio do Estado* um material mais amplo e com maior apuração dos acontecimentos ocorridos em Antônio João nesses dois períodos (1999 e 2005)?

O conflito fundiário Ñande Ru Marangatu é um acontecimento presente no sul estado de Mato Grosso desde a década de 1940, e tem relevância social; todavia, observa-se o silenciamento do jornal. A intencionalidade de um veículo de comunicação em silenciar determinado assunto fortalece a opinião vigente, ou seja, a informação dominante e hegemônica. Nesse sentido, sobre o silêncio do *Correio do Estado* a respeito do conflito fundiário em 1999 e 2005, é possível constatar que o jornal se posiciona ao lado de um grupo social dominante, os grandes latifundiários, tendo em vista que os índios são minorias, e o veículo não tem a preocupação em realizar, de fato, uma apuração maior necessária.

Ademais, ao comparar os processos de retomada, 1999, 2005 e 2015, no último, os indígenas reocuparam mais fazendas, sendo no total seis, além do distrito Campestre, ou seja, a proporção da ação indígena foi maior, e o caso teve maior repercussão.

2.4 Imprensa de Mato Grosso do Sul: história, características

A imprensa é implantada no Brasil com a chegada de Dom João VI, em junho de 1808, com o *Correio Braziliense*, impresso em Londres, o primeiro periódico brasileiro livre de censura portuguesa. No mesmo ano, em setembro, foi criada a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Com a independência do Brasil, e com o decreto de liberdade de imprensa em 1821, a imprensa desenvolve uma estreita ligação com a política. Em um cenário político, em que surgem as facções partidárias, os novos jornais vão sendo implantados com a sua linha editorial ancorada em posicionamentos políticos.

A implantação da imprensa na região do atual estado de Mato Grosso do Sul ocorreu em 1877, na cidade de Corumbá, território, que na época, pertencia ao estado de Mato Grosso. O processo de divisão do estado de Mato Grosso ocorreu somente em 1977, pelo então presidente Ernesto Geisel, através da lei complementar nº31 e a capital do atual estado tornou-se Campo Grande. Sendo assim, os registros históricos da imprensa do Mato Grosso do Sul remetem à história do antigo estado a que pertencia.

De maneira sucinta, a história do surgimento da imprensa em Mato Grosso acontece com a implantação da tipografia em 1837, pelo então presidente provincial José Antônio Pimenta Bueno. Em 1839, era lançado o semanário *Themis Mattogrossense*, destinado à publicação de atos públicos, na gestão do presidente Estevão Ribeiro de Resende. Foi uma iniciativa oficial com a participação de lideranças políticas de alguns municípios que foram os sócios da empresa, em uma época em que os jornais brasileiros eram partidários e defendiam seu posicionamento político.

Em 1842, surgiu o periódico *Cuiabano Oficial* em substituição ao *Themis Mato-Grossense*; em seguida, modificou-se o nome para *O Cuiabano*, que circulou até 1845. Em 1847, foi criada *A Gazeta Cuyabana*, que encerrou suas atividades no ano seguinte, por motivos políticos. Vários jornais foram criados na capital, Cuiabá. Com o desenvolvimento do estado e aumento da povoação, a imprensa também chegou ao interior.

A primeira cidade do atual Mato Grosso do Sul a ter jornal foi Corumbá, em 18 de janeiro de 1877, com o *O Iniciador*, lançado pelos comerciantes Manoel Antônio Guimarães e Silvestre Antunes Pereira da Serra. Na época, posterior à Guerra do Paraguai, Corumbá era a cidade mais rica e desenvolvida do sul do estado de Mato Grosso; possuía um porto pelo qual entravam quase todos os bens de consumo destinados àquela região.

De acordo com Mendonça (1963), *O Iniciador* era impresso em quatro colunas, como órgão comercial, noticioso e literário. O material tipográfico para a produção do jornal era adquirido em Assunção (Paraguai). Já em 1880, em Corumbá, surgem os jornais *A Opinião* e *O Corumbaense*, jornais que abordavam os interesses do comércio e da lavoura. Além destes, vários outros foram lançados em Corumbá.

Campo Grande, atual capital de Mato Grosso Sul, naquele período ainda era uma vila pouco desenvolvida. Começou a ser mais povoada com a chegada de alguns fazendeiros de

Minas Gerais e de São Paulo, isto já na década de 1910. Em 1913, o advogado pernambucano Arlindo Gomes de Andrade inaugurou o primeiro jornal da cidade. Devido ao seu interesse pela região, decidiu implantar um periódico “que fosse um órgão de ligação entre Campo Grande e as povoações vizinhas (RODRIGUES, 1976, p. 12)”. Assim, em 22 de junho de 1913, foi lançada a primeira edição do *O Estado de Matto Grosso*, o primeiro jornal tipograficamente impresso no sul do Estado.

Como aborda Rodrigues (1976), as características da primeira edição do impresso são: papel couchê, quatro páginas e formato de 32 por 44 centímetros. As colunas eram de 6 por 34 centímetros, e a primeira página impressa com tinta dourada. Naquela época, os jornais, em sua primeira edição, se apresentavam expondo um programa e o seu posicionamento político, ou seja, as ideias políticas que defendiam. Porém, *O Estado de Matto Grosso* não seguiu essa tradição, pois abordou em sua primeira edição temas como “a agricultura, o comércio, a pecuária, os meios de comunicação e os recursos naturais da região” (RODRIGUES, 1976, p. 15).

Rodrigues (1976) apresenta uma lista de jornais que surgem em Campo Grande posteriores ao pioneiro *O Estado de Matto Grosso: A Ordem* (1916); *O Sul* (1917); *Rui Barbosa* (1919); *A Nota* (1919); *Guarani*; *O Imparcial* (1930); *O Correio do Sul*; *O Martelo* (1917); *Miosótis*; *Jornal do Comércio* (1921); *Delta* (1928); *Diário do Sul* (1929); *A Cidade* (1920); *A República* (1931); *O Correio de Campo Grande* (1931); *Diário Oficial* (1932); *O Progressista* (1933); *O Imparcial* (1933); *O Estado* (1934); *O Campograndense* (1935); *Folha da Serra* (1931); *O Matogrossense* (1944); *O Correio do Estado* (1954); *O Esparadrapo* (1973); *Eco* (1939); *O Estandarte* (1956); *O Amambaí* (1976); e *D. Bosco* (1976). Destes, o único que permanece em circulação é o *Correio do Estado*.

Esses jornais surgiam apresentando sua bandeira, os princípios que defendiam, como o *Sul* (1917), que foi implantado como órgão dedicado à defesa dos interesses do sul de Mato Grosso. Por outro lado, havia os jornais que nasciam destinados a defender seu posicionamento político, vinculados à propaganda de candidaturas, como o *Rui Barbosa* (1919). Rodrigues (1976) corrobora com essa perspectiva apresentando alguns jornais que surgiram vinculados a partidos políticos como: *O Progressista* (1933), órgão do Partido Progressista de Mato Grosso; *O Estado* (1934), veículo oficial do município de Corumbá e do Estado; *O Matogrossense* (1944), jornal do Partido Social Progressista, e mais tarde, a serviço do Partido Social Democrático.

Nos dias atuais, observa-se a existência de jornais que possuem posicionamento político mais definido, embora, a partir de meados do século XX, optassem por se apresentar como imparciais, ou seja, praticar um jornalismo um pouco mais isento deste campo.

A partir de 1977, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, havia maior concentração de empresas jornalísticas na capital. Os dois jornais que circulavam diariamente na capital eram o *Correio do Estado* e *Diário da Serra*. Vários outros jornais impressos surgiram em Campo Grande com o passar dos anos, alguns semanários, outros diários, como: *A Crítica* (1980); *A Tribuna* (1999); *Folha do Povo* (1999), *Jornal de Domingo* (1992); *O Estado de MS* (2002); dentre outros.

2.4.1 Perfil do Correio do Estado

O *Correio do Estado* foi lançado em 7 de fevereiro de 1954, em Campo Grande, por um grupo ligado ao partido conservador União Democrática Nacional (UDN)¹¹, com o objetivo de disseminar os discursos do partido. Os dirigentes do jornal eram: Fernando Corrêa da Costa, que na época, era governador; José Manuel Fontanillas Fragelli, o primeiro diretor-presidente do periódico, atualmente ex-senador, ex-deputado e ex-governador; e José Inácio da Costa Moraes, principal acionista do periódico (SCWHENGBER, 2008). Outras pessoas que faziam parte do grupo político vinculado à UDN também contribuíram para a fundação do jornal, dentre eles, Wilson Barbosa Martins, Vespasiano Martins, Laucídio Coelho e Laudelino Barcellos.

Com o intuito de difundir os debates políticos, os partidos de maior expressão, como Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN), utilizavam o espaço dos jornais de grande circulação para apresentarem e defenderem suas propostas. Essa realidade se reproduziu no antigo sul de Mato Grosso e alguns jornais surgiam fundamentados em um partido, como relata Scwhengber (2008, p.2): “os jornais *O Progresso* (PSD), no município de Dourados, e o *Correio do Estado* (UDN), em Campo Grande”.

O *Correio do Estado*, portanto, representou uma grande força política para a UDN estadual, que tinha muitos partidários em Campo Grande. O ex-

¹¹ “A UDN, por sua vez, representava um movimento composto por vários grupos opositores de Getúlio Vargas e do Estado Novo. De fato, esse movimento agregador reunia membros das oligarquias destronadas a partir de 1930, antigos aliados de Getúlio e marginalizados no Estado Novo, liberais inspiradores do Manifesto dos Mineiros e comunistas ou estudantes de tendência socialista” (SILVA, 2006, p. 64).

governador Wilson Barbosa Martins afirmou que “[...] a intenção [do grupo que criou o *Correio do Estado*] era fazer proselitismo político e contrapor ao jornal ‘O Matogrossense’, dirigido pelo PSD”. Aliás, quando criado, este jornal não escondeu suas intenções e anunciou que era produto e esforço das contribuições espontâneas de políticos e de militantes da UDN. Sua função era defender bandeiras políticas, mas também anunciava que não seria um órgão estritamente partidário, mas que lutaria pelas causas de interesse social. (SCWHENGBER, 2008, p.2 -3)

Dessa forma, verifica-se que o *Correio do Estado* foi um importante instrumento político para a UDN estadual, a qual, durante o regime militar, de 1964 a 1985, assumiu uma posição de destaque ao apoiar o regime. Em Campo Grande, com muitos partidários na época, a UDN era forte na Assembleia Legislativa. Vale salientar que o grupo que fundou o *Correio do Estado* permaneceu por um período curto na administração, pois com a vitória de Fernando Correia da Costa para o governo de Mato Grosso, em 1960, o jornal foi literalmente abandonado pelo partido e pelos seus financiadores, inclusive pelo governador eleito.

As principais características do *Correio do Estado* eram: publicação diária, oito páginas, formato tabloide e tiragem de dois mil exemplares. Como relatam Andrade e Fernandes (2015, p.67-68):

Na capa da primeira edição do *Correio* havia outros 11 textos jornalísticos - todos assinados pela agência de notícias Asapress: As exportações do café; BAILES INFANTIS NO CARNAVAL; Cubatão começará a funcionar em julho; MINISTRO DA GUERRA; O Rio sem açúcar; Exonerado o prefeito Militar de Santa Cruz; Localizada a nova Capital Federal; Em S. PAULO a maior filмотeca da América do Sul; Novo Embaixador do 68 Líbano em Belo Horizonte; Nova greve de trabalhadores marcada para amanhã; CONGRESSO EUCARÍSTICO MUNDIAL no RIO. [...] A primeira edição do *Correio* continha em suas páginas internas notícias de agência, mas também notícias locais e regionais (estas produzidas por correspondentes), espaço para crônicas, colunas religiosas, *Correio Agrícola*, *SEÇÃO TRABALHISTA*. A única foto da edição foi disposta na última página, a 8. A imagem era do então Prefeito de Ponta Porã, Dr. Rachid S. Derzi. O título do texto referente à imagem foi: Fala ao *Correio do Estado* O PREFEITO DE PONTA PORÃ DR. RACHID S. DERZI. A linha fina anunciava: abordados problemas do seu município.

Como tradição, os jornais da época apresentam sua plataforma na capa da primeira edição. O *Correio do Estado* não foi diferente; em sua capa, colocou o seguinte texto:

A Nossa Apresentação: “[...] *O seu programa é modesto, mas definido e claro. Produto do esforço e das contribuições espontâneas de políticos, homens de Partido, ele defenderá uma bandeira sem ser órgão estritamente partidário. Sente-se na obrigação, desde logo, de demonstrar ao povo matogrossense, Governo que tem, a sua obra notável de recuperação moral, administrativa e financeira, mas tudo com dados, com fatos, com números, que não sofreram e nem poderão sofrer contestação honesta e segura. No*

terreno das grandes obras públicas, mostraremos que nenhuma outra administração, nem mesmo uma que durou oito anos pôde alcançar o vulto das que a atual vem empreendendo em todo o Estado, num espaço de três anos apenas”. (1ª EDIÇÃO Correio do Estado, 06/01/1954)

Com a influência do modelo de jornalismo norte-americano, notícia produzida com objetividade e imparcialidade informativa, observa-se que o *Correio do Estado* adere a esse modelo após deixar de ser administrado pelo grupo ligado à UDN. Além disso, a sua nova administração começou a implantar avanços tecnológicos, contando com a participação de profissionais, produzindo um conteúdo mais informativo do que opinativo. É necessário salientar que o periódico só “demonstrou, explicitamente, vinculação partidária enquanto serviu aos interesses da UDN” (SCWHENGBER, 2008, p.3).

Tais mudanças, influenciadas pelo jornalismo informativo norte-americano, aconteceram quando José Barbosa Rodrigues se tornou dono do jornal. Rodrigues foi contratado, em 1957, como editor. Posteriormente, passou a editá-lo ao lado do ainda acionista José Inácio e, após alguns anos, adquiriu a parte de Inácio e tornou-se o único proprietário do jornal. Como proprietário, passou a envolver seus filhos na empresa: Antônio João Hugo Rodrigues, José Maria Hugo Rodrigues, Marcos Fernando Hugo Rodrigues e Paulo de Tarso Hugo Rodrigues (os três últimos já falecidos) na empresa.

Como observa Scwhengber (2008):

Depois que passou para a propriedade de José Barbosa Rodrigues, o periódico não abandonou seu caráter conservador de direita, mas começou a se tornar um pouco mais profissional e acompanhar as mudanças tecnológicas e de conteúdo que ocorreram na imprensa nacional. (SCWHENGBER, 2008, p. 3)

O *Correio do Estado* foi administrado por Barbosa Rodrigues até 2003; depois, seu filho Antônio João assumiu a direção. De acordo com Scwhengber (2008, p. 5), com a participação administrativa de Antônio João, houve investimento em máquinas que agilizam o processo de impressão, e “em 1999, o periódico era o único do país a imprimir todas as suas páginas coloridas”.

Antônio João é o atual acionista majoritário. A diretora-presidente é Ester Figueiredo Gameiro, que possui cota de participação na empresa por ter sido casada com Antônio João. O diretor administrativo é Marcos Fernando Alves Rodrigues, neto de Barbosa Rodrigues. O *Correio do Estado* deu origem ao grupo Barbosa Rodrigues, hoje formado pela TV Campo Grande, o portal de notícias *Correio do Estado* e as emissoras de rádio Cultura AM e Mega 94 FM.

Em relação à estrutura de funcionamento do jornal e sua equipe de funcionários, o *Correio do Estado* possui uma estrutura que conta com mais de 140 funcionários e correspondentes em Brasília (DF), e no município de Três Lagoas (MS).

O periódico nasceu com mais de dois mil exemplares vespertinos diários, tabloide e oito páginas, atualmente o jornal circula todos os dias, de segunda a domingo sem número de páginas definido. As editorias se dividem em seis cadernos: Política; Economia; Cidades; Esportes; Rural e Classificados, porém não são fixos diariamente. Todas as páginas são coloridas e tem a maior tiragem do estado.

Ademais, apesar de o jornal ter crescido e se desenvolvido, é necessário relatar que o veículo, atualmente, vem passando por uma crise econômica, nem todos os cadernos aparecem todos os dias, o número de páginas foi reduzido, e muitos jornalistas foram demitidos da empresa. A redução da tiragem foi de 20% de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação - IVC, de 11.834 exemplares em 2015 reduziu para 9.466 no mês de fevereiro de 2017.

A rigor, vale salientar que Antônio João foi candidato a senador por Mato Grosso do Sul pelo Partido Social Democrático em 2014, mas não foi eleito. Nessa perspectiva, observa-se a ligação do jornal com a política.

A partir dessa trajetória, é possível observar que o perfil político e editorial do *Correio do Estado* reflete no seu posicionamento editorial. Esse posicionamento também é extensivo a suas narrativas sobre o conflito fundiário entre fazendeiros e os indígenas? O poder econômico dos fazendeiros responsáveis por grande parte da arrecadação do estado exerce alguma influência na construção dessa narrativa sobre a demarcação de terras indígenas? Estas são algumas das questões que permeiam este trabalho de pesquisa.

3 HISTÓRIA DA COMUNIDADE E AS NARRATIVAS DO *CORREIO DO ESTADO*: O PROCESSO DE RETOMADA

A história do povoamento do território da comunidade Ñande Ru Marangatu, pelos colonizadores e por não-indígenas, se dá a partir do período da colonização do Brasil posterior

à Guerra do Paraguai, em 1870, no qual ocorre a implantação da Matte Laranjeira na região sul de Mato Grosso. Com o Estado Novo, de 1937 a 1945, por meio da política de colonização de Getúlio Vargas, verifica-se a intensificação desse povoamento através das frentes agropastoris.

A breve reconstrução do processo histórico da retirada dos índios dessa terra e o seu deslocamento para a vila Campestre, expondo a organização social e política das famílias dessa comunidade e os laudos antropológicos e históricos dessa Terra Indígena, considerada como de ocupação tradicional.

A análise é desenvolvida em três episódios; neste capítulo será apresentado apenas o primeiro episódio, que é composto por duas estórias publicadas referentes aos dias 27 e 29 de agosto de 2015, as quais abordam a reocupação dos indígenas nas fazendas e no Distrito Campestre, localizados dentro da área considerada de ocupação Guarani Kaiowá.

3.1 Ñande Ru Marangatu: um retrospecto da história da comunidade e o conflito fundiário

O território tradicional dos Guarani e Kaiowá situa-se na região sul do estado de Mato Grosso do Sul; encontra-se distribuído em oito reservas históricas e outras áreas de retomadas a partir dos anos de 1980, totalizando 22 Terras Indígenas (TI) (URQUIZA, 2013). Os índios Guarani são distribuídos em três subgrupos: Ñandeva, Mbya e Kaiowá, sendo que os integrantes do subgrupo Ñandeva se autodenominam Guarani, e são tratados dessa forma¹². Os primeiros relatos e informações dos Guaranis Kaiowá foram produzidos pelos jesuítas e por viajantes durante o período colonial.

No Brasil colônia, os limites dos territórios Guarani Kaiowá e o tamanho de suas populações eram desconhecidos pelas autoridades governamentais. Quando Portugal começou a ocupar o território através das expedições organizadas pelos bandeirantes, os índios localizados na bacia platina eram vistos como estratégicos dentro da geopolítica luso-brasileira. Após a independência do Brasil, em 1822, o exército brasileiro continuou com a mesma estratégia, mantendo os índios nessas regiões de fronteiras. Foi só durante a guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864 a 1970), formada por Argentina, Brasil e Uruguai, que o exército imperial brasileiro adentrou no território Guarani e Kaiowá para combater as tropas de Francisco Solano Lopez, líder no Paraguai. Com a ajuda de milhares de índios, o

¹² Neste trabalho, utilizaremos a denominação Guarani Kaiowá quando nos referirmos apenas ao subgrupo Kaiowá; quando utilizarmos Guarani e Kaiowá, estamos nos referindo a dois subgrupos: o subgrupo Ñandeva, que se autodenomina Guarani, e o subgrupo Kaiowá. E quando utilizamos Guarani, referimo-nos a todos os subgrupos dessa etnia.

Brasil saiu vitorioso na guerra, e como resultado conquistou grande parte do atual estado de Mato Grosso do Sul, antigo sul de Mato Grosso.

Os Guarani Kaiowá, na etnologia, são mais conhecidos como povos da mata, devido à preferência de construírem suas aldeias em locais mais próximos da mata, ou matas ciliares. Desde o período colonial, ocupavam um amplo território em ambos os lados da fronteira do Brasil com o Paraguai. Porém, no Brasil, a partir da década de 1880, com o fim da guerra do Paraguai, surgiu nos governos estadual e federal, o interesse de povoar a região com não índios.

Com a formação da comissão de demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Paraguai, no pós-guerra, os territórios indígenas despertaram interesse nas sociedades nacionais e passaram a ser explorados com o avanço das frentes econômicas. Foi um processo gradativo de ocupação da região que começou com a instalação da Companhia Matte Laranjeira (1895), que prosperou na atividade de exploração, atuando na comercialização da erva-mate. Dessa forma, as primeiras frentes não indígenas adentraram o território. A companhia, embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos indígenas, foi responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e agrupamentos populacionais devido às colheitas da erva mate; além disso, a Matte Laranjeira tinha interesse nos índios, pois os via como mão de obra para as atividades ervateiras (BRAND e NASCIMENTO, 2006).

Todavia, a ocupação do território indígena Kaiowá ocorreu, de fato, com a implantação da política de colonização do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas, que teve o objetivo de acabar com todo tipo de poder paralelo ao do Estado, e centralizar o poder, consolidando o Brasil como uma unidade federativa (URQUIZA, 2013). Assim, as terras que estavam ocupadas pelos índios, ou grande parte delas, foram transferidas para a administração de Mato Grosso e o estado, ao se apoderar dessas áreas, declarou as terras indígenas não tituladas como terras devolutas¹³ e, posteriormente, repassou-as para terceiros. Em outras palavras, a população indígena foi desconsiderada pelo poder público e a maior parte do território habitado pelos Guarani Kaiowá foi considerada como sendo terras devolutas.

A primeira reserva indígena para o usufruto dos Guarani e Kaiowá foi demarcada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1915, com 3.600 hectares. Posteriormente, até 1928, outras sete reservas foram reconhecidas pelo Governo Federal, totalizando 18.297 hectares no estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do SPI, “constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e

¹³ “São terras devolutas, na faixa de fronteiras, nos Territórios Federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual, territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado” (CF, Art. 5º).

consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não indígenas” (BRAND, 2004, p.2).

A instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Guarani e Kaiowá amplia o processo de desmatamento do território a partir da década de 1950 e grande parte das aldeias é destruída a partir desse período, acentuando-se o processo de confinamento dos indígenas nas reservas, que são extensões de terras reduzidas para morar, o que tende a inviabilizar o bem viver desse povo. Esse processo foi realizado com o apoio direto dos órgãos oficiais, caracterizando a política indigenista oficial. Na década de 1970, houve a introdução da soja e junto veio a ampla mecanização da atividade agrícola em toda a região, o que provocou a dispensa da mão de obra indígena e o fim das aldeias como refúgio nos fundos das fazendas, onde os Guarani e Kaiowá resistiam (BRAND, 2004).

A aldeia, para o povo Guarani, é o espaço para a continuidade do seu modo de ser. Composta por um conjunto de casas, roças, matas, famílias, em que se organizam e realizam a sua vivência social, econômica, política e religiosa. Esses núcleos familiares eram relativamente autônomos, caracterizando-se pela constante mobilidade. Esta se trata de uma estratégia de manejo ambiental, para evitar o esgotamento dos recursos naturais, e também importante modo para a superação de conflitos internos. Contudo, atualmente as aldeias não oferecem tais condições para o povo Guarani viver segundo suas tradições. Além disso, grande parte das aldeias dos Kaiowás, em Mato Grosso do Sul, foi invadidas por fazendeiros que instalaram suas fazendas, expulsando delas os índios (BRAND, 1997).

Todo esse processo de expansão das frentes agropastoril para o povo Kaiowá e Guarani não significou apenas a perda da terra e o deslocamento geográfico, mas, ao confiná-los em reservas, isso impôs grandes transformações, principalmente na sua relação com o território tradicional, e tem refletido na organização social, no seu modo de ser, *‘Teko Porã’* (URQUIZA, 2013).

A presença dos índios Guarani Kaiowá na Terra Indígena Nãnde Ru Marangatu e em outras áreas ao entorno remonta aos tempos anteriores à guerra do Paraguai. Porém, foi nas décadas de 1940 e 1950 que os índios e posseiros (não índios), que estavam nessa região do Cerro Marangatu, sofreram processo de esbulho¹⁴ por terceiros; fazendeiros ali chegaram e obtiveram títulos de sua propriedade na capital do estado, Cuiabá.

¹⁴ O termo ‘esbulho’ segundo o Código de Processo Civil (CPC) - Lei nº 13.105/2015 significa: retirada forçada do bem de seu legítimo possuidor, que pode se dar violenta ou clandestinamente.

3.1.1 Legislação e situação atual da comunidade indígena

O estado e a Funai tinham conhecimento da realidade dos Kaiowás em Antônio João, mas não demarcaram o território povoado pelos indígenas. Assim, tentaram transferir a comunidade para a Reserva Indígena de Dourados, ou para outras reservas (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009), mas parte da comunidade de Marangatu se recusou a deixar sua terra.

O primeiro laudo de identificação da terra Ñande Ru Marangatu foi elaborado em 1999, pelo antropólogo Rubem Thomaz Almeida. Porém, a antropóloga Lília Valle esteve antes na Terra Indígena realizando pesquisas acadêmicas, em 1974, e elaborou um relatório e encaminhou à Funai, expondo a situação de conflito por que os Kaiowás de Ñande Ru Marangatu estavam passando.

Em 2007, em atendimento à determinação feita pela Justiça Federal¹⁵, foi realizado o laudo judicial antropológico e histórico daquelas terras pelos peritos Jorge Oliveira e Levi Pereira, o qual comprovou que a área é de ocupação tradicional Kaiowá (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009).

Em português, Ñande Ru Marangatu significa “Nosso Pai Celestial”, e, para os Kaiowás dessa comunidade, o Cerro, ou morro Marangatu que está localizado dentro desta terra indígena, é o epicentro religioso deste Tekoha guasu¹⁶. Os Kaiowá acreditam que a chegada dos brancos, fazendeiros, naquela região é um evento histórico catastrófico, de consequências negativas para a comunidade.

Os xamãs Kaiowa acreditam que a existência de suas comunidades na terra depende da manutenção do equilíbrio cósmico. Por este motivo, eles devem frequentemente rezar para que esse equilíbrio seja mantido. Situações de conflito e violência, que impedem a realização dos rituais religiosos, são interpretadas como prenúncios da destruição da terra. Se destruída, a terra deve dar lugar a uma nova terra, onde seja possível construir um modo de vida mais harmônico. Na cosmologia dos Kaiowa e Guarani, em geral, a terra já foi destruída várias vezes em tempos passados. (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p.68)

Entre fins da década de 1940 e meados da década de 1950, muitas famílias Ñande Ru Marangatu foram expulsas de seu Tekoha, e, segundo a memória coletiva dos índios mais idosos daquela comunidade, eles não teriam saído da área por vontade própria, apontando-se

¹⁵ 1ª Vara Federal de Ponta Porã, 5ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

¹⁶ O conceito de tekoha é entendido como um espaço ocupado por uma comunidade Kaiowá, o conceito de tekoha guasu, é compreendido como um espaço territorial maior, compreendido por vários tekoha, onde vivem várias comunidades associadas entre si por fortes vínculos de parentesco e alianças políticas.

os fazendeiros Milton Corrêa, Damico Damiano Corrêa, Lazinho Corrêa e Pio Silva como os responsáveis pelo processo de esbulho contra os seus parentes. Há também um ofício produzido pelo ex-deputado estadual pelo Mato Grosso do Sul, Agapito de Paulo Boeira, encaminhado ao diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1952, denunciando as violências e os maus tratos que a comunidade Ñande Ru Maragatu teria sofrido no processo de expulsão de suas terras (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 57-58).

Foi Agapito Boeira quem criou o projeto do município de Antônio João, Lei nº 2.142, de 18/03/1964, a partir da emancipação da antiga Colônia Penzo, fundada por Eugenio Penzo por volta de 1934, localizada na região conhecida como Cabeceira do Bugre¹⁷.

No entanto, os primeiros fazendeiros que chegaram à região da comunidade Ñande Ru Marangatu foram Pio Silva, amigo e compadre de Milton Corrêa, no início da década de 1950, que vieram de Minas Gerais com a família, com o intuito de adquirir terras, criar gado e ali recomeçar uma nova vida. Os outros fazendeiros que também obtiveram títulos de terras dentro no território da comunidade indígena vieram de São Paulo e Rio Grande do Sul, como Quirino Ernesto Zanchet, pai de Carlos Zanchet.

As narrativas dos Kaiowa mais velhos da comunidade de Ñande Ru Marangatu enfatizam uma série de violências sofridas por suas famílias no tempo em que os primeiros requerentes de terra chegaram à área periciada. Conforme narraram, os primeiros a se apresentarem como proprietários, ou seus prepostos, chegavam portando armas de fogo e ordenavam que os índios deixassem o local, pois do contrário seriam retirados à força. Para trás os Kaiowa tiveram de deixar roças, casas, animais e cemitérios, dentre outras coisas de valor material e simbólico. Essas narrativas foram e continuam sendo transmitidas de geração a geração como parte da memória histórica da presença dos Kaiowa na região, com especial destaque para os locais cujos significados estão investidos de sentido religioso, como é o caso dos morros. (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 119)

No processo de expulsão dos índios pelos fazendeiros, o índio Nelson Barbosa foi assassinado em 1952. A família e índios idosos da comunidade recordam do ocorrido e afirmam que o responsável pelo autor do assassinato foi Damico Damiano Corrêa, irmão de Milton Corrêa (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009).

Grande parte das famílias Kaiowás que permanece no território até não ser mais tolerada pelos fazendeiros, migrou para a Vila Campestre ou para a Colônia Indígena Pysyry,

¹⁷Bugre é um termo pejorativo originário do francês *bougre*. Foi popularizado no Brasil desde a época colonial, quando os portugueses disputaram com os franceses e os holandeses a posse de parte do atual território brasileiro. Trata-se de um vocábulo colonialista empregado como designação genérica dada ao índio, sobretudo ao indivíduo tido como “bravio e/ou aguerrido”, “desconfiado, arredo”. É mais empregado, contudo, no sentido figurado de indivíduo “inculto, grosseiro, rude”, isto é, bárbaro, selvagem, incivilizado e desprovido de inteligência (EMERITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, p.61).

comunidade localizada à margem esquerda do rio Estrela, no Paraguai. O cacique, ou capitão, que liderava a comunidade durante o período que migraram para a Vila Campestre, Alziro Vilhalba, decidiu permanecer próximo à terra que foi ocupada pelos fazendeiros, em Vila Campestre; assim, manteve sua família articulada e se tornou uma liderança de referência para as outras famílias que estavam na região. Na Vila Campestre, os indígenas de Marangatu receberam como doação um lote de terra de 10 hectares, pelo médico Néri Azambuja. Contudo, a terra não era suficiente para aquela comunidade; e, além disso, eles dividiam com os regionais não índios (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009).

Com o passar dos anos, a área da comunidade indígena sofreu grandes impactos ambientais, desmatamentos, perdendo sua composição natural de matas fechadas. Porém, a comunidade Ñande Ru Marangatu acredita que, ao retomar a posse da terra, com os seus rituais e atividades ecológicas, a fauna e flora voltarão aos poucos ao seu estado natural da biodiversidade (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009). Para os índios, não interessa manter a área desmatada para o agronegócio, mas sim deixar que o mato volte a predominar em muitos lugares que foram transformados em pastos para a criação bovina.

A partir da década de 1970, a maioria das famílias da comunidade estava recolhida na Vila Campestre. O capitão Vilhalba e as lideranças da comunidade trabalhavam na negociação de melhorias para a sua população, tanto com a Funai, quanto com os pesquisadores que às vezes passavam pela região. Com o passar do tempo, houve um processo de incorporação de várias pessoas e famílias na comunidade, casamentos, nascimentos, morte; assim, a recomposição da comunidade aumentou o objetivo de retornar para a terra que ocupava no passado.

Alziro e, depois, outros líderes da família Vilhalba permaneceram nas proximidades do morro de Marangatu e resistiram a muitas pressões e ameaças. No entanto, observa-se que a Vila Campestre foi fundamental para manter vivo o sentimento da comunidade e a sua ligação com a territorialidade. Além disso, vale salientar que, segundo o laudo antropológico e histórico, “toda a vila Campestre está dentro de uma área de ocupação tradicional dos Kaiowa, a Terra Indígena Ñande Ru Marangatu” (EMERITES DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2009, p. 122).

Já na década de 1980, os líderes da família Vilhalba, com a estratégia de dar visibilidade à necessidade de demarcação de sua terra, começaram a frequentar as grandes assembleias (aty guasu), de que praticamente todas as comunidades Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul participavam. Com o apoio de outros líderes, os líderes da comunidade Ñande Ru Marangatu decidiram realizar a retomada, reocupação da terra. As reocupações têm como

objetivo pressionar e exigir uma resposta do Estado brasileiro a respeito da demanda da comunidade, no que se refere à demarcação de sua terra.

A partir da década de 1970 e 1980, os processos de retomadas das terras tradicionais situam-se em um contexto mais amplo, em nível nacional e internacional na América Latina. Em Mato Grosso do Sul, os Guarani Kaiowá iniciam um processo de retomada das terras tradicionais de onde foram expulsos.

Verifica-se, portanto, a partir de 1980, um movimento aparentemente contraditório. Ao mesmo tempo em que ocorreu a radicalização do confinamento e o simultâneo crescimento da taxa de suicídios, verifica-se também o início da quebra desse mesmo processo histórico de confinamento, mediante a reocupação de aldeias perdidas. (BRAND, 2000, p. 116)

Em 1983, houve um conflito entre índios e fazendeiros em Campestre, e o líder indígena Marçal de Sousa, que defendia as demarcações das terras indígenas no Brasil, foi assassinado.

A primeira reocupação aconteceu em 1999, em que muitas famílias da comunidade Ñande Ru Marangatu retomaram uma fazenda, mas, em dezembro de 2005, as famílias foram despejadas por ordem judicial. Vale ressaltar que a terra foi demarcada e homologada em 2005, porém, nesse mesmo ano, o decreto foi suspenso pela justiça.

Em 2015, completada uma década que a terra indígena havia sido homologada pela Presidência da República, os índios da comunidade, de modo a pressionar para que a justiça resolvesse esse impasse, realizaram outra reocupação, com acampamentos em cinco propriedades: Primavera, Pedro, Fronteira, Barra e Soberania, restando apenas duas fazendas para completar toda a área do tekohá a ser demarcada. No conflito entre índios e fazendeiros, outra liderança indígena tradicional foi assassinada, Simião Vilhalva, e dezenas de índios foram feridos.

Esses episódios de retomadas, reocupações de terras indígenas, são movimentos de organização indígena que têm como objetivo reocupar a sua terra, da qual foram expulsos ou retirados para outras reservas. Essas retomadas são utilizadas como mecanismo de pressão para que o governo acelere os processos administrativos de reconhecimento dessas terras indígenas, ou seja, servem para dar visibilidade aos movimentos reivindicatórios, e têm importante função sociopolítica, pois viabiliza a autonomia política de diversos tekoha. O termo 'retomada' é utilizado pelos Kaiowá, já os fazendeiros, proprietários de terras, consideram como 'invasão' esse processo.

Como observa Cavalcante em uma leitura de causa e efeito:

poder-se-ia dizer que no início do século XX houve um movimento coercitivo de ingresso e acomodação de unidades sociopolíticas nas reservas indígenas. Já a partir da década de 1970, o que se vê é o movimento contrário, quando essas unidades sociais saem das reservas e de pequenas terras indígenas demarcadas nos anos 1980-2000 em busca da retomada de suas terras tradicionais e, assim, da reconstituição das relações sociais baseadas nas parentelas e alianças políticas entre elas, ou seja, buscam reconstituir sua territorialidade em seus antigos tekoha. (CAVALCANTE, 2013, p.202)

Em relação à comunidade Ñande Ru Marangatu, a retomada de suas terras, que consideram de ocupação tradicional de suas famílias, sucedeu devido à inconformidade em viver na vila Campestre, desencadeando, assim, as relações sociais conflituosas vividas com os moradores não-indígenas daquele distrito, que pertence ao município de Antônio João. Alguns proprietários que viviam exclusivamente da produção nessas áreas e que tiveram suas terras reocupadas pelos indígenas sofreram graves problemas.

Outra questão que é necessária explorar é sobre a legislação indígena, ou seja, os direitos dos índios perante a Constituição Federal de 1988. Na Constituição, nos artigos 231 e 232, são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. As terras tradicionalmente ocupadas são “as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (CF, art.231,§1º).

A área periciada pelo laudo judicial de natureza antropológica e histórica, com base no Art. 231 da Constituição Federal de 1988, é considerada de ocupação tradicional Kaiowá.

3.2 As narrativas do *Correio do Estado*: a retomada das fazendas pelos índios

O primeiro episódio da estória da Reserva Ñande Ru Marangatu inicia em agosto de 2015, com a retomada de algumas fazendas pelos indígenas. Nove fazendas, 9,3 mil hectares, de acordo com um laudo pericial, estão localizadas em território de ocupação tradicional da comunidade. Os índios, para pressionarem o governo no processo de demarcação, como descreve o narrador, “invadem fazendas” e “ameaçam ocupar mais propriedades”.

O conflito entre índios e fazendeiros já perdura por anos, e se intensificou com as reocupações indígenas. A seguir, a análise de duas reportagens referentes ao primeiro episódio: a retomada das fazendas pelos índios.

3.2.1 Processo de reocupação, sinônimo de crime?

Categorias de Análise

Reportagem 1

Título: “Indígenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades” - 27/08/2015, edição: 339385, editorial: cidade, p.15 (meia página).

Personagens						Elementos Espaços Temporais		
Personagens	PROT.	COADJ . PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTR A	Referenciação Citações (direta ou indireta)	Locais	Datas
Luana Ruiz Silva (Advogada, filha de um dos fazendeiros)	Apresenta grande poder de voz na narrativa, e está vinculada aos fazendeiros.	----	----	----	----	“Não temos acesso às fazendas, os produtores, trancaram a rodovia para os índios não entrarem na cidade e os índios bloquearam o acesso ao distrito” (Luana Silva).	Município de Antônio João (Invasão da propriedade Primavera)	22/08
Departamento de Operações de Fronteira (DOF)	----	(Paráfrase e citação indireta)	----	----	----	Havia ameaça de os indígenas colocarem fogo na cidade de Antônio João e, por isso, os acessos entre as rodovias MS-164 e MS-384 foram bloqueados por caminhonetes e outros veículos dos fazendeiros (paráfrase - citação indireta pelo narrador).	Município de Antônio João (Fazendeiros bloquearam a rodovia)	27/08
Roseli Maria Ruiz Silva (Presidente do Sindicato Rural de Antônio João)	Protagonista porque tem grande poder de voz na narrativa, e está vinculada ao lado dos fazendeiros.	----	----	----	----	“A situação no município está um caos, e que diante de um caos desta magnitude, não tenho ideia do que fazer para garantir a ordem” (Roseli Ruiz).	Brasília (Reunião com os produtores rurais, lideranças indígenas e o Ministro da Justiça, José Cardozo)	26/08
Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Femasul)	----	(Paráfrase e citação indireta)	----	----	----	Segundo a Federação a reunião deveria marcar avanço nas negociações sobre as invasões a propriedades rurais em MS, mas não ocorreu porque apenas os proprietários rurais compareceram (paráfrase - citação indireta).	----	----
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	----	----	----	----	----	Órgão citado pelos produtores rurais, mas não tem voz na narrativa.	----	----

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
Invasão das propriedades dos fazendeiros. Título: “Índigenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades”.	Boqueio dos acessos entre as rodovias MS-164 e MS-384, por fazendeiros com caminhonetes e outros veículos.	Conflito cultural, vínculo tradicional do índio com a terra. “estudos antropológicos que teriam confirmado a presença de antepassados indígenas na região”	Lucia Morel – Jornal <i>Correio do Estado</i> .	Vinculados a ações que transgridem a ordem social; são tidos como criminosos. “donos dos imóveis foram expulsos”	Desejam manter a ordem social, e estabelecer um equilíbrio harmonioso com os índios.	Para o narrador, as ações indígenas de reocupação das Terras (consideradas de ocupação tradicional Guarani Kaiowá por laudos periciais de caráter antropológico e histórico) são atos de criminalidades, pois, segundo a narrativa, os verdadeiros donos da terra são os fazendeiros. O narrador constrói um discurso ideológico partidário em favor das oligarquias do agronegócio, destacando as ações indígenas como impasse para o desenvolvimento econômico.

A reportagem intitulada “Indígenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades” foi veiculada em 27/08/2015, edição nº 339385, com a assinatura da jornalista Lúcia Morel. Localizada na parte superior da página 15, dentro da editoria *Cidades*, a reportagem possui uma fotografia que está diagramada no centro entre as colunas textuais e um boxe informativo. Tem como fontes de informação duas personagens protagonistas a favor dos fazendeiros: Luana Ruiz Silva (Advogada, filha de um dos fazendeiros) e Roseli Maria Ruiz Silva (Presidente do Sindicato Rural de Antônio João). E, de modo indireto, cita o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Femasul) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Cabe salientar que a narrativa faz menção a cinco elementos espaciais, o município de Antônio João, Amambai, Nioaque, o distrito Campestre e Brasília, e a três elementos temporais, os dias 22, 26 e 27 de agosto.

O clima de tensão se intensifica a cada dia entre índios e fazendeiros na cidade de Antônio João, localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, com a ação de reocupação das fazendas pelos índios, é o que elucida a narrativa. Já no início do texto, observa-se o posicionamento claro do veículo contra a ação ‘ameaçadora’ dos indígenas, ao enfatizar que: os “donos dos imóveis foram expulsos” e que os indígenas “ameaçam entrar em mais propriedades dos municípios de Amambai e Nioaque”.

Verifica-se que, em vários momentos da narrativa, o narrador utiliza estratégias textuais para evidenciar a ação ameaçadora dos índios, como neste trecho: “os donos estão impedidos de entrar nas propriedades, uma vez que os índios já se dizem donos da terra”. Tal característica é observada quando o narrador expõe que os donos das propriedades, os fazendeiros, estão impedidos de entrar em sua própria casa. Além disso, ainda neste fragmento textual, observa-se, por parte do narrador, uma ênfase ao domínio das propriedades pelos fazendeiros; em outras palavras, apesar de os índios se dizerem donos pelo vínculo tradicional da comunidade com a terra, o narrador enuncia que a propriedade da terra pertence aos fazendeiros.

Na composição da trama, o jornal conta que a ocupação começou “desde a madrugada de sábado, 22, quando apenas uma propriedade, chamada de Primavera, havia sido ocupada”. O narrador descreve que a ação dos índios continuou; outras oito fazendas e o distrito de Campestre, onde viviam cerca de 50 famílias, foram também reocupados.

O termo “invadem” é utilizado pelo narrador em vários trechos do texto e no título da reportagem, o qual sugere a tipificação de um crime, ou seja, a ação criminal dos indígenas de entrar em uma área particular sem permissão.

O jornal dá voz à personagem Luana Ruiz Silva, advogada e filha de um dos fazendeiros, para dar continuidade ao fio da narrativa: “Não temos acesso às fazendas, os produtores trancaram a rodovia pros índios não entrarem na cidade, e os índios bloquearam o acesso ao distrito”. Luana é protagonista, tem poder de voz na narrativa, além de ocupar uma posição social com prestígio na sociedade. Como advogada, está em defesa dos fazendeiros, também considerados protagonistas, de acordo com a construção da narrativa. Na citação direta da protagonista, a personagem parece justificar a ação dos fazendeiros de bloquear a rodovia como um modo de prevenção para que os índios não entrassem na cidade. E esta ação dos fazendeiros na estória, de bloquear a rodovia, é em decorrência das reocupações indígenas, assim, trata-se do conflito secundário da narrativa.

Cabe aqui o destaque em relação à protagonista Luana Silva. Verifica-se que o narrador dá palavra à personagem que, além de profissionalmente estar em defesa dos fazendeiros, tem vínculo familiar muito forte, pois é filha de um fazendeiro. Ou seja, está em defesa da sua própria propriedade. Nesse sentido, observa-se que o narrador, ao dar poder de voz a essa personagem, pretende elucidar com nitidez o discurso dos proprietários de terra.

Na trama, a produção agropecuária se destaca como um dos eixos da narrativa, pois na fala da advogada, não se sabe se a produção “foi comprometida, mas de longe é possível ver fumaça e focos de incêndio”. No entanto, como descreve o narrador, o que está em jogo é a questão de terras destinadas à produção agropecuária; nesse sentido, a demarcação de reservas indígenas, como a da comunidade Ñande Ru Marangatu, torna inexplorados territórios que poderiam ser destinados para a produção agropecuária, prejudicando o desenvolvimento produtivo do Brasil. Verifica-se, nesse fragmento, a preocupação do narrador apenas com a produção agropecuária, em detrimento da situação indígena. Em outras palavras, o entrave para o desenvolvimento econômico é o discurso enfatizado pelo narrador.

A narrativa dá continuidade, com outra personagem: Roseli Maria Ruiz Silva, presidente do Sindicato Rural de Antônio João. Ela enfatiza que a situação no município está um “caos”, e que “diante de um caos desta magnitude, não tenho ideia do que fazer para garantir a ordem”. Como protagonista, Roseli também está na narrativa em defesa dos fazendeiros e, a partir de sua fala, verifica-se que o narrador determina os fazendeiros como os que tentam manter a ordem: “contactamos todas as autoridades e poderes de polícia. Até o momento, não tivemos respostas”, enquanto os índios com as ações de ‘invasão’ rompem com o equilíbrio social.

No fio da estória, o narrador apresenta outra personagem, coadjuvante do protagonista, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Femasul), para “solicitar que a

Força Nacional que atua em Amambai se desloque para Antônio João”. Novamente, o narrador arquiteta na narrativa uma representação favorável dos protagonistas, que, a todo tempo, tentam buscar alternativas para manter a ordem.

Outra personagem que aparece na narrativa, como coadjuvante do protagonista, é o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), colocado na estória como fonte oficial para apresentar informações complementares, mas de maneira indireta, por meio da paráfrase. O narrador enfatiza que apenas os produtores rurais estão sendo policiados, e em contrapartida os índios, “os que ameaçam a sociedade”, estão livres; ao dizer: “o DOF está no local, mas lidando apenas com os produtores, já que não tem autonomia para lidar com os assuntos referentes a indígenas”. O narrador deixa claro que é preciso a presença da Força Nacional para lidar com o lado dos índios, já que os fazendeiros almejam manter a ordem.

Vale notar que o narrador, ao longo da estória, apresenta apenas personagens que possuem atributos profissionais, ou que ocupam cargos de relevância social para produzir um discurso dos fazendeiros. Assim, observa-se que ele, ao dar voz a esses personagens, constrói um discurso favorável dos proprietários rurais.

No enquadramento dramático da narrativa, o boxe anexado à reportagem, localizado na parte inferior ao lado esquerdo, intitulado “95”, em caixa alta, enfatiza o número total de propriedades rurais invadidas no estado, por meio das ações de retomadas indígenas. O veículo, ao expor esta informação da Federação da Agricultura, “95 invadidas”, ressalta a gravidade do problema que é recorrente no estado e se trata de uma prática ameaçadora aos brancos. Além disso, o narrador chama a atenção, estrategicamente, para informar que a situação não acontece apenas em Antônio João.

Seguindo a composição da trama do município de Antônio João, em relação a elemento espacial, o narrador muda o cenário dos acontecimentos-intriga para Brasília, lugar em que os produtores rurais e representantes das comunidades indígenas iriam se reunir com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para encontrar soluções nas negociações entre indígenas e fazendeiros. Nesse trecho da narrativa, o narrador por meio de uma estratégia de inversão textual, enfatiza que a reunião “não ocorreu porque apenas os proprietários rurais compareceram”. Assim como descreve o narrador, pressupõe-se que apenas os fazendeiros têm interesse em resolver essa situação de caos, já que os índios não foram à reunião.

Na sequência, o narrador parece enaltecer a ação dos fazendeiros, ao apresentar a informação do Departamento de Operações de Fronteira de que “havia ameaça de que os indígenas colocariam fogo na cidade de Antônio João, e por isso, os acessos entre as rodovias MS-164 e MS-384 foram bloqueados por caminhonetes e outros veículos dos fazendeiros”.

Em outras palavras, nesse fragmento, o narrador mostra a atuação dos fazendeiros como uma conduta de prevenção das ações dos indígenas.

A ação de prevenção dos fazendeiros é mostrada na fotografia presente na reportagem e é ressaltada na legenda: “Temerosos. Temendo que índios invadissem a parte urbana de Antônio João para incendiá-la, fazendeiros bloquearam a rodovia”. A palavra ‘temerosos’ refere-se ao sentimento dos fazendeiros, de medo, pavor, em decorrência das ações dos índios; constata-se que o veículo novamente condena essas ações ‘criminais’, e defende a atitude dos fazendeiros ao bloquear a rodovia.

Na fotografia em destaque, muitas caminhonetes no centro bloqueando a rodovia que dá acesso à entrada do município. Ao lado, alguns fazendeiros, pessoas usando chapéus, um costume típico de quem trabalha no campo. Ainda na imagem, acima dos carros, há uma placa de entrada no município de Antônio João, que, de certa forma, comprova a informação do bloqueio de acesso e enfatiza a ação dos fazendeiros.

Definida a configuração da trama, de um lado estão os antagonistas, os indígenas que invadem propriedades de produtores rurais, fazendeiros, e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que encabeçam essas invasões. O narrador não dá a voz a nenhuma personagem ligada ao lado indígena, o que ressalta o seu posicionamento a favor dos fazendeiros. Ademais, torna-se notório que o narrador, logo no início da estória, tenta construir uma representação do indígena vinculada a ações que transgridem a ordem social, ao descrever as ações como: “indígenas invadem nove fazendas”, índios expulsam os donos das propriedades: e “ameaçam entrar em mais propriedades”, são tidos como criminosos, como descreve o narrador.

Do outro lado da narrativa, estão os fazendeiros, os protagonistas da estória, na qual, ao longo de todo o texto, o narrador articula os seus personagens para construir um discurso favorável a eles, de modo que os produtores rurais são aqueles que desejam manter a ordem social, estabelecer um equilíbrio harmonioso com os índios, e resolver o conflito. Além disso, o narrador parece enfatizar que apenas os fazendeiros são os prejudicados com essa situação.

Como pano de fundo, o narrador alega que essas ações indígenas de reocupação de Terras, consideradas de ocupação tradicional Guarani Kaiowá por laudos periciais de caráter antropológico e histórico, são atos de criminalidade, pois os verdadeiros donos da terra são os fazendeiros, como elucida o narrador.

Por fim, observa-se que o narrador revela um conflito de ordem cultural no pano de fundo da narrativa, pois a relação dos índios com a terra é de caráter cultural, ou seja, ela é o meio para a continuidade do seu modo de ser, os costumes tradicionais; já para os fazendeiros,

a terra está ligada à produção agropecuária e à obtenção de renda. Todavia, apesar de haver os estudos antropológicos que confirmam o vínculo do indígena com a terra, a partir da presença de antepassados indígenas na região, antes mesmo da chegada dos fazendeiros, o governo e os fazendeiros nada fazem para resolver essa situação, sendo assim, o conflito permanece.

Em toda a narrativa, fica claro que o narrador constrói um discurso ideológico em favor das oligarquias do agronegócio, destacando as ações indígenas como impasse para o desenvolvimento econômico.

3.2.2 Clima de guerra e o discurso dos pequenos produtores

Categorias de Análise

Reportagem 2

Título: “Município de Antônio João vive clima de guerra com invasões” - 29/08/2015, edição: 339430, editoria: especial, p.12 (página toda).

Personagens						Elementos Espaços Temporais		
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Fazendeiros	(Paráfrase - citação indireta)	-----	-----	-----	-----	Índios estariam sendo recrutados do território paraguaio como forma de reforçar e até dobrar o movimento de tomada de terras, capitaneadas por ao menos 1,5 mil índios guarani-caiuás (paráfrase - citação indireta pelo narrador). Os fazendeiros temem que outras três áreas sejam ocupadas nos próximos dias (paráfrase - citação indireta pelo narrador).	Município de Antônio João	29/08
Antônio César Pereira Flores, (Baby) (Vice-Prefeito de Antônio João, pelo PSDB)	Protagonista porque tem grande poder de voz na narrativa, e está vinculada ao lado dos fazendeiros.	-----	-----	-----	-----	A batalha, que empurra para lados opostos índios e fazendeiros, dura ao menos duas décadas e o governo federal “pouco faz ou nada faz”.	Município de Antônio João – pátio do Sindicato Rural do Município	“Ontem” 28/08
Pio Queiroz Silva Barros – fazendeiro (esposo da Presidente do Sindicato Rural do Município, Roseli Ruiz)	Protagonista porque tem grande poder de voz na narrativa, e está vinculada ao lado dos fazendeiros.	-----	-----	-----	-----	“Nosso País virou uma terra velha, cheia de rato. Este governo, metido a idealista, gosta apenas dos índios, movimentos sociais, dos mensalões, petrolões, de tirar dinheiro da Petrobrás. Temos que sair com este governo, com estes comunistas que estão no poder. Trabalhei por toda minha vida, perdi minha juventude e agora minha saúde.”	Município de Antônio João – sede da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul)	“Ontem de Manha” 28/08

						“Gosto da pessoa do índio brasileiro, mas agora ele está me triturando”.		
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	-----	-----	-----	-----	-----	Órgão citado pelos produtores rurais, mas não tem voz na narrativa.	“Os ruralistas vigiam parte da MS – 384”	“Há três dias” 26/08
Isidora Alves Varreiro (moradora do Distrito Campestre)	Protagonista porque tem grande poder de voz na narrativa, representa o discurso dos pequenos proprietários rurais e está vinculada ao lado dos fazendeiros.	-----	-----	-----	-----	“Eles (índios) foram bons comigo, pediram para que eu saísse logo, que não teria confusão”. “Minha casa é a maior da vila, eu tinha comércio lá, os índios eram todos meus conhecidos, amigos. Agora, mandaram eu embora. Gastamos todo o dinheiro para reforma-la. Não entendo isso, acho que isso (invasões) não é coisa dos índios daqui”.	Aldeia (Distrito campestre)	29/08
Alisson Morales	-----	-----	Tem voz na narrativa, mas é desconstruído pelo narrador.	-----	-----	A faixa onde se situa a aldeia, de 15 quilômetros de linha reta, “sempre foi do índio”. “Foram os brancos que invadiam aqui”.	-----	-----
José (dono de uma conveniência no distrito campestre)	-----	-----	-----	-----	Tem uma breve participação na narrativa.	“Nada tenho contra dona Isidora”.	-----	-----

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
<p>Invasão das propriedades dos fazendeiros e pequenos produtores rurais.</p> <p>Título: “Município de Antônio João vive clima de guerra com invasões”</p> <p>Lead: “Fazendeiros e pequenos produtores foram expulsos de suas terras pelos índios Guarani Kaiowá”</p>	<p>“Por desconfiar das novas invasões, há três dias, os ruralistas vigiam parte da MS – 384, bloqueando a entrada e saída da cidade, gerando uma atmosfera de guerra”.</p>	<p>Conflito de ordem ética: “O conselho Indigenista Missionário recebeu 451 mil dólares para realizar ações de retomadas de terras consideradas indígenas do Cafod (Fundo Católico para o Desenvolvimento Exterior) e de outra instituição chama de Trócaire, que é uma agência católica da Irlanda de ajuda humanitária”.</p>	<p>Celso Bejarano (envidado especial a Antônio João) – <i>Jornal Correio do Estado</i>.</p>	<p>Vinculados a ações criminais e a interesses pelo dinheiro maior que pela terra. Assim, o índio é tido como um indivíduo criminoso, injusto, inimigo e hostil.</p> <p>“Os índios eram meus amigos, mas me mandaram embora”.</p>	<p>Os fazendeiros juntamente com os pequenos produtores rurais, são os prejudicados pelas ‘invasões’ indígenas, e são abandonados pelo governo federal.</p>	<p>De um lado, estão os indígenas que continuam como antagonistas no fio da estória, e que, agora, além de invadirem as propriedades dos fazendeiros, prejudicam também os pequenos produtores, aqueles que ‘eram amigos’.</p>

A segunda reportagem, “Município de Antônio João vive clima de guerra com as invasões”, informa que seis fazendas foram reocupadas desde o dia 22/08, e “os fazendeiros temem que outras três áreas sejam ocupadas nos próximos dias”. Assinada pelo jornalista Celso Bejarano, enviado especial a Antônio João, a narrativa foi veiculada em 29/08/2015, edição nº 339430.

Trata-se de reportagem especial que ocupa toda a página 12, e está dividida em dois tópicos: “Fazendeiros e pequenos produtores foram expulsos de suas terras pelos índios guarani-caiuás” e “Os índios eram meus amigos, mas me mandaram embora”. Em cada um dos tópicos, há uma fotografia, a primeira localizada no lado direito parte superior e a segunda centralizada na parte inferior da página. São citadas cinco fontes de informação; três ligadas aos fazendeiros: Antônio César Pereira Flores, (Baby) - vice-prefeito de Antônio João, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Pio Queiroz Silva Barros – fazendeiro (esposo da presidente do Sindicato Rural do Município, Roseli Ruiz) e Isidora Alves Varreiro - moradora do Distrito Campestre. A quarta e a quinta fontes são indígenas: Alisson Morales, também morador do distrito Campestre, e o sogro de Alisson, José, dono de uma conveniência no distrito. Há um box informativo “Saiba” que faz menção a três elementos espaciais – o município de Antônio João, Paraguai e o Distrito Campestre – e a três elementos temporais: dia 27 de agosto (anteontem), dia 28 de agosto (ontem) e dia 29 (data de publicação da reportagem).

Logo no título, é notório o posicionamento crítico e condenatório do veículo – “Município de Antônio João vive clima de guerra com invasões”. O termo invasão é utilizado com conotação de ação criminal e a expressão ‘clima de guerra’ enfatiza uma situação de tensão extrema em decorrência das ações indígenas. Em outras palavras, as ‘invasões indígenas’ provocam clima de guerra no município de Antônio João.

A narrativa inicia com a citação indireta dos ruralistas (paráfrase) que condenam o movimento indígena de retomada e ao mesmo tempo o acusam pelo fato de índios serem “recrutados do território paraguaio como forma de reforçar e até dobrar o movimento de tomada de terras”, acrescenta o narrador. Essa informação dos índios serem recrutados em território paraguaio é abordada apenas no início da narrativa, ou seja, trata-se de outro argumento utilizado pelos fazendeiros de modo a compor um discurso contrário aos indígenas.

O narrador, em seguida, coloca a informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra a proximidade do município sul-mato-grossense com o

território paraguaio, cerca de quatro quilômetros, de modo que dá veracidade à citação indireta dos ruralistas.

Seguindo o fio da narrativa, no enquadramento dramático do veículo, a trama acontece a partir das ações indígenas que expulsam, além dos fazendeiros, os pequenos produtores moradores do Distrito Campestre¹⁸ que moravam há quatro décadas na localidade. Em decorrência desse conflito principal, os fazendeiros, os que desejam manter a ordem, enfatiza o veículo, reagiram às invasões e bloquearam a entrada e a saída da cidade, havia três dias.

Na organização de sua estória, o narrador afirma que é “briga antiga” e retoma um período de 2005, ano em que o conflito se intensificou a partir da homologação da Reserva Indígena, em que nove fazendas foram consideradas como parte do território da comunidade Ñande Ru Marangatu. O narrador salienta que os fazendeiros, insatisfeitos com a homologação, entraram com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), que devolveu o caso para a Justiça Federal, em Ponta Porã, e até então a situação não fora resolvida.

Segue a estória com atenção no fazendeiro protagonista, Antônio César Pereira Flores, vice-prefeito do município de Antônio João, que, insatisfeito com o governo, diz que “o governo federal pouco faz ou nada faz” para resolver esse conflito. Nessa frase, além do descontentamento, o personagem ressalta a despreocupação do governo em resolver tal situação de conflito. Além disso, o narrador, também conta que essa intriga afetou até política do município, sendo que Antônio César não cumpre mais expediente na prefeitura, pois rompeu vínculo com o prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT), Selso Lozano, já que “Selso não cumpriu com a promessa”, justifica o personagem.

No fio da narrativa, o narrador adverte a partir do subtítulo “ações”, que os fazendeiros estão atentos e unidos em frente ao sindicato rural do município e que “monitoram os noticiários e ainda as informações acerca do deslocamento dos índios às fazendas ocupadas”. Nesse ponto da estória, o veículo destaca que os fazendeiros estão em alerta, de maneira que, a partir de qualquer ação dos índios, os fazendeiros estão prontos e unidos para reagir para se defenderem. Ou seja, como salienta o narrador, a reação dos fazendeiros é apenas um ato de defesa.

Na trama do lado dos protagonistas, a insatisfação contra o governo é também observada claramente na voz do personagem Pio Queiroz Silva Barros, esposo da Roseli Silva (presidente do Sindicato Rural de Antônio João) e dono de um patrimônio de R\$25 milhões: “Nosso País virou uma terra velha, cheia de rato. Este governo, metido a idealista, gosta

¹⁸ Vale ressaltar que o Distrito Campestre, segundo o Laudo Antropológico e Histórico da terra, está situado dentro da Reserva Indígena Ñande Ru Marangatu (OLIVEIRA e PEREIRA, 2009).

apenas dos índios, movimentos sociais, dos mensalões, petrolões, de tirar dinheiro da Petrobrás”. A rigor, nesse fragmento da estória, o narrador, ao dar grande poder de voz a Pio Barros, concorda que, de um lado, está o governo federal, defensor dos indígenas, das minorias sociais, e do outro, os proprietários de terra, aqueles que deram a vida pela propriedade, mas agora estão sendo tirados deles.

Na frase citada por Pio: “trabalhei por toda a minha vida, perdi minha juventude e agora, minha saúde”, enfatiza-se a dedicação à fazenda, a produção agropecuária durante toda a sua vida e que agora, na velhice, em vez de ter uma vida mais tranquila, está sofrendo com o conflito indígena, a ocupação de sua fazenda. O narrador enfatiza um ato de injustiça a um trabalhador, que dedicou a sua vida à fazenda, que está sendo tomada pelos indígenas.

Seguindo o fio da narrativa, a informação que “fazendeiros estariam contratando milícias armadas para agir em eventuais combates com os índios” é negada pelo protagonista Pio Barros, que, em seguida, afirma: “gosto da pessoa do índio brasileiro, mas agora ele está me triturando”. Pode-se interpretar aqui, segundo o narrador, que os fazendeiros, apesar de não contratarem milícias para combater com os índios, teriam o direito de contratar, já que os índios estão ‘triturando’, ameaçando, os fazendeiros e pequenos produtores.

Ademais, o narrador continua a construção da representação dos protagonistas, e, ainda na voz de Pio Barros, afigura-se a imagem de boa pessoa, que concorda com a entrega de suas terras, desde que o governo federal indenize-o.

Na configuração da narrativa, observa-se, que de um lado, estão os indígenas, os antagonistas da estória; e do outro lado, além dos fazendeiros e instituições dos agronegócios, estão também os pequenos produtores, como sendo os protagonistas.

“Quem financia?”, questiona o narrador em um subtítulo da narrativa, seguindo o enquadramento dramático em que apresenta o Conselho Indigenista Missionário como uma instituição que vem recebendo recursos de entidades internacionais para financiar ações de retomadas indígenas, ações políticas, madeiras, ferramentas, etc. Neste ponto observa-se que o narrador não concorda com essas atitudes do Cimi, e, em contrapartida, mostra uma resposta dos fazendeiros a essa situação, que, reunidos na sede da Federação de Mato Grosso do Sul (Femasul), “cogitaram abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) através da bancada federal para investigar o Cimi”.

O fio da narrativa continua com um novo enquadramento, agora na perspectiva dos pequenos produtores rurais moradores do Distrito Campestre: “Os índios eram meus amigos, mas me mandaram embora”. Trata-se do subtítulo da reportagem e da fala da protagonista Isidora Alves Vareiro, 67 anos de idade, moradora em Campestre haviam 40 anos. Nessa fala,

os índios eram amigos, pessoas do bem, mas que, ao ‘expulsá-la’, já não são considerados amigos. Além disso, o narrador segue a trama principal do início da narrativa, com a fala de Isidora: “não entendo isso, acho que isso [invasões] não é coisas de índio daqui”, complementando a informação de que índios estão sendo recrutados de outros lugares para reforçar o movimento indígena.

Nesse segundo tópico da reportagem, verifica-se que o narrador enfatiza a imagem dos indígenas como antagonistas contra os pequenos produtores, caracterizados pelo narrador como pessoas humildes, que possuem como único bem a propriedade em que moravam, da qual os índios os ‘expulsaram’. O narrador, com o intuito de enaltecer a imagem dos protagonistas, contrapõe o discurso de uma personagem, uma senhora, Dona Isidora, moradora do Distrito Campestre, que foi “expulsa” pelos índios e teve que colocar seus móveis empilhados no fundo da casa de uma das filhas, com as ações dos indígenas.

Caminhando para o fim da narrativa, o narrador apresenta o personagem antagonista, Alisson Morales, 21 anos, guarani, que, contrário à versão da protagonista Isidora, afirma que aquele território “sempre foi do índio”. Nesse fragmento, novamente, o narrador contrapõe a afirmação de Alisson com a personagem Isidora, com o intuito de defender a protagonista, e expõe a informação “especula-se na cidade, que até 40 anos atrás, índios negociavam lotes com famílias brancas, em troca de dinheiro”. Contudo, o personagem antagonista nega essa informação e ressalta que “foram os brancos que invadiram aqui”. A rigor, verifica-se claramente que, nesse trecho da narrativa, o narrador tenta desconstruir o discurso e a imagem do indígena, ligado às más ações e ao interesse no dinheiro.

Outro personagem indígena que aparece brevemente na narrativa é o dono de uma conveniência no distrito Campestre, José, sendo que a sua fala indireta é em favor da personagem Isidora, “nada tenho contra dona Isidora”. O narrador complementa a sua fala, dando a informação de que um dos filhos de José é até afilhado da “ex-vizinha”. Vale destacar aqui que o termo “ex-vizinha”, utilizado pelo narrador, aparece de modo estratégico, para advertir o leitor que ela era vizinha, ou seja, uma pessoa próxima dos índios, e mesmo assim foi expulsa de sua casa.

Ademais, o narrador encerra a narrativa informando que mais famílias haviam sido despejadas do Distrito Campestre e muitas delas não teriam para onde ir e foram para ruas do centro do município.

Na composição da estória, há um boxe – Saiba – localizado na parte inferior da página, no lado esquerdo com o título “Polícia Federal (PF) faz levantamento da área invadida”. Nele, o narrador expõe informações de que a PF estaria trabalhando para descobrir

pontos em que poderia ocorrer eventuais conflitos com o intuito de convocar um efetivo maior para conter o embate. Aqui, o narrador chama a atenção do leitor para possíveis conflitos futuros e finaliza ressaltando a preocupação do governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) com essa situação, que também solicitou ao Exército que mande um efetivo para o local. Vale salientar que, ao dar um destaque para a atitude de Azambuja, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se uma proximidade do narrador com o governador.

Na primeira imagem, localizada na parte superior da página, há movimentação de pessoas em uma propriedade cercada. Por meio do título em destaque, acima da imagem, e através da legenda, percebe-se que estas pessoas são índios e que estão ocupando uma das propriedades do Distrito Campestre. Na legenda: “Invadidas. Indígenas já ocupavam, ontem, várias casas do Distrito de Campestre, formado por pequenos produtores e comerciantes que moravam lá há mais de 40 anos”. Novamente, nesse ponto da narrativa, tem-se o uso do termo ‘invadidas’, com a conotação de uma tipificação de um crime; a partir da imagem, observa-se a ênfase que o narrador dá a essa ação criminal. Assim, por meio da narrativa, tem-se que essa casa que aparece na imagem é a propriedade da personagem Isidora, que foi ‘expulsa’ pelos índios, os atuais moradores.

Na segunda imagem, localizada na parte inferior da página, observa-se que o narrador faz uso de uma estratégia de comparação e expõe uma imagem que dialoga com a primeira fotografia, enfatizando o ponto de vista da moradora da casa que foi ocupada pelos indígenas (destaque da primeira imagem). Nessa segunda imagem, que está logo abaixo do subtítulo “os índios eram meus amigos, mas me mandaram embora”, está uma senhora posicionada ao lado de móveis e objetos de casa empilhados. Essa fotografia mostra toda a descrição da protagonista Isidora, que foi feita no texto; uma personagem humilde, que está na casa dos fundos de uma das filhas. Em outras palavras, o narrador enfatiza o discurso dos pequenos proprietários frente às ações indígenas. Ainda na legenda: “Sem Razão. Dona Isidora não entende porque a expulsaram de casa, já que conviviam amigavelmente”, novamente, verifica-se o posicionamento do narrador, contrário às ações indígenas ao utilizar a expressão ‘sem razão’, ou seja, o narrador é contra essas ações e, ao mesmo tempo, afirma que não há motivos para os índios se comportarem assim.

A rigor, nessa narrativa, o narrador utiliza-se da imagem do pequeno produtor rural para enaltecer o discurso dos fazendeiros contra as ações dos indígenas que objetivam a demarcação da Terra Indígena.

Como pano de fundo, de um lado, estão os indígenas que continuam como antagonistas e que agora, além de invadirem as propriedades dos fazendeiros, prejudicam

também os pequenos produtores, aqueles que ‘eram amigos’. Vale ressaltar que, na narrativa, a voz do indígena aparece brevemente com dois personagens, dois índios Kaiowá, que estavam no Distrito Campestre; não há voz de lideranças indígenas.

Já do lado dos protagonistas, o narrador, aliado ao discurso dos fazendeiros, insere o dos pequenos produtores rurais, aqueles que dependem da sua propriedade para viver. São vários os personagens protagonistas que estão presentes na narrativa e são arquitetados de modo a construir esse discurso do protagonista.

A representação dos indígenas é construída pelo narrador a partir da narrativa vinculada a ações criminais e ao interesse pelo dinheiro, maior que pela terra. Assim, o índio é tido como um indivíduo criminoso, injusto, inimigo e hostil, que age violando a ordem social; dessa forma, constata-se que o movimento indígena de reocupações é condenado pelo narrador. Já o discurso de representação dos fazendeiros, juntamente com os pequenos produtores rurais, é de que são os prejudicados pelas ‘invasões’ indígenas, abandonados pelo governo, ou seja, não possuem uma resposta, atitudes do governo federal, “o governo federal pouco faz, ou nada faz”. Assim, o narrador enfatiza, na narrativa, que os mais prejudicados com esse embate são os fazendeiros e os pequenos produtores rurais.

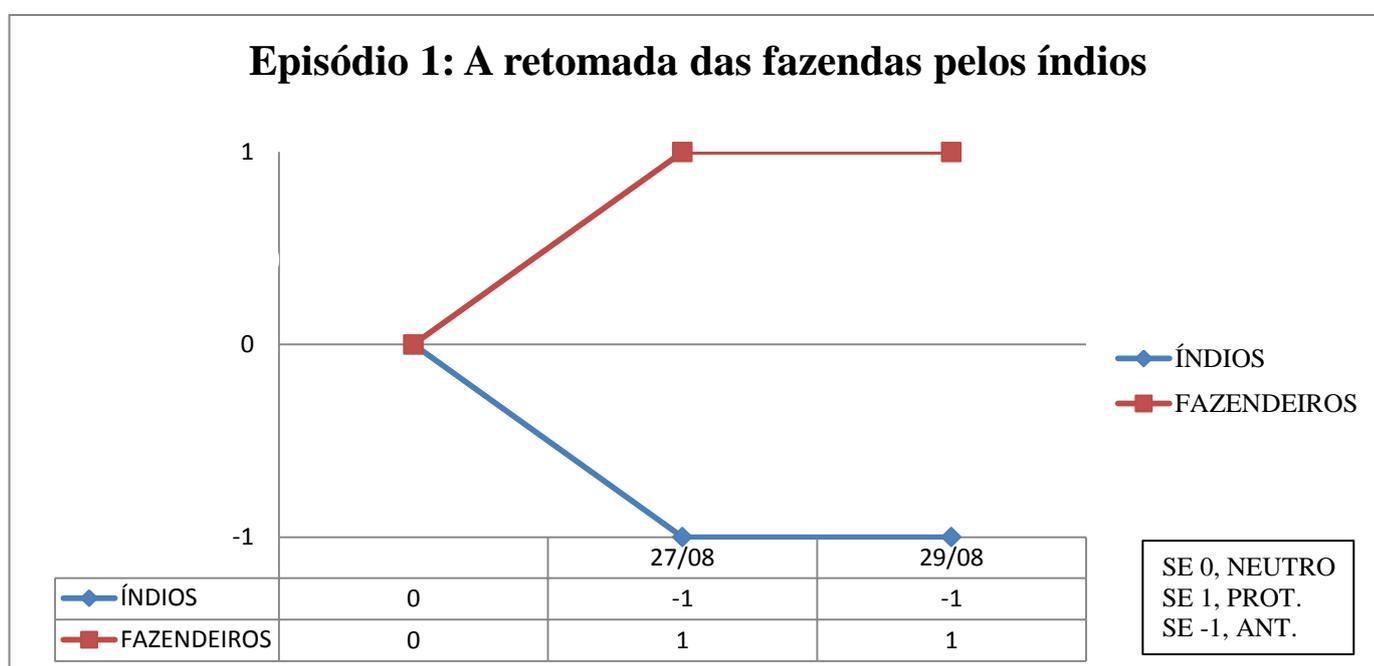
Vale pontuar que, na narrativa, há a construção de um conflito ético, em que o narrador condena o gasto do dinheiro recebido pelo Cimi de entidades internacionais para financiamento dessas ações de retomadas de terras consideradas indígenas. Todavia, o narrador questiona “quem financia” essas ações indígenas e, ao mesmo tempo, denuncia o Cimi com os gastos realizados de forma indevida com o dinheiro advindo de instituições internacionais católicas, que são para o desenvolvimento exterior e ajuda humanitária. Em outras palavras, esse financiamento das reocupações indígenas pelo Cimi não se enquadra nos motivos principais da ajuda das instituições internacionais.

3.2.3 Considerações

O episódio com as suas tramas revela um indígena personagem antagonista, um indivíduo criminoso, injusto, inimigo e hostil, e sua representação está vinculada à ação criminal de invadir fazendas, em conformidade com fio da narrativa do jornal, nas disputas pelo seu espaço nas terras brasileiras. Além disso, o que se observa é que o índio, praticamente não tem poder de voz, nesse primeiro episódio, e quando fala, é desconstruído pelo narrador.

Destaca-se, nas narrativas, que o jornal enfatiza o discurso ideológico em favor das oligarquias do agronegócio, destacando as ações indígenas como impasse para o desenvolvimento econômico.

Já quase no final do episódio, a ação dos indígenas é construída contra o discurso dos pequenos produtores rurais, que são caracterizados pelo narrador como pessoas humildes, que possuem como único bem a propriedade em que moravam, da qual os índios os ‘expulsaram’. A rigor, os indígenas, além de agirem como criminosos invadindo fazendas, também prejudicam os pequenos produtores rurais que as possuem como único bem para a sua sobrevivência.



Como pode se observar no gráfico acima, ao longo do episódio, os índios são considerados como antagonistas; em contrapartidas, os fazendeiros são os protagonistas.

4 NARRATIVAS DO *CORREIO DO ESTADO*: O CONFRONTO

O segundo episódio da estória da comunidade Ñande Ru Marangatu apresenta o ápice do conflito envolvendo indígenas e fazendeiros do município de Antônio João. O confronto direto, que resultou na morte de liderança indígena, ocorreu no dia 29 de agosto de 2015, quando os ruralistas que estavam reunidos na sede do Sindicato Rural de Antônio João, saíram de lá decididos a retirar com as próprias mãos os índios que estavam na fazenda Barra.

Na cobertura do *Correio do Estado*, publicada em 30 de agosto de 2015, ficou evidenciado, inicialmente, um posicionamento favorável à ação dos fazendeiros de retomar as fazendas ‘invadidas’ pelos indígenas.

Vale ressaltar que esse episódio é composto por sete reportagens.

4.1 Guerra em Antônio João

Categorias de Análise

Reportagem 3

Título: “Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre” - 30/08/2015, edição: 339463, editoria: cidades, (página toda) não tem o nº da p.

Personagens						Elementos Espaços Temporais		
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Roseli Ruiz (Presidente do Sindicato Rural de Antônio João)	Protagonista, apesar de não ter poder de voz na narrativa, trata-se da personagem que toma a atitude de retomar a sua propriedade que estava ocupada pelos indígenas, além disso, ela está vinculada ao lado dos fazendeiros.	-----	-----	-----	-----	Personagem citada na narrativa, “que tomou a atitude de retomar sua propriedade, a Fazenda Barra”, mas não tem voz na narrativa.	Município de Antônio João – sede do Sindicato Rural do Município	Fim da manhã de ontem 29/08
Felisberto Correia Vilhalba (índio ferido no confronto)	-----	-----	-----	-----	(Paráfrase - citação indireta)	“Contou que levou uma paulada na cabeça e que Simeão morreu com um tiro na testa”. “Felisberto, que falou pouco, disse ainda que, após levar a paulada na cabeça, quase foi atropelado por um ruralista”.	Distrito Campestre	28/08
Produtores/ Fazendeiros	Protagonistas porque tem grande poder de voz na narrativa	-----	-----	-----	-----	“Produtores que saíam da fazenda, na tarde de ontem, disseram que a vítima já estaria morta quando chegaram e nenhuma das forças policiais informou como o índio teria morrido”.	Fazenda Barra	Tarde de Ontem 30/08
João Paulo Gonçalves Maciel (morador do município de	-----	-----	-----	-----	Neutra, pois a personagem não está	“Estamos todos nervosos, porque ninguém sabe de fato o que está acontecendo. Já houve outros conflitos aqui, mas sempre	Antônio João	2005

Antônio João)					ligada a nenhum lado do conflito, apenas relata sobre a vivência do município.	aparecia a Justiça para apaziguar e, depois ia embora. Mas agora ninguém sabe o que pode acontecer”.		
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
<p>Confronto armado entre os fazendeiros e os índios, que resultou na morte de um índio e vários feridos.</p> <p>Título: “Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre”</p> <p>Lead: “Nem polícia, produtores ou índios explicaram como o confronto na Fazenda Barra terminou em Morte”</p>	-----	-----	Lucia Morel e Celso Bejarano (envidado especial a Antônio João) – <i>Jornal Correio do Estado</i> .	A representação do indígena está vinculada à ação criminal de invadir as fazendas.	O narrador não desaprova as atitudes dos fazendeiros de tentarem reconquistar a fazenda Barra com suas próprias mãos, como um ato ilegal e indevido. Assim, conclui-se que a ação dos fazendeiros trata-se de um ato de recuperar a fazenda que foi tomada, invadida pelos índios.	Há uma construção negativa em torno dos personagens indígenas, pois em vários trechos o narrador expõe a ação criminal dos índios. Em contrapartida, a atitude dos fazendeiros é relatada como um ato de reconquista de algo que foi tomado. Assim, percebe-se que os fazendeiros são classificados como protagonistas na narrativa.

“Nem polícia, produtores ou índios explicaram como o confronto na Fazenda Barra terminou em morte”, é o que relata o *lead* veiculado em 30/08, edição nº 339463, na editoria *Cidades*, que ocupa uma página inteira. Assinada pelos jornalistas Lúcia Morel e Celso Bejarano (enviado especial a Antônio João), a reportagem possui apenas duas fontes diretas: o índio Felisberto Correia Vilhalba, que foi ferido no confronto, e o morador do município de Antônio João, o motorista João Paulo Gonçalves Maciel.

Na composição da narrativa, há duas fotografias na parte superior da página, antes do título da reportagem. A primeira, com a legenda “Centenas. Indígenas estavam por todos os lados da fazenda Barra, uma das seis que foram ocupadas pelos índios, desde o dia 22 de agosto”. A segunda, posicionada paralelamente à primeira, porém menor, ao lado direito da página, tem a legenda: “À força. Produtores rurais em caminhonetes, vestidos com coletes à prova de balas, seguiam em comboio rumo à propriedade”. Há também um boxe informativo e um infográfico, contendo respectivamente, informações atualizadas das famílias que foram ‘despejadas’ do Distrito Campestre e as propriedades rurais invadidas por índios em Mato Grosso do Sul.

A primeira fotografia, localizada no lado esquerdo, mostra uma área rural cercada com a presença de vários índios, como consta a informação na legenda. Alguns portando armas, como arco e flecha, outros sentados na cerca de madeira inspecionando o local e outros em pé. A imagem exprime a noção de que os indígenas estão na entrada de uma propriedade rural, a Fazenda Barra, vigiando e protegendo-a para que outras pessoas não consigam adentrar a área. Já a segunda imagem, localizada no lado direito, mostra várias caminhonetes seguindo em comboio em uma estrada de chão, por meio da legenda, verifica-se que os fazendeiros estão indo em direção à Fazenda Barra, propriedade em que os índios supervisionam a entrada.

Alguns trechos da legenda da segunda imagem, “à força”, “produtores rurais em caminhonetes, vestidos com coletes à prova de balas”, enfatizam a força dos fazendeiros e a equipagem com que estão munidos para o confronto com os índios. Em outras palavras, os fazendeiros estão preparados “com coletes à prova de balas” para retirar os índios de lá. Em uma pequena comparação das duas imagens, apesar da foto que mostra os indígenas ser maior, observa-se uma discrepância em relação aos apetrechos de combate. Os fazendeiros estão mais equipados, ou seja, possuem superioridade para o confronto em relação aos índios.

Seguindo a composição da narrativa, abaixo das imagens, há uma frase “guerra em Antônio João”, na qual o termo guerra apresenta uma conotação de uma situação extrema de

conflito. Dessa forma, observa-se que, na estória, o conflito se encontra no nível mais alto da intriga, como classifica o narrador.

A narrativa conta a ação dos fazendeiros de retomar uma propriedade “invadida” por índios Guarani Kaiowá, o que resultou na morte de um índio e outros feridos. Já no início do texto, observa-se que o narrador utiliza o termo ‘retomada’ para a atitude dos fazendeiros e ‘invasão’ para os atos indígenas. Dessa forma, o narrador deixa implícito que as propriedades que os indígenas ‘invadiram’ pertencem aos fazendeiros, o que justificaria a ação de retomada das terras pelos proprietários rurais. A palavra invasão tem sentido de tipificação de crime – como, nesse caso, ‘as fazendas invadidas pelos indígenas’ – enquanto o termo ‘retomada’ apresenta o sentido de recuperar, reconquistar algo perdido. Nesse sentido, o título da reportagem corrobora com essa observação: “Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre”. Assim, observa-se que o narrador faz o uso dos termos invasão para as ações dos índios e retomada para as dos fazendeiros, para produzir, estrategicamente, e, de maneira clara, um discurso ideológico a favor dos ruralistas.

Na narrativa, o acontecimento ocorreu na Fazenda Barra, município de Antônio João, devido à atitude, em determinado momento, da fazendeira Roseli Ruiz, presidente do Sindicato Rural de Antônio, que estava reunida com outros fazendeiros, de retomar sua propriedade. Roseli saiu do local determinada a ter sua área de volta e foi acompanhada por vários outros fazendeiros, como conta o narrador: “mais de 100 pessoas reocuparam a fazenda”. Nessa parte da narrativa, o autor deixa claro que a atitude dos fazendeiros foi liderada pela protagonista, Roseli; personagem que já apareceu em narrativas anteriores, e que tem grande poder de voz.

Seguindo o fio da narrativa no enquadramento dramático, “tanto indígenas quanto produtores rurais estavam equipados com armas”; por meio dessa informação, colocam-se os índios e os fazendeiros em um patamar de igualdade para o conflito. Índios com “facão, arco e flechas e espingardas”; fazendeiros com coletes à prova de balas e armas.

Em meio ao confronto, a morte da liderança indígena Simeão Vilhalva, de acordo com o narrador, foi devido a um “tiro na cabeça, de arma calibre 22”, porém “não se sabem as circunstâncias da morte”. Nesse trecho da estória, o narrador apenas descreve o que causou a morte do índio de maneira imparcial e não expõe os suspeitos do crime. Já em trechos mais à frente no texto, o narrador apresenta uma citação indireta dos produtores: a “vítima já estava morta quando chegaram” e as forças policiais não tinham informação de como o índio teria morrido. Observa-se que o narrador, ao apresentar apenas a versão dos fazendeiros, de que “a

vítima já estava morta quando chegaram”, isenta os fazendeiros de serem os suspeitos pelo crime.

Na trama, a estória segue, com a citação indireta da voz do personagem ferido no conflito, o índio Felisberto Vilhalba, que conta que “levou uma paulada na cabeça” e “quase foi atropelado por um ruralista”. A partir desse fragmento e de outros que expõem sobre “ao menos 10 feridos”, verifica-se que os índios foram os únicos que sofreram e foram atingidos no confronto. Assim, apesar de o narrador expor a igualdade do porte de armas dos índios e fazendeiros, observa-se que os índios estavam menos equipados que os proprietários rurais.

Já no fim da narrativa, em um subtópico com o título “População”, o narrador conta que “o clima dentro da cidade é de puro terror”. A insegurança e o medo dos moradores do município de Antônio João são relatados na voz do personagem neutro, o motorista João Paulo Gonçalves Maciel: “já houve outros conflitos aqui, mas sempre aparecia a Justiça para apaziguar e, depois, ia embora”. O narrador, ao construir essas informações, enfatiza a omissão ou a falta das autoridades competentes da justiça para resolver a situação.

Na reportagem, há um *boxe* com a informação de que “10 famílias tinham sido despejadas do Distrito Campestre”, “algumas delas, embora não localizadas, não teriam para onde ir”. Esse *boxe* retoma a estória da narrativa que resultou no despejo de famílias de pequenos produtores. Verifica-se que o narrador, ao trazer esse informativo para a composição da narrativa, tenta enfatizar a ação inadequada e ‘ruim’ dos indígenas aos pequenos produtores; e que, de certa forma, se apresenta na narrativa como um dos motivos para a ação dos fazendeiros de tentarem retomar a Fazenda Barra.

“Propriedades rurais invadidas por índios em MS” é o título do infográfico com um mapa que mostra todas as cidades em que houve a ação de ‘invasão’ pelos indígenas. Novamente, o narrador dá ênfase à conotação criminal através do uso do termo invasão, além disso, por meio de uma imagem de mapa que ilustra as propriedades, destaca e chama a atenção do leitor para o grande número de cidades no estado que foram ‘invadidas’.

Constata-se o narrador trazendo informações complementares, retomando trechos de outras narrativas, para justificar e construir um discurso favorável à atitude dos fazendeiros. A representação do indígena é construída e vinculada à ação criminal de invadir as fazendas. No entanto, apesar de os índios terem sido vítimas no confronto direto com os fazendeiros, a narrativa ressalta apenas o ato criminal indígena, como pode ser observada nesse título do infográfico: “propriedades rurais invadidas por índios em MS”. Nessa perspectiva, verifica-se que o narrador não desaprova as atitudes dos fazendeiros de tentarem reconquistar a fazenda Barra com suas próprias mãos, como um ato ilegal e indevido.

No plano da metanarrativa, há uma construção negativa em torno dos indígenas, pois, em vários trechos, o narrador expõe a ação criminal dos índios. Em contrapartida, a atitude dos fazendeiros é relatada como um ato de reconquista de algo que foi tomado. Assim, percebe-se que os fazendeiros são classificados como protagonistas na narrativa.

O conflito que se estabelece na estória é de ordem moral, pois, ao estabelecer uma conexão com a narrativa anterior, o narrador elucida que a ação dos indígenas não trata de um ato justo, já que famílias foram despejadas e não teriam para onde ir. Em relação à atitude dos fazendeiros, o narrador não deixa pistas para identificar de qual conflito se trata; assim, não há como classificá-lo em um conflito moral, ético ou cultural.

Por fim, nessa narrativa, o que fica é uma interrogação para o leitor, “nem polícia, produtores ou índios explicaram como o confronto na Fazenda Barra terminou em morte”.

4.2 Indígenas guerrilheiros e fazendeiros culpados?

Categorias de Análise

Reportagem 4

Título: “Para ruralistas, guerrilheiros do Paraguai treinam os índios” - 31/08/2015, edição: 339486. Reportagem Especial: Conflito por terra (página toda) p.12

Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Marcos Almirão (dono de fazenda próximo a Antônio João)	Protagonista porque tem grande poder de voz na narrativa, e está vinculado ao lado dos fazendeiros.	----	----	----	----	“Soube disso por fonte segura, o EPP está armando os índios, financiando os índios, isto é muito provável”. “O direito à propriedade por aqui está em xeque”. “Eles (Cimi) vieram aqui (Antônio João) e determinaram a troca de caciques, os que assumiram ordenaram as invasões”.	Antônio João	29/08 (anteontem)
Antônio César Pereira Flores (Baby), vice-prefeito de Antônio João	Protagonista	----	----	----	----	“Fiquei sabendo e acho que isto teria de ser investigado”	Fazendas Barra e Fronteira	30/08 (ontem)
Policia da Força Nacional	----	----	----	----	Fonte Oficial	“Olha, não temos esta informação (ação do EPP), mas uma coisa é certa: eles (índios) têm agido diferente, percebemos isto agora, aqui em Antônio João”. “Eles posicionam-se bem mais ordenados do que antes”.	Território paraguaio	----
Assessoria do Departamento de Operações de Fronteira (DOF)	----	----	----	----	Fonte Oficial	“Esta história de rigidez cadavérica não é verdade. Estive lá, toquei no corpo do índio, morto com um tiro no rosto”.	Aldeia Marangatu	----
Reinaldo Azambuja (Governador)	----	----	----	----	----	“Se titularam terras que pertenciam aos indígenas, cabe a	----	----

						quem indenizar? A união precisa adquirir as terras, indenizar e resolver o impasse”.		
Luiz Henrique Mandetta (Deputado Federal) do partido do DEM	Tem grande poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“Ouviru-se um tiro numa mata a 800 metros e dez minutos depois os índios trouxeram um corpo que diziam ter sido alvejado”. Me coloquei como médico e fui até o local. O cadáver de um homem já em rigidez cadavérica foi jogado na estrada”.	-----	-----
Júlio César Arguelho (sargento, assessor de imprensa da DOF)	-----	-----	-----	-----	Fonte Oficial	“Esta história de rigidez cadavérica não é verdade. Estive lá, toquei no corpo do índio, morto com um tiro no rosto”.	-----	-----

Categorias de Análise

Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
A ação de retomada das fazendas pelos ruralistas.	-Índios estariam sendo treinados por guerrilheiros do Exército do Povo Paraguaio.	Há indícios na narrativa de que se trata de um conflito de ordem moral, pois há uma vítima fatal.	Celso Bejarano (envidado especial a Antônio João) – <i>Jornal Correio do Estado</i> .	O discurso de representação do indígena a todo instante é construído pelo narrador: ligados aos guerrilheiros do Paraguai, são indivíduos treinados e influenciados a agirem em defesa de suas terras, ou seja, são perigosos, pois aprenderam táticas de guerras, representando uma ameaça para a sociedade.	O narrador tenta construir um discurso de representação favorável aos fazendeiros, de que, apesar de os fazendeiros decidirem reocupar as fazendas com suas próprias mãos, por meio de um confronto direto com os índios, que resultou em feridos e uma vítima fatal; não são considerados como culpados pelo narrador.	O discurso ideológico principal ressaltado na narrativa é o das grandes oligarquias, os fazendeiros que desejam e tentaram com as próprias mãos recuperar as suas terras que foram invadidas pelos indígenas. O narrador considera que as terras não pertencem aos indígenas; assim, para titula-las, é preciso indenizar os fazendeiros. Além disso, a imagem do indígena é desconstruída ao longo de toda a narrativa

Na sequência da estória, a suspeita de que índios estariam sendo treinados e munidos por guerrilheiros ligados ao Exército do Povo Paraguaio é abordada na reportagem especial sobre conflito por terras, veiculada em 31/08/2015, edição nº 339486, localizada na página 12 (página inteira) e assinada pelo jornalista Celso Bejarano (enviado especial a Antônio João).

Foram sete fontes citadas na reportagem, algumas delas oficiais como a assessoria do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), um Policial da Força Nacional, Júlio César Arguelho (sargento, assessor de imprensa da DOF) e o governador Reinaldo Azambuja. As demais são em defesa dos produtores rurais: Marcos Almirão (dono de fazenda próximo a Antônio João), Antônio César Pereira Flores, o Baby (vice-prefeito de Antônio João) e Luiz Henrique Mandetta (deputado federal pelo DEM). Verifica-se, entretanto, que o narrador não cita nenhuma fonte de liderança indígena, ou vinculada ao movimento indígena.

A narrativa inicia com a informação central, de que guerrilheiros ligados ao Exército do Povo Paraguaio (EPP), “organização composta por radicais de esquerda e que prega o domínio do poder pela revolução e a imposição da reforma agrária universal”, “estariam treinando e municiando com armas os Guaranis Kaiowás”. O narrador, ao anexar o primeiro trecho sobre a organização paraguaia, já situa o leitor sobre a influência que os índios poderiam estar sofrendo, por se tratar de um grupo radical a favor da reforma agrária universal. Também relata que essa organização estaria treinando e fornecendo armamentos para os índios. Por se tratar de uma organização do exército que possui alto poder de guerrilha e força para o combate, de acordo com o narrador, os indígenas estariam sendo bem instruídos, sendo considerados, na narrativa, como uma ameaça para sociedade.

Seguindo o fio da narrativa, é retomada uma fração do episódio anterior, para situar o leitor do conflito e do clima tenso que os índios e fazendeiros estavam passando há dez dias, “período em que ocorreram sete invasões e a retomada à força de duas áreas na região” pelos fazendeiros. A reocupação dos ruralistas nas fazendas ‘invadidas pelos índios’, resultou na morte de uma liderança indígena e outros índios feridos, que até então não teriam sido localizados; a partir do confronto, a Força Nacional e o Departamento de Operações de Fronteira ocuparam os arredores das fazendas, conta o narrador.

Embora a ênfase dessa narrativa seja no treinamento dado aos índios pelos guerrilheiros do Paraguai, o narrador relata que “quando o assunto é tratado oficialmente, poucos concordam em comentar o caso”. Mesmo expondo essa informação, na sequência do texto, de modo a compor a trama, são elencados, ao longo da narrativa, várias vozes ligadas à defesa dos fazendeiros para sustentar o argumento principal – o treinamento dado aos índios pelos guerrilheiros do Paraguai.

O primeiro personagem protagonista citado é o produtor Marcos Almirão, dono de uma fazenda próxima ao município; segundo ele, soube dessa informação por fonte segura. Verifica-se que o narrador dá grande poder de voz a esse personagem, embora seu discurso de que “soube disto por fonte segura, o EPP está armando os índios, financiando os índios, isto é muito provável”, não contenha informações, provas e argumentos concretos que confirmam a informação. Em outras palavras, o narrador dá veracidade à fala do personagem e embasa a narrativa a partir de considerações sem comprovações de fato.

O mesmo personagem, por meio de citação indireta, também afirma que os eventuais treinamentos de guerras estariam acontecendo no território paraguaio, cerca de 10 km distante da Aldeia Marangatu; porém, trata-se de uma suposição, pois também não há informações concretas. O narrador ao dar poder de voz a esse personagem, que expõe informações e acusações fortes a respeito dos índios, apesar de não conter nenhuma comprovação concreta, claramente o considera como protagonista. Vale destacar que o discurso direto de Almirão no texto é de grande extensão.

Ainda segundo Almirão, “o direito à propriedade por aqui está em xeque”. Nesse trecho, observa-se que ele faz uma referência a um direito estabelecido na Constituição Federal de 1998, “o direito a propriedade” que, segundo o personagem, não está sendo respeitado, devido às invasões indígenas. O narrador conta ainda que Marcos ‘atacou’ a Fundação Nacional dos Índios (Funai) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi): “Eles (Cimi) vieram aqui (Antônio João) e determinaram a troca de caciques, os que assumiram ordenaram as invasões”. O termo ‘atacou’, utilizado pelo narrador para enfatizar a fala do personagem contra a Funai e o Cimi, possui conotação forte de revolta contra as instituições que cuidam dos interesses dos índios. Nesse sentido, verifica-se a ênfase do narrador ao sentimento de indignação do personagem contra essas instituições.

Novamente, vale destacar, no trecho a seguir, que o narrador trabalha com suposições de informações usando a declaração de Almirão: “A área supostamente dominada pela EPP (Exército do Povo Paraguaio) e que estaria atraindo índios em aprender a guerrear é território paraguaio e fica em uma mata fechada e com rara circulação de veículos”. Apesar da “suposta informação”, observa-se que o narrador tenta, a todo instante, construir argumentos e vai dando veracidade a esses informes hipotéticos.

Seguindo o mesmo enquadramento da fala de Almirão, o personagem Antônio César Pereira Flores, o Baby, é apresentado pelo narrador, para dar sequência à composição da trama: “Fiquei sabendo e acho que isto teria de ser investigado”. Nesse trecho, observa-se que

o narrador também dá poder de voz para esse personagem, e verifica-se que, na sua fala, também há suposições, sem nenhum embasamento concreto.

O narrador, para dar veracidade às falas dos dois primeiros personagens, apresenta a informação de um policial, não identificado, da Força Nacional: “Não temos esta informação (ação do EPP), mas uma coisa é certa: eles (índios) têm agido diferente, percebemos isto agora, aqui em Antônio João”. Apesar do policial não confirmar a informação dada pelos personagens anteriores, expõe que os indígenas têm apresentado um comportamento distinto do modo como normalmente agem, ou seja, os índios modificaram a sua conduta: “eles posicionam-se bem mais ordenados do que antes” para o confronto. O narrador enfatiza a mudança do comportamento do indígena, o que, de certa forma, vai ao encontro de argumento que eles poderiam estar sendo influenciados e treinados.

Na construção da trama, em contrapartida a esse discurso, em um único parágrafo, o narrador expõe a fonte oficial da assessoria do comando do Departamento de Operações de Fronteira que, “até onde investigou”, a informação do (EPP instruindo o índio) “não procede”. Destaca-se que o narrador tenta construir um discurso dos índios serem treinados pelos guerrilheiros do Paraguai, porém essa informação não é confirmada; há apenas pressupostos.

Em um subtópico da reportagem – “Deputado diz que indígena teria morrido antes do conflito” – o narrador dá outra perspectiva ao discurso dos ruralistas, trabalhando com a informação de que o índio não teria morrido no confronto. Para desenvolver esse argumento, dá voz ao deputado federal, parlamentar da bancada dos ruralistas, Luiz Henrique Mandetta, que também participou da retomada da Fazenda Fronteira: “Ouviram-se um tiro numa mata a 800 metros e dez minutos depois os índios trouxeram um corpo que diziam ter sido alvejado. Me coloquei como médico e fui até o local. O cadáver de um homem já em rigidez cadavérica foi jogado na estrada”.

Na primeira parte da fala do deputado, verifica-se que o personagem já trabalha com o argumento da impossibilidade de a morte ser causada pelos fazendeiros, pois o tiro que ouviu localizava-se a 800 metros de distância e os índios trouxeram o corpo em dez minutos, ou seja, o tiro aconteceu longe para conseguirem trazer o corpo de maneira rápida. Na segunda e terceira parte da fala de Mandetta, tem-se o argumento principal do personagem, de que, como médico, ou seja, especialista da saúde, detectou que o corpo do indígena já apresentava rigidez cadavérica.

O narrador, ao dar poder de voz a esse personagem, que afirma que o corpo “já teria sido assassinado antes de os fazendeiros retomarem a área”, contribui para a construção do

discurso em defesa dos fazendeiros, e, ao mesmo tempo, alivia a responsabilidade destes pela morte do indígena. O deputado é um protagonista na narrativa.

Contrário ao argumento do deputado, o narrador expõe a fala do sargento, assessor de imprensa do Departamento de Operações de Fronteira (DOF): “Esta história de rigidez cadavérica não é verdade. Estive lá, toquei no corpo do índio, morto com um tiro no rosto”. Observa-se que o narrador contraria a informação do deputado a partir de uma fonte oficial, contrapondo duas informações. E, até o fim da narrativa, não se tem o desfecho da investigação da perícia do corpo do indígena Vilhalba.

A narrativa se encerra contando que, na ação de retomada pelos fazendeiros, foram usados 40 caminhonetes para chegarem até a fazenda, e a polícia só chegou ao local duas horas depois do confronto, revela o narrador.

Na composição da narrativa, há quatro fotografias, a primeira fixada na parte superior da página, posicionada antes mesmo do título, com a legenda: “Estratégicos. Índios armados de flechas ficaram próximos à entrada que conduz a fazenda que havia sido ocupada, para os fazendeiros, eles usam também armamentos obtidos da força revolucionária”. A segunda e a terceira imagem estão posicionadas paralelamente logo abaixo do título e do *lead*. A foto à esquerda mostra, como descreve a legenda: “Comboio. Ruralistas foram em grupo retomar a área invadida”, e à direita: “Defesa. Índios tentaram impedir o trânsito de carros, anteontem, pela Aldeia Marangatu”. A última imagem está diagramada no fim da página, ao lado direito, e a partir da legenda: “Protegido. Pio Silva usou colete à prova de balas na retomada”, verifica-se que mostra o personagem protagonista Pio, citado em narrativas anteriores. Além das imagens, há um box com a informação: “Saiba, Azambuja defende indenização”.

O enfoque principal da primeira fotografia é mostrar os índios armados, organizados de modo estratégico, próximos à entrada que conduz à fazenda. Na imagem, é possível ver, nas mãos dos indígenas, apenas arco e flechas, mas, de acordo com a legenda, os índios usam “também armamentos obtidos da força revolucionária”. Essa informação vai ao encontro do argumento principal da narrativa. A segunda imagem mostra a fila de carros dos ruralistas, que estariam indo em direção à fazenda para retomá-la. Já a terceira enfatiza exatamente o momento em que os fazendeiros chegam à entrada da propriedade, e os índios tentam “impedir o trânsito de carros”. A quarta e última expõe o personagem Pio Silva, proprietário de uma das fazendas ocupadas pelos índios, junto com alguns fazendeiros, próximo às caminhonetes e usando colete à prova de balas. Como enfatiza a legenda, Pio está “protegido” de possíveis ataques indígenas.

No boxe – Saiba – “Azambuja defende indenização”, como salienta o narrador, Reinaldo Azambuja, governador do estado, não quis defender nenhum dos lados, mas afirma que o governo federal precisa indenizar os ruralistas: “Se titularam terras que pertenciam aos indígenas, cabe a quem indenizar? A união precisa adquirir as terras, indenizar e resolver o impasse”. Apesar de o narrador afirmar que o personagem Azambuja não defende nenhum dos lados, ao defender a indenização das terras aos ruralistas, o personagem certifica que as terras pertencem aos fazendeiros e que, para titular, é preciso indenizá-los.

A narrativa é desenvolvida a partir de dois ganchos principais, com base no conflito principal – a ação de retomada das fazendas pelos ruralistas. Primeiro: os índios estariam sendo treinados por guerrilheiros do Exército do Povo Paraguaio. Segundo: o indígena já estaria morto antes do confronto. A partir desses dois ganchos, percebe-se que os índios são os antagonistas da narrativa, e que o narrador tenta construir um discurso de representação favorável aos fazendeiros. O discurso de representação do indígena a todo instante é construído como ligado aos guerrilheiros do Paraguai; são indivíduos treinados e influenciados a agirem em defesa de suas terras, ou seja, são perigosos, pois aprenderam táticas de guerras, representando uma ameaça para a sociedade.

No plano da metanarrativa, o discurso ideológico principal ressaltado é o das grandes oligarquias, os fazendeiros que desejam e tentaram com as próprias mãos recuperar as suas terras que foram invadidas pelos indígenas. O narrador considera que as terras não pertencem aos indígenas; assim, para titulá-las é preciso indenizar os fazendeiros. Além disso, a imagem do indígena é desconstruída ao longo de toda a narrativa.

Apesar de os fazendeiros decidirem recuperar as fazendas com suas próprias mãos, por meio de um confronto direto com os índios, que resultou em feridos e uma vítima fatal não são considerados como culpados pelo narrador. Há, no entanto, indícios na narrativa, de que se trata de um conflito de ordem moral, pois há uma vítima fatal. Mas o desfecho da estória segue na sequência com as próximas narrativas.

4.3 Intensificação do conflito necessita da presença do Exército no local

Categorias de Análise								
Reportagem 5								
Título: “Invasões e morte de índio levam governo a pedir Exército na fronteira” - 01/09/2015, edição: 339519, editoria: cidades, (página toda) sem nº								
Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Reinaldo Azambuja - governador do estado de Mato Grosso do Sul, pelo partido PSDB.	Tem grande poder de voz na narrativa.	----	----	----	----	“Pactuamos um trabalho conjunto nessa região [fronteira] para distensionarmos esse ambiente de conflito que muitas vezes mostra para as pessoas que não temos condições de diálogo. Nós temos sim condições (de diálogo) para tentar solucionar isso”.	Antônio João	01/09 (11 dias depois da onda de invasões)
Gustavo Augusto Gomes, diretor de Diálogos Sociais (setor com ligação direta com a Secretaria Geral da presidente da República)	----	----	----	----	Fonte Oficial	“Disse que estava ali para tentar resolver o impasse envolvendo fazendeiros e índios por meio do diálogo”.	Fazenda Fronteira	31/08 (ontem: manhã, tarde e noite)
Assessoria de imprensa do Ministério da Defesa	----	----	----	----	Fonte Oficial	“Da parte do Ministério da Defesa, as Forças Armadas estão ultimando os preparativos para essa ação nos municípios de Bela Vista, Antônio João, Aral Moreira e Ponta Porã”. “Tão logo saia essa decisão, as tropas da Marinha do Exército e da Aeronáutica entrarão em ação. O emprego maior é de militares do Exército. A FAB entrará com o transporte da tropa e a Marinha empregará militares de Ladário”.	Ponta Porã	21/08 (dia da reocupação indígena)
Assessoria de imprensa do Exército em Campo	----	----	----	----	Fonte Oficial	“Qualquer ação a ser tomada na região de conflito depende de	Brasília	29/08 (sábado à

Grande						ordens vindas de Brasília”.		tarde)
Roseli Silva, Presidente do Sindicato Rural de Antônio João	-----	-----	-----	-----	-----	“Ela disse que estava cansada de esperar por soluções e que ia voltar para a casa e quem quisesse que a acompanhasse”.	Fazenda Barra	-----
Oréstimo Fernandes - cacique dos guaranis	-----	-----	-----	-----	-----	“Mesmo com a morte, os índios vão resistir e permanecer no local”.	-----	-----
Mariano Fernando Vilhalba	-----	-----	-----	-----	-----	“Assim que o irmão Simeão soube da presença dos fazendeiros na área, correu para procurar o filho de cinco anos de idade, que teria saído correndo”. Eu estava a dois metros dele [Simeão] quando ouvi um tiro e vi meu irmão cair morto”.	-----	-----
Luiz Henrique Mandetta, Deputado Federal	-----	-----	-----	-----	-----	“Ao notar o índio caído, foi até lá e notou rigidez cadavérica do corpo de Simeão”.	-----	-----
Antônio César, Baby, vice prefeito de Antônio João	-----	-----	-----	-----	-----	“Até ontem, três das seis fazendas tinham sido desocupadas”	-----	-----

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
Ação dos ruralistas de retirar os índios das fazendas que haviam sido reocupadas.	-Solicitação do Exército na área de conflito pelo do governo local. -Velório da liderança indígena.	Verifica-se, na narrativa, um conflito de ordem moral, pois a ação dos fazendeiros pode ter provocado uma vítima fatal.	Celso Bejarano e Gildo Tavares - enviados especial a Antônio João.	O discurso de representação do índio, nessa narrativa, está sendo construído com base na comoção com a morte da liderança indígena, que estaria tentando localizar o filho de cinco anos, quando os ruralistas chegaram ao local para retirar os índios das fazendas. Além disso, a representação também está ligada à resistência, à força, pois, mesmo nessa situação extrema do conflito, decidem que vão permanecer, vão resistir nas fazendas que reocuparam. Os índios são classificados como protagonistas na narrativa.	A representação dos fazendeiros é colocada em questão, como um ato de irresponsabilidade, tendo em vista que a ação deles pode ter provocado uma vítima fatal.	O narrador já não constrói um discurso ideológico das grandes oligarquias ruralistas, mas, em contrapartida, dá uma abertura para a voz dos personagens indígenas, que, a partir da morte do índio, são vistos como vítimas. Dessa forma, o narrador constrói o seu discurso embasado na comoção. Além disso, o narrador classifica como protagonista o governador do estado, Reinaldo Azambuja, que solicita à presidente a presença do Exército, dessa forma, verifica-se que o narrador tem certo vínculo ideológico com o político, e, ao dar grande poder de voz a esse personagem, reproduz o discurso do personagem.

Estado de emergência no município de Antônio João leva o governo a pedir Exército na fronteira, é o que relata a narrativa publicada em 01/09/2015, edição nº 339519, na editoria *Cidades*, que ocupa a página inteira; é assinada pelos jornalistas Celso Bejarano e Gildo Tavares, enviados especiais a Antônio João.

A reportagem possui oito fontes de informação: o governador do estado, Reinaldo Azambuja (PSDB); Gustavo Augusto Gomes, diretor de Diálogos Sociais (setor ligado à Secretaria Geral da Presidência da República); assessoria de imprensa do Ministério da Defesa; assessoria de imprensa do Exército em Campo Grande; Roseli Silva; cacique dos guaranis, Oréstimo Fernandes; Mariano Fernando Vilhalba e Antônio César, Baby.

Há um boxe informativo e quatro fotografias. O boxe está localizado na parte superior da página, como também a primeira foto; esta, posicionada ao lado direito e com a legenda: “Tristeza. Índios enterraram, ontem à tarde, o corpo de Simeão Vilhalba, que teria sido morto ao tentar localizar o filho de cinco anos de idade”. As outras três fotos estão na parte inferior da página, duas em paralelo e a outra logo abaixo.

Em relação à estrutura da narrativa, está subdividida em três partes: a primeira com o lide “Solicitação foi feita ontem; presidente Dilma deve definir envio de tropas ainda hoje”; a segunda é “Entenda a questão”, em que o narrador retoma a estória relatada em narrativas anteriores; e, por último, com a predominância da voz indígena, o narrador relata a versão indígena sobre o confronto e a decisão dos índios de “ficarem na área invadida”.

O narrador inicia a narrativa destacando a dimensão do problema no município de Antônio João, como revela o título “Invasões e morte de índio levam governo a pedir Exército na fronteira”. O conflito chegou a um nível extremo. Para resolver a situação, o governo local solicita a ajuda do Exército brasileiro para que atue na faixa de fronteira, “como meio de evitar novos confrontos por disputa por terras”, conta o narrador.

A solicitação ao Exército foi feita pelo personagem da narrativa, Reinaldo Azambuja, pois, segundo, ele “pactuamos um trabalho conjunto nessa região [fronteira] para distensionarmos esse ambiente de conflito que muitas vezes mostra para as pessoas que não temos condições de diálogo. Nós temos sim condições (de diálogo) para tentar solucionar isso”. Entretanto, como descreve o narrador, a presidente Dilma ainda não havia autorizado o aval para a ida das Forças Armadas.

O personagem Azambuja é elencado na narrativa, pelo narrador, como o protagonista que tenta promover o diálogo entre os índios e fazendeiros, para acabar com o conflito e estabelecer a ordem. Nesse sentido, observa-se que o narrador dá grande poder de voz a esse personagem, e certo destaque na narrativa.

O narrador retoma as narrativas anteriores para situar o leitor dos acontecimentos ocorridos, e relata que ‘ontem à tarde’, 31/08, o corpo do indígena Guarani Kaiowá, Simeão Vilhalba, 24 anos, que pode ter sido vítima da ação de retomada dos ruralistas nas fazendas Barra e Fronteira, foi enterrado na fazenda Fronteira. Contudo, como no início da narrativa, o narrador não descarta a possibilidade de a morte ter ocorrido devido ao conflito.

Seguindo o fio da narrativa, o narrador traz o personagem Gustavo Augusto Gomes, diretor de Diálogos Sociais (ligado à Secretaria Geral da presidente da República), que esteve no local do conflito, a pedido da presidente, para tentar resolver o impasse envolvendo fazendeiros e índios por meio do diálogo. Mas, como conta o narrador, não se tem a informação do desfecho da conversa que ele teve com os envolvidos.

A assessoria de imprensa do Ministério da Defesa aparece como uma fonte oficial do governo federal, para informar que as Forças Armadas estão se organizando, e que “Tão logo saia essa decisão, as tropas da Marinha do Exército e da Aeronáutica entrarão em ação”. Aqui, observa-se que o narrador expõe esta informação oficial de maneira a comprovar a solicitação feita pelo governador Azambuja. Além dessa fonte oficial, a assessoria de imprensa do Exército, em Campo Grande, declara que “qualquer ação a ser tomada na região do conflito, depende de ordens vindas de Brasília”.

“Conflito deixa cidade em estado de emergência”, é o que enfatiza o boxe na primeira parte da narrativa. O decreto de emergência está sendo avaliado pela Defesa Civil, e foi solicitado pelo prefeito de Antônio João, Selso Louzada (PT). Com o decreto, o município teria como ajudar as famílias desabrigadas. Nesse boxe, o narrador enfatiza a situação extrema que está Antônio João, com o conflito entre índios e fazendeiros.

Em um subtópico da reportagem, “Entenda a questão”, o narrador novamente retoma narrativas anteriores para descrever a ação de retomada dos ruralistas de duas Fazendas que haviam sido ‘invadidas’ pelos indígenas, o que pode ter provocado a morte de um índio. O narrador traz alguns outros detalhes que não foram expostos nas narrativas anteriores, como a presença da bancada ruralista: senador Valdemir Moka (PMDB), deputada estadual Mara Caseira (PTdoB) e os deputados federais Luiz Henrique Mandetta (DEM) e Tereza Cristina (PSB), na audiência do Sindicato Rural de Antônio João. Vale ressaltar, que foi nessa audiência que os ruralistas saíram em comboio com ao menos 40 caminhonetes, determinados a recuperar as fazendas ocupadas pelos índios. A polícia – Força Nacional e o Departamento de Operações – só chegou ao local duas horas após o confronto, e lá soube da morte de um dos índios que ocupavam a área.

Seguindo o fio da narrativa, descreve o narrador que ao menos cem índios participaram do funeral da liderança Simeão Vilhalba, “morto baleado no sábado á tarde”. É necessário pontuar que, nesse último fragmento do texto, o narrador já trabalha com possibilidade da morte ter sido provocada por fazendeiros no confronto. Observa-se uma mudança do posicionamento do narrador, que até então sustentava seu discurso com base na versão do personagem, Luiz Mandetta, que escreveu em rede social (Facebook) que o corpo apresentava “rigidez cadavérica”, ou seja, a vítima já estaria morta muito antes do confronto.

Essa possibilidade de o indígena ter morrido durante a ação dos ruralistas é descrita pela voz do personagem indígena, Mariano Fernando Vilhalba, 40 anos, irmão de Simeão, que “acusa os fazendeiros pelo disparo fatal”. Segundo Mariano, “assim que Simeão soube da presença dos fazendeiros na área, correu para procurar o filho de cinco anos de idade, que teria saído correndo. Eu estava a dois metros dele [Simeão] quando ouvi um tiro e vi meu irmão cair morto”.

Na primeira parte da fala do personagem, há uma contextualização da situação ocorrida, em que os detalhes da fala de Mariano, expressa com veracidade a versão de seu depoimento. Além disso, trata-se de uma situação comovente, em que o indígena é baleado ao sair para procurar o filho de cinco anos. Na segunda parte do relato, há confirmação da informação da morte do indígena, pela voz do personagem, devido à ação dos ruralistas. Mariano é testemunha, estava próximo da vítima e presenciou o ocorrido. Verifica-se que a estória vai tomando novo rumo. Até então, nas narrativas anteriores, o narrador apresentava apenas a versão dos ruralistas; observa-se, agora, uma abertura para a voz dos indígenas.

Na sequência da trama, o personagem cacique dos Guaranis, Oréstimo Fernandes, afirma que “mesmo com a morte, os índios vão resistir e permanecer no local”. O narrador, ao dar voz a essa liderança, enfatiza que o conflito está longe de ser resolvido, pois os índios não vão desistir de lutar pela terra, vão resistir e permanecer nas fazendas que eles reocuparam.

Conta o narrador que a investigação está sendo realizada pelos peritos da Polícia Federal, e que “perto do corpo da vítima havia sangue, fato que pode contrariar a versão dos fazendeiros”. Novamente, o narrador trabalha com a versão dos indígenas, apresentando o argumento de que haveria sangue próximo ao corpo, o que favorece a versão dos índios. Além disso, é necessário destacar que, agora, o narrador se coloca mais como neutro, perante as duas versões. Ou seja, dá a voz aos dois lados, porém, ao elencar alguns pontos da versão dos índios, provoca certa descredibilidade na fala dos fazendeiros.

Em relação às fotos, a primeira, localizada na parte superior da página e maior, mostra o funeral do índio Simeão Vilhalba, algumas pessoas com semblante de tristeza, ao redor do

caixão, que está sendo colocado em uma cova no chão. O narrador, ao colocar essa imagem na parte superior da página, enfatiza e tenta sensibilizar o leitor da morte do índio, que “teria sido morto ao tentar localizar o filho de cinco anos de idade”, como descreve a legenda. A segunda imagem também é do funeral, e focaliza a realização de um ritual indígena, com “ao menos 100 índios que pediram justiça pela morte”. Na foto, há um personagem mais à frente, portando objetos e apetrechos referentes à cultura indígena; além disso, vale ressaltar que a imagem trabalha com a “comoção”.

A terceira imagem mostra alguns homens da Força Nacional fazendo a vigia e a segurança na fazenda ocupada. A quarta e última fere a ética jornalística e mostra, sem censura, a imagem de Simeão morto esticado no chão, com o rosto coberto de sangue, e com a legenda: “Fatal. Simeão Vilhalba foi morto com tiro no rosto, sábado à tarde”.

O conflito principal elucidado pelo narrador, nessa narrativa, trata-se da ação dos ruralistas, e como conflitos secundários têm-se: solicitação do Exército na área de conflito pelo do governo local e o velório da liderança indígena.

O discurso de representação do índio, nessa narrativa, está sendo construído com base na comoção com a morte da liderança indígena, que estaria tentando localizar o filho de cinco anos, quando os ruralistas chegaram ao local para retirar os índios das fazendas. Além disso, a representação também está ligada à resistência, à força, pois, mesmo nessa situação extrema do conflito, decidem que vão permanecer, vão resistir nas fazendas que reocuparam. Os índios são classificados como protagonistas. Porém, ao mesmo tempo, verifica-se que o narrador utiliza o termo invasões para as ações dos índios. Invasão é a ação de tipificação de um crime.

Entretanto, verifica-se que, apesar de o narrador utilizar o termo invasão, ele dá a voz a personagens indígenas, lideranças, que até então não eram ouvidas. Nessa narrativa, o narrador apresenta e desenvolve a versão dos indígenas a partir de alguns personagens. Observa-se uma mudança de comportamento do narrador, que, anteriormente, só apresentava a versão e construía um discurso favorável aos ruralistas. Assim, o fio da narrativa começa a cursar novos caminhos. Além disso, verifica-se, na narrativa, um conflito de ordem moral, pois a ação dos fazendeiros pode ter provocado uma vítima fatal.

A ação dos ruralistas de retirar os indígenas das fazendas com as próprias mãos, sem a presença da Força Nacional, começa a ser reprovada pelo narrador, que, ao longo da composição da narrativa, elenca pontos que mostram a comoção e a versão dos índios. Nesse sentido, a representação dos fazendeiros é colocada em questão, como um ato de irresponsabilidade, tendo em vista que a ação deles pode ter provocado uma vítima fatal.

Por fim, como metanarrativa, observa-se que o narrador já não constrói um discurso ideológico das grandes oligarquias ruralistas, mas, em contrapartida, dá uma abertura para a voz dos personagens indígenas, que, a partir da morte do índio, são vistos como vítimas. Dessa forma, o narrador constrói o seu discurso embasado na comoção. Além disso, o narrador classifica como protagonista o governador do estado, Reinaldo Azambuja, que solicita à presidente a presença do Exército. Verifica-se que o narrador, de certa forma, tem certo vínculo ideológico com o político, e, ao dar grande poder de voz a esse personagem, reproduz o discurso do personagem.

4.4 Agenda de reuniões: a busca por soluções

Categorias de Análise

Reportagem 6

Título: “Ministro vem ao Estado, mas não se aproximará de zona de conflito indígena” – 02/09/2015, edição: 339543, editoria: cidades (localizada na parte superior da página) sem nº na p.

Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça	----	----	----	----	Fonte Oficial	Não tem voz na narrativa.	Campo Grande - MS	28/08/2015
Rocha Lima, Tenente-Coronel	----	----	----	----	Fonte Oficial	“A presença militar é apenas para amenizar o clima” (citação indireta). “O Exército não vai interferir. Viemos ajudar a manter a ordem e abrir condições para negociações”.	Antônio João	22/08/2015
Eduardo Riedel, Secretário de Estado do governo	----	----	----	----	Fonte Oficial	“A visita é agir em favor da pacificação entre os ruralistas e índios” (citação indireta). “Vamos fazer uma série de reuniões com as autoridades Federais e com todo o staff do governo do Estado, a fim de encontrarmos uma solução para acabar com os conflitos fundiários do Estado”.	Fazenda Barra	01/09/2015 (ontem)
----	----	----	----	----	----	----	Fazenda Cedro	02/09/2015
----	----	----	----	----	----	----	Fazenda Primavera	----
----	----	----	----	----	----	----	Fazenda Brasil	----
----	----	----	----	----	----	----	Brasília	----

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
				-----	-Ministro vem ao Estado	

Ministro da Justiça vem ao Mato Grosso do Sul, em busca de solução para o conflito em Antônio João, mas “não se aproximará de zona de conflito”, é o que destaca a narrativa publicada em 02/09/2015, edição nº 339543, assinada pelos jornalistas Lucas Junot e Gildo Tavares (enviado especial a Antônio João).

A narrativa localizada na parte superior da página é um pouco menor em relação às anteriores e é composta por uma foto e um boxe – Saiba: “Reuniões com governador, produtores e índios”. Apresenta como fontes apenas dois personagens: o tenente-coronel encarregado da operação, Rocha Lima, e o secretário de Estado de governo, Eduardo Riedel.

Logo no início, observa-se que o narrador utiliza da crítica para relatar que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, vem ao estado para buscar solução para o conflito, porém, não cogita visitar o local do ocorrido: “as programações do enviado do governo federal são em Campo Grande”. O narrador, nas entrelinhas, critica, e ao mesmo tempo, questiona como é possível resolver a situação em Antônio João, sendo que o “Ministro vem ao Estado, mas não se aproximará de zona de conflito indígena”, como salienta o título. Essa informação é enfatizada em vários momentos da narrativa, no título, no lead e ao longo do texto.

Na sequência, descreve o narrador que, ao chegar a Campo Grande, a comitiva do governo federal seguirá para a governadoria, e o ministro se reunirá com o governador, Reinaldo Azambuja. Segundo o personagem, o secretário de Estado do governo, Eduardo Riedel, a visita é para agir em favor da pacificação: “vamos fazer uma série de reuniões com as autoridades Federais e com todo o staff do governo do Estado, a fim de encontrarmos uma solução para acabar com os conflitos fundiários do Estado”. O narrador expõe apenas as agendas de reuniões para buscar soluções, contudo, não há evidências de nenhuma estratégia, ou ações realizadas, por parte do governo, para acabar com os conflitos.

No título da reportagem, a expressão “zona de conflito indígena” é utilizada para se referir ao conflito; desse modo, o narrador destaca apenas as ações indígenas, e desconsidera os fazendeiros. Em outras palavras, os índios são os causadores e motivadores do impasse.

Na sequência, o narrador informa que cerca de “250 militares do Exército chegaram ontem na cidade, além dos 150 da Força Nacional e 20 do Departamento de Operações de Fronteira (DOF)”. Mas como revela o tenente coronel Rocha Lima, “a presença militar é apenas para amenizar o clima”. Ou seja, o Exército está presente no local do conflito para evitar novos confrontos e manter a segurança no município. “O Exército não vai interferir. Viemos ajudar a manter a ordem e abrir condições para negociações”, afirma Rocha.

Na composição da narrativa, há uma imagem que mostra a ação dos militares, como descreve a legenda: “Exército está na cidade e realiza abordagens para vistoriar pessoas e

veículos”. A fotografia mostra, nessa ação, uma vistoria sendo realizada por dois militares em uma pessoa que está ao lado de fora do seu veículo, abrindo uma mochila para ser revistada. Na foto, logo atrás do veículo, observa-se uma placa, “Fazenda Fronteira – Cedro – Barra”. Na narrativa principal, o narrador assinala que foi montada uma barreira pelos militares, na entrada de acesso às fazendas que continuam ocupadas pelos indígenas – Fronteira, Barra e Cedro – dessa forma, a imagem comprova a narrativa textual.

O jornal finaliza relatando o ato de protesto das lideranças indígenas das etnias Guarani Kaiowá, Terena, Munduruku, Baré, Kambeba e Baniwa, realizado em Brasília, em 1º de setembro de 2015, em decorrência do assassinato de Semião Vilhalva. O narrador expõe o sentimento de revolta dos indígenas, que, a partir desse protesto, chamam a atenção do país para situação indígena.

“Reuniões com governador, produtores e índios” é o título do box – Saiba, que descreve a agenda de reuniões. Destaca-se, aqui, que o narrador mostra a primeira tentativa de diálogo tanto com os ruralistas, quanto com os indígenas. “Produtores rurais vão se reunir com a comitiva dos governos, às 12 horas, e às 15 horas, o grupo de autoridades abre o diálogo com os indígenas”. Além disso, como salienta o narrador, trata-se de uma agenda ‘poderosa e importante’, pois irá contar com a presença de inúmeras autoridades do governo.

A reportagem gira em torno de anunciar a visita da comitiva do governo federal a Mato Grosso do Sul, para buscar alternativas para acabar com os conflitos no estado. Assim, o narrador apresenta apenas fontes oficiais, sendo elas classificadas com neutras, pois não se posicionam em relação a índios ou fazendeiros. Os personagens nacionais passam a figurar na narrativa, após a estória ter se tornado uma notícia que extrapolou os limites regionais.

No que se refere à construção do discurso de representação do indígena, ou dos ruralistas, o narrador não apresenta argumentos e vozes que condenem ou favoreçam as ações dos índios ou dos ruralistas. Apenas no título o narrador destaca a expressão “conflito indígena”, só a ação dos indígenas. Em contrapartida, verifica-se que o narrador desenvolve o enquadramento dramático enfatizando as ações dos militares, a visita da comitiva do governo federal ao estado e a agenda de reuniões. Vale destacar, novamente, que o narrador critica a visita do ministro, já que ele vem para resolver o impasse, mas a “agenda não prevê a ida das autoridades ao local dos conflitos”.

Com o plano de fundo, o jornal reproduz o discurso ideológico político das autoridades, que aparentemente tentam mediar a situação, mas não apresentam soluções efetivas para o conflito. Não é elucidado, na narrativa, um conflito de ordem, moral, ético ou cultural.

4.5 Formação de comissão, mas cadê a solução?

Categorias de Análise

Reportagem 7

Título: “Sem solução efetiva para conflitos, comissão é criada para dialogar” – 03/09/2015, edição: 339579, editoria: cidades, (localizada na parte superior da página) sem nº na p.

Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça	-----	-----	-----	-----	Trata-se de uma fonte oficial do governo federal, que está tentando mediar o conflito. Não se posiciona em relação aos índios e fazendeiros. E tem grande poder de voz ao longo de toda a narrativa.	<p>“As forças policiais e militares agirão com rigor nos casos de violência e/ou incitação à violência”. (citação indireta)</p> <p>“Não aceitaremos ofensas à lei e quem o fizer será preso em flagrante, investigado e sofrerá a aplicação rigorosa da lei, seja quem for, índios ou proprietários, não importa”</p> <p>“A pacificação imediata é a condição primordial para a continuidade das mediações. Quebrando o acordo, a solução para o conflito de terras será submetida à morosidade da Justiça”. (citação indireta)</p> <p>“Tentamos no passado fazer a mediação, mas sofremos com a intransigência dos proprietários em resolver a questão de forma judicial e a demora acirra os ânimos, que culmina na busca por uma solução própria, o que é ilegal”.</p> <p>“Espero que estejamos nos 80%, não nos 20% e que esse crime seja punido com rigor da lei”.</p>	Campo Grande (capital do estado)	01/09/2015 (terça-feira)

						“O governo federal é contrário à esta emenda, ela fere cláusula pétrea e no mérito da questão, o que é ou não é bem público é uma questão administrativa, do Executivo, não do Poder Legislativo”.		
Reinaldo Azambuja, Governador (PSDB)	Tem grande poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“Caracterizamos toda esperança em torno de uma só área, acabamos criando um cenário que desencadeou novas retomadas, pois todos acreditavam que seria um marco. Cada área tem uma realidade fundiária, contamos com a boa vontade dos dois lados para, sem pegar em armas, mantermos o estado democrático de direito”	Antônio João	02/09/2015 (ontem)
Lindomar Terena (líder indígena)	Tem poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“Eles disseram que haverá um esforço para resolver, o mesmo que disseram há dois anos. Não mudou nada, simplesmente porque não há vontade dos fazendeiros em resolver”. “Não podemos decidir nada aqui sozinhos, até porque nunca foi descumprido um acordo por parte dos indígenas”.	Brasília	03/09/2015
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	Fazenda Buriri (Sidrolândia)	2013
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	Fazenda Barra	29/08/2015 (sábado)

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
				-----	-----	

Seguindo o fio da estória, como único encaminhamento, formação de uma comissão mista dos governos Federal e Estadual, a série de reuniões com o ministro da Justiça em 02 de setembro não apresentou uma solução efetiva para acabar com os conflitos. Dessa forma, enfatiza o narrador, a visita do ministro foi irrelevante e não trouxe soluções para a situação, como pode ser confirmada no lead: “Ministro da Justiça veio à Capital para mediar situação indígena, mas foi embora sem apresentar ação definitiva”.

Assinada pelo jornalista Lucas Junot e veiculada na editoria *Cidades*, em 03/09/2015, edição nº 339579, a reportagem na parte superior da página apresentada três fontes de informação: José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça; Reinaldo Azambuja, governador do estado e Lidomar Terena, liderança indígena. Há uma fotografia e um infográfico, diagramados na parte superior ao lado direito da página.

Na composição da trama, a comissão criada para discutir a questão indígena terá que “elencar cinco áreas prioritárias no Estado” para ser apresentadas em uma reunião em Brasília, na semana seguinte, para daí em diante iniciar novas etapas de diálogo e mediação. A rigor, o conflito em Antônio João exige soluções efetivas com urgência, que não são apresentadas pelo governo. Nota-se que o narrador enfatiza a mudança de espaço temporal e geográfico, de Campo Grande para Brasília, polo do poder político, “na semana que vem”, para a realização da reunião da comissão.

Seguindo a composição da trama de Campo Grande, novamente, o jornal muda o cenário dos acontecimentos-intriga para Antônio João, lugar em que o Exército cumpre a chamada Ação de Garantia de Lei e Ordem (GLO), a pedido do governo do Estado, desde a terça-feira de 1º de setembro. Como enfatiza José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça “As forças policiais e militares agirão com rigor nos casos de violência e/ou incitação à violência”.

Como neutro na narrativa, por se tratar de uma fonte oficial do governo federal, que busca mediar o conflito, Cardozo se impõe de modo rigoroso e afirma: “Não aceitaremos ofensas à lei e quem o fizer será preso em flagrante, investigado e sofrerá a aplicação rigorosa da lei, seja quem for, índios ou proprietários, não importa”. Verifica-se que o ministro não favorece nenhum dos lados do conflito, nem índios nem fazendeiros; o tratamento serão igual para quem não cumprir com a lei.

Para que haja a mediação do diálogo, é preciso manter a pacificação; se ela for violada, “a solução para o conflito de terras será submetida à morosidade da Justiça”, declara Cardozo. O personagem chama a atenção para a necessidade de manter a ordem, para que haja o diálogo entre as partes, pois se a ordem é violada, há uma demora maior para a justiça resolver o impasse. Contudo, relembra Cardozo: “Tentamos no passado fazer a mediação, mas

sofremos com a intransigência dos proprietários em resolver a questão de forma judicial e a demora acirra os ânimos, que culmina na busca por uma solução própria, o que é ilegal”. A atitude de agir com as próprias mãos é condenada pelo ministro, pois é ilegal. Nesse sentido, observa-se que, na fala do personagem, os fazendeiros são considerados como antagonistas, ou seja, os que violam a lei.

Na sequência, pela voz do personagem Reinaldo Azambuja, uma estória de conflito entre índios e fazendeiros que também teve uma vítima fatal indígena, ocorrida na fazenda Buriti, município de Sidrolândia, em 2013. Segundo o personagem, o posicionamento do governo “foi um erro”, pois “tentou-se a indenização aos produtores pela terra, já considerada indígena, mas eles não aceitaram o valor oferecido pelo governo federal por estar muito abaixo do mercado”. Além disso, complementa o governador, “caracterizamos toda esperança em torno de uma só área, acabamos criando um cenário que desencadeou novas retomadas, pois todos acreditavam que seria um marco”. Verifica-se que o personagem traz uma experiência ocorrida no passado para tentar traçar novas estratégias efetivas para a solução do conflito atual.

O governador, personagem neutro nessa narrativa, acrescenta: “Cada área tem uma realidade fundiária, contamos com a boa vontade dos dois lados para, sem pegar em armas, mantermos o estado democrático de direito”. Ou seja, em cada conflito é necessário avaliar e pontuar ações que sejam satisfatórias para resolver o impasse.

Na trama, ainda a respeito da estória ocorrida em Sidrolândia, do lado daqueles que defendem a demarcação de terras para os índios, o narrador dá voz ao personagem protagonista Lidomar Terena, para enfatizar que ainda não houve nenhum progresso na resolução do conflito na fazenda Buriti: “Não mudou nada, simplesmente porque não há vontade dos fazendeiros em resolver”. O personagem destaca que são os fazendeiros que não colaboram para que a situação se resolva, já que eles (os índios) não podem “decidir nada aqui sozinhos” e complementa “Nunca foi descumprido um acordo por parte dos indígenas”. Novamente, aqui, os fazendeiros aparecem como os antagonistas da narrativa.

Em um subtópico da reportagem “Mortes”, pela voz indireta do ministro Cardozo, novamente o personagem recupera o ocorrido em Sidrolândia, em 2013, e conta que o laudo pericial da morte do índio Oziel ainda está inconcluso, e segue em sigilo pela Polícia Federal. Nesse mesmo panorama, mas mudando de cenário, agora, para a realidade do conflito em Antônio João, a investigação da morte de Simeão Vilhalva também segue pela Polícia Federal, mas em caráter de prioridade. O ministro acredita na resolutividade do trabalho da Polícia Federal, e deseja que “esse crime seja punido com o rigor da lei”.

O grande dilema do governo federal para resolver os conflitos de terra tem sido as “Indenizações”, é o que revela o segundo subtópico da reportagem. De acordo com o narrador, os valores das indenizações não agradam os fazendeiros, “estão aquém das propriedades”. Em contrapartida, o governo relata que as ofertas “são condizentes com a realidade”. Dessa forma, observa-se um impasse entre o governo e os fazendeiros para resolver a situação.

O narrador deixa claro quais serão as próximas atitudes a serem realizadas pelo governo, em relação ao conflito em Antônio João: a demarcação da área como terra indígena, e as possíveis indenizações aos fazendeiros. A comissão irá definir as cinco áreas prioritárias em que ocorrem conflitos; em seguida, serão discutidas separadamente, e o governo irá indenizá-las de acordo com as condições do orçamento. Ademais, nesse sentido, “Não havendo entendimento, cada um é livre para buscar os caminhos judiciais se achar que deve”, ressalta o ministro.

Caminhando para o fim da narrativa, o jornal descreve as duas Propostas de Emenda Constitucional (PEC): a primeira é a PEC 215, que ameaça o direito dos povos indígenas, pois “inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas e procedimentos de demarcações sejam regulamentados por Lei”. Os deputados que defendem os fazendeiros ou que também são fazendeiros — a chamada bancada ruralista— são em grande número no Congresso Nacional, eles se unem e se articulam para defender apenas seus interesses.

Do lado de quem é contrária a essa (PEC), a 215, está o personagem Cardozo, que a condena e a considera inconstitucional. Segundo ele, “o governo federal é contrário a esta ementa, ela fere cláusula pétrea e no mérito da questão, o que é ou não é bem público é uma questão administrativa, do Executivo, não do Legislativo”. A demarcação compete ao Executivo. Além de não ter a função de executar, o Congresso Nacional não tem corpo técnico, pessoas habilitadas para fazer estudos antropológicos, etno-históricos, ambientais e cartográficos necessários para reconhecer o direito indígena sobre as terras.

A segunda ementa apresentada pelo narrador, já no fim da narrativa, é a PEC 71. “Abominada pelos ruralistas”, prevê as indenizações pela terra para ocupantes retirados, porém apenas o pagamento de benfeitorias. Contudo, sobre essa PEC, não há um posicionamento do ministro na narrativa. E como já visto anteriormente na narrativa, este é um dos grandes impasses para resolver os conflitos.

Em relação a esse último subtópico da narrativa, nas entrelinhas, observa-se que o direito dos povos indígenas é ressaltado, e que o personagem Cardozo, neutro na narrativa, aparece como o mediador do conflito, é contrário a PEC 215, defendida pelos fazendeiros e pela bancada dos ruralistas, e ao mesmo tempo não se posiciona em relação a PEC 71, que é abominada pelos ruralistas.

Na composição da narrativa, com o enquadramento dramático construído, o jornal em forma de boxe – Saiba – apresenta outras informações sobre a PEC 215, em que conta que deputados que integram a comissão especial que analisa a ementa “fizeram ontem a leitura de um parecer favorável à proposta”. Além disso, recupera que em maio “48 dos 81 senadores assinaram um documento classificando como um ‘atentado’ à tentativa de aprovar a proposta”. Contudo, observa-se que o narrador faz uma contextualização sobre a PEC, e que de certa forma, arquiteta um discurso contrário a essa ementa. Vale destacar que o título desse boxe – “Rapaz pode ter morrido antes” – não dialoga com o conteúdo presente em seu texto, assim, verifica-se que há um pequeno erro jornalístico.

Na foto, em primeiro plano, do lado esquerdo está Azambuja, e, do lado direito, o ministro Cardoso. A partir da legenda “Reuniões” e da imagem, verifica-se que estão em uma reunião ou com índios, ou com os fazendeiros (o que não dá para identificar). Na imagem, o destaque são os personagens, principais vozes presentes nessa narrativa.

Como pano de fundo, o discurso de representação dos indígenas é favorecido ao longo da reportagem. Eles são considerados como vítimas da ação dos fazendeiros; os que cumprem os acordos estabelecidos pelo governo: “Nunca foi descumprido um acordo por parte dos índios”. Além disso, possuem o direito pela terra, quando ela é considerada como de ocupação tradicional. A reportagem apresenta, além dos dois personagens neutros, apenas outro personagem protagonista, que é uma liderança indígena. Não há voz dos fazendeiros.

Em contrapartida, os fazendeiros, por meio da ação de retirar os índios que reocupavam as fazendas, agem buscando uma solução própria, o que é considerado como um ato ilegal. Eles são, também, os que dificultam o processo de resolução efetiva dos conflitos, pois não aceitam os valores das indenizações oferecidas pelo governo. Nesse sentido, como salienta o ministro, para as próximas situações “Não havendo entendimento, cada um é livre para buscar os caminhos judiciais se achar que deve”.

O conflito dramático elucidado na narrativa é o de ordem moral, como pode se observar nos seguintes trechos da história: “morte do índio Simeão Vilhalba, durante a retomada de área por parte dos produtores em Antônio João”; “Eles disseram que haverá um

esforço para resolver, o mesmo que disseram há dois anos. Não mudou nada, simplesmente porque não há vontade dos fazendeiros em resolver”, etc..

A rigor, como metanarrativa, observa-se que o discurso do direito à terra é ressaltado pelo narrador na narrativa ao elucidar argumentos contrários à PEC 215. Assim, entende-se que passar a responsabilidade da demarcação aos deputados seria o mesmo que dizer que os indígenas não possuem o direito originário, ou seja, o direito dos povos indígenas sobre a terra já existe, ele vem em primeiro lugar, e está na Constituição de 1988. Porque os deputados iriam fazer negociações em cada demarcação, dizer se uma terra pode ou não ser demarcada.

4.6 Índios em situação de miséria e o impasse continua

Categorias de Análise

Reportagem 8

Título: “Índios vivem em condições de miséria, em Antônio João” – 06/09/2015, edição: 339661, editoria: cidades, localizada em toda a p. 11

Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Tomásia Areco Jara, 40 anos (tem um comércio na Vila Campestre)	Tem poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“A falta de recursos com que vivemos aqui é complicado, parece que esqueceram da gente, a falta de estrutura e de recursos da aldeia é muito grande, o que salva muitas famílias são os subsídios pagos pelo governo federal, senão a coisa seria muito pior”.	Antônio João	
Isaias Sanches, 28 anos (índio Guarani Kaiowá), Coordenador da Escola Indígena Mboeroy Tupã Arandu Reñoi	Tem poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“A falta de recursos para a maioria das famílias é um problema sério aqui na aldeia e na vila. Minha sorte que trabalho como coordenador na escola e consigo viver com um pouco mais de dignidade”.	Aldeia Ñande Ru Marangatu	
Zélia da Silva, 23 anos, mãe de três filhos (índia Guarani Kaiowá)	Tem poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“Temos que viver com este dinheiro que o governo manda, fazemos de tudo para não faltar nada até o final do mês, quando meu marido entra algum lugar para fazer algum roçado as coisas melhoram um pouco”.	Vila Campestre	
Orestino Fernandes (cacique), 52 anos	Tem poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“O governo tinha que resolver logo, seria bom para todos, inclusive tiraria meu povo da miséria”.		

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
				A situação de miséria que os índios vivem na aldeia e na Vila Campestre	-----	

Município de Antônio João, o conflito entre índios e fazendeiros esconde situação de miséria em que vivem os Guarani Kaiowá na Aldeia Ñande Ru Marangatu e na Vila Campestre. Veiculada em 06/09/2015, na editoria Cidades, edição nº 339661, página 11, a narrativa enfatiza a situação dos índios depois do confronto que resultou em uma vítima fatal.

Ao longo do texto, o narrador apresenta quatro fontes indígenas que expõem a realidade vivida por eles, e ao mesmo tempo, chamam a atenção do governo e da sociedade, para que se tome alguma atitude e resolva logo esse impasse. Os personagens fontes são: Tomásia Areco Jara, 40 anos, comerciante na Vila Campestre; Isaias Sanches, 28 anos, coordenador da Escola Indígena Mboeroy Tupã Arandu Reñoi; Zélia da Silva, 23 anos, mãe de três filhos; e o cacique Orestino Fernandes, 52 anos.

Na composição da reportagem, há quatro imagens; a primeira e maior delas, localiza-se na parte superior da página; a segunda, a terceira e a quarta fotos estão diagramadas do mesmo tamanho, na parte inferior da página. Há também um boxe – Saiba – em que o narrador retira parte do texto de uma reportagem publicada em 1º de setembro, para situar o leitor sobre o confronto ocorrido em Antônio João.

No total, são cerca de mil e duzentos índios abaixo da linha da pobreza, descreve o narrador logo no início da narrativa, sendo que, em alguns casos, a única renda da família inteira são os auxílios pagos pelo governo. O narrador ressalta que, se não fossem esses subsídios, muitos não teriam como sobreviver e a situação seria muito pior. Assim, o cenário dos indígenas desta comunidade é catastrófico.

O narrador destaca também a ausência de infraestrutura básica, como saneamento e água encanada, como conta a personagem Tomásia Areco Jara, comerciante na Vila Campestre há 15 anos: “A falta de estrutura e de recursos na aldeia é muito grande, o que salva muitas famílias são os subsídios pagos pelo governo federal”. Novamente, aqui, a personagem destaca o auxílio fornecido pelo governo aos membros da comunidade.

Seguindo o enquadramento dramático, expõe Tomásia: “Parece que esqueceram da gente”; a comunidade indígena está abandonada, esquecida. A personagem chama a atenção para questões indispensáveis para a sobrevivência da população indígena de Marangatu.

Nesse mesmo sentido, o narrador dá a voz ao personagem Isaias Sanches, coordenador da Escola Indígena Mboeroy Tupã Arandu Reñoi, que também conta que a falta de recursos é um problema sério: “Minha sorte que trabalho como coordenador na escola e consigo viver com um pouco mais de dignidade”. O personagem destaca, em sua fala, que tem “um pouco mais de dignidade” em relação aos outros índios da comunidade, pois recebe um salário pelo seu trabalho na escola, se não, viveria na mesma situação penosa dos outros indígenas.

Expõe o narrador, na sequência, a realidade da família de Zélia da Silva, 23 anos e mãe de três filhos: “Ela vive com os filhos e o marido com a renda de R\$200 reais, que recebe do bolsa família”. A personagem enfatiza que “temos que viver com este dinheiro que o governo manda, fazemos de tudo para não faltar nada até o final do mês, quando meu marido entra algum lugar para fazer algum roçado, as coisas melhoram um pouco”. A rigor, o narrador enfatiza, por meio da realidade dessa família, que o que mantém as famílias indígenas é o subsídio do governo, ou, às vezes, um trabalho temporário. Além disso, chama a atenção da sociedade para uma realidade que está próxima em relação à localidade, mas, distinta da realidade da maior parte da população de Mato Grosso do Sul.

Em essência, a narrativa segue apresentando uma imagem positiva e favorável dos indígenas da comunidade Nãnde Ru Marangatu: “Sempre receptivos e com sorrisos tímidos, é possível conversar, mesmo em alguns casos não entendendo corretamente as pronúncias que dizem em português”. O narrador deixa claro que os protagonistas dessa narrativa são os indígenas, que estão passando por inúmeras necessidades e dificuldades depois do confronto.

Finalizando a composição da trama. “O governo tinha que resolver logo, seria bom para todos, inclusive tiraria meu povo da miséria”, relata o cacique, Orestino Fernandes personagem protagonista, que pede para que se resolva o impasse com urgência, para que melhore as condições das famílias de sua aldeia.

No boxe “Fazendeira liderou volta”, trata-se de uma citação de uma parte do texto publicado na reportagem 5 do recorte desta pesquisa. O fragmento de texto é colocado nessa narrativa para situar o leitor que não esteja acompanhando toda estória a ter conhecimento do que provocou as condições de miséria dos indígenas em Antônio João.

“As casas são feitas com cobertura de sapé” e as paredes são de bambu é o que mostra a primeira imagem, localizada na parte superior e central da primeira casa. A fotografia expõe três casas, todas aparentemente com as mesmas características; logo atrás, uma mata fechada e, nos arredores da casa, capim e mato mais baixo. Pela imagem, observa-se que não há uma estrutura adequada na aldeia, e, pelas condições das casas, verifica-se que a situação é precária para a comunidade. Assim, a imagem comprova a realidade expressa pelas vozes apresentadas ao longo da narrativa. Já a segunda imagem, com a legenda “Perto da aldeia, na Vila Campestre, índios vivem junto com brancos, desde a década de 1940”, exhibe as casas dos brancos, que são de tijolos e telhas, ou seja, tem uma estrutura mais adequada para morar. No trecho da legenda, “índios vivem juntos com os brancos”, enfatizam-se a harmonia e o respeito que há entre índios e brancos que convivem juntos há décadas.

“No limite”, é o que destaca a legenda da fotografia da personagem Zélia da Silva, mãe de três filhos, que vive com o marido com uma renda de R\$200 reais por mês. A expressão ‘no limite’ tem uma dupla conotação: primeiro, essa renda mensal não está sendo mais suficiente para manter todas as necessidades básicas, está no limite; segundo, essa situação do conflito precisa ser resolvida, está no seu limite. Na imagem, observa-se Zélia sentada com uma criança no colo, e outra criança em pé ao seu lado.

A quarta e última imagem mostra um soldado do Exército de perfil, posicionado ao lado direito do enquadramento da fotografia, atrás de dois cones; ao fundo, é possível ver uma pessoa em uma motocicleta, vindo em direção ao soldado. Por meio da legenda “Aldeia cercada por forças federais”, constata-se que o soldado está vigiando e fazendo a segurança ao em torno da aldeia. Provavelmente, a pessoa que aparece na imagem pilotando uma motocicleta é um índio que esteja saindo da aldeia. A partir dessa imagem, observa-se que o narrador quer enfatizar que o Exército e as Forças Federais estão mantendo a segurança dos índios, após o conflito que resultou na morte de um indígena.

A carência e as necessidades básicas que os índios estão passando são destacadas ao longo de toda a narrativa, juntamente com a imagem positiva dos índios, que “sempre receptivos e com sorrisos tímidos” têm boa convivência com os brancos desde 1940. Esse é a representação dos indígenas feita pelo jornal. Os índios, as vozes presentes na narrativa, são os protagonistas que contam a sua realidade ao jornal, com o intuito de chamar a atenção da sociedade para as condições precárias em que estão vivendo, e de suas necessidades básicas.

Em contrapartida, do lado dos antagonistas, os fazendeiros não possuem voz na narrativa, e aparecem apenas no boxe que retoma uma narrativa anterior para contar como aconteceu a ação dos ruralistas para retirar os índios que reocupavam as fazendas.

O conflito ressaltado na narrativa é de ordem moral, pois os índios vivem em condições de miséria, sem uma infraestrutura básica para morar, e dependem da ajuda do governo federal para manter suas necessidades básicas. O conflito principal é a situação de miséria em que os índios vivem na aldeia e na Vila Campestre, e o secundário foi a ação dos ruralistas, recapitulada no boxe anexado à reportagem.

Nessa narrativa, verifica-se que o enquadramento dramático do narrador modificou-se, e os indígenas que anteriormente atuavam como os antagonistas na estória passaram a ser considerados como os protagonistas. Dessa forma, como plano de fundo, tem-se a imagem benéfica e favorável dos índios, que são os únicos que estão sofrendo com o impasse da demora da resolução do conflito, vivendo em condições precárias.

4.7 Índio morre no dia da ação dos ruralistas

.Categorias de Análise

Reportagem 9

Título: “Autópsia indica que índio morreu no dia da retomada de 2 fazendas” - 09/09/2015, edição: 339731, editoria: cidades, localizada em toda a p. 9

Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Bruno Barros Maciel, delegado da Polícia Federal.	-----	-----	-----	-----	Fonte oficial que tem grande poder de voz na narrativa.	“O exame indica que o projétil disparado, que ficou alojado na cabeça do índio, saiu de uma arma pequena, provavelmente de calibre 22”. (citação indireta) “O policial federal informou ainda que a ideia de que o corpo já demonstrava rigidez cadavérica extraoficialmente não procede”. (citação indireta) “Pedi mais exames e também aguardo a perícia feita no local do crime. Oficialmente, o que a autópsia diz é que o índio tinha morrido entre 7h e 15h do dia 29”.	Fazenda Barra e Fronteira	29/08/2015 (dois sábados atrás)
Ruralistas	-----	-----	-----	-----	-----	“Daqui em diante, vocês não vão ver o que vai acontecer, disse um dos ruralistas, que ameaçou a riscar os pneus do carro caso insistisse”.	Antônio João	30/08 (no dia seguinte)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	Rodovia MS-384	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
Ação dos Ruralistas	-Resultado do laudo necroscópico -Enterro de Simeão Vilhalba	O conflito exposto na narrativa é o de ordem moral e ético; o primeiro é devido à morte do índio que aconteceu no dia da ação dos ruralistas. Já o segundo, o conflito ético, se dá a partir do momento em que um dos lados usa da mentira para justificar, ou descrever o ocorrido, como se observa neste trecho: “O desfecho deste exame pode confrontar com a versão dos fazendeiros”.	Celso Bejarano	Definida a configuração da trama, de um lado estão os que provavelmente causaram a morte da liderança indígena, os fazendeiros antagonistas, e do outro, os índios que invadiram as fazendas dos fazendeiros para pressionar o governo para demarcar a área que foi considerada de ocupação tradicional Guarani, por meio do laudo antropológico, que até então eram os antagonistas, mas que se transformaram em protagonistas, ao serem vítimas da ação dos fazendeiros. O discurso de representação dos índios, nessa narrativa, é o de vítima, devido à ação ilegal dos fazendeiros, de retirarem os índios por conta própria, sem apoio legal; além disso, o discurso se fundamenta na comoção com a tragédia.	Ao longo da narrativa, o jornal recupera fragmentos da estória que descreve a ação dos ruralistas de expulsarem os índios, que ocupavam as fazendas, para que o leitor possa compreender todo o fio narrativo. Nesse sentido, o narrador desenvolve, como plano de fundo, a partir da informação do laudo necroscópico, a ação ilegal dos fazendeiros, que agiram de modo indevido e escondido, pois barraram a presença dos jornalistas.	

“Autópsia indica que índio morreu no dia da retomada de 2 fazendas”, expõe o título da reportagem assinada pelo jornalista Celso Bejarano, veiculada em 09/09/2015, editoria Cidades, edição nº 339731. Na estória, há apenas duas fontes de informação: a primeira é o delegado da Polícia Federal, Bruno Raphael Barros Maciel, que conduz o inquérito do caso; a segunda é identificada como ruralista.

No enquadramento dramático, tem-se a comprovação da morte do índio, que foi atingido no dia 29 de agosto de 2015, “exatamente no dia em que ao menos 100 ruralistas entraram nas fazendas Barra e Fronteira com o propósito de retomar a área que havia sido invadida por indígenas”. O laudo necroscópico feito no corpo de Semião Vilhalba, 24 anos, “indica que ele morreu com um tiro na cabeça, no intervalo das 7 às 15h”, confirma o delegado da Polícia Federal, Bruno Maciel. O laudo também apura que “o tiro foi a longa distância”, “espaço superior a 50 centímetros”, o que vai ao encontro do depoimento, apresentado na reportagem 5 deste episódio, de Mariano Vilhalba, irmão da vítima, que estava próximo quando viu Simeão caindo morto.

Em essência, essa informação confronta-se com a versão dos fazendeiros de que o corpo do índio “estava em estágio de rigidez cadavérica, ou seja, presumindo que o indígena teria morrido bem antes” do confronto. Assim, observa-se que o discurso dos fazendeiros vai sendo desconstruído, a partir dessa informação do laudo necroscópico.

Seguindo o fio da narrativa, o narrador retoma ao ano de 2005, período em que o ex-presidente Lula decretara 9,3 mil hectares de terras como território indígena, porém, os ruralistas recorreram, e o processo segue, ainda hoje, sem definição. No subtópico – “Investigação” – o delegado conta que há algumas versões a respeito da morte da vítima, mas ainda está ouvindo depoimentos e colhendo informações. Para a conclusão do inquérito, afirma que é preciso o resultado da perícia realizada no local do crime.

A narrativa recupera, em seguida, o dia em que os fazendeiros retomaram as fazendas e descreve que os jornalistas tentaram acompanhar a ação dos fazendeiros seguindo o comboio das caminhonetes, porém os fazendeiros barraram o carro dos jornalistas: “Daqui em diante, vocês não vão ver o que vai acontecer”, disse um dos ruralistas “que ameaçou a risca os pneus do carro caso insistisse” em segui-los. Por meio da fala do ruralista e pela atitude de barrarem os jornalistas, presume-se que eles tinham intenções escusas, e não queriam ser flagrados. A segunda imagem, apresentada na parte inferior da página, ressalta esse trecho da narrativa e expõe o comboio dos carros seguindo em direção às fazendas.

A primeira imagem, que ocupa grande parte da página superior, mostra o caixão com o corpo do índio sendo enterrado na fazenda fronteira. A imagem enfatiza a comoção, a tristeza,

e, ao mesmo tempo, o ato de ilegalidade dos fazendeiros que, ao agirem por conta própria, retirar os índios das fazendas, resultou na vítima fatal, como indica a autópsia.

Definida a configuração da trama, de um lado, estão os que causaram a morte da liderança indígena, os fazendeiros antagonistas, e, do outro, os índios que reocuparam as fazendas para pressionar o governo a demarcar a área que foi considerada de ocupação tradicional Guarani, por meio do laudo antropológico. Até então, os indígenas eram os antagonistas, mas se transformaram em protagonistas, ao serem vítimas da ação dos fazendeiros. O discurso de representação dos índios, nessa narrativa, é o de vítima, devido à ação ilegal dos fazendeiros de retirarem os índios por conta própria, sem apoio legal. O discurso também se fundamenta na comoção com a tragédia.

Ao longo da narrativa, o jornal recupera fragmentos da estória que descreve a ação dos ruralistas ao expulsarem os índios, para que o leitor possa compreender todo o fio narrativo. Nesse sentido, o narrador desenvolve, como plano de fundo, a partir da informação do laudo necroscópico, a ação ilegal dos fazendeiros, que agiram de modo indevido e escondido, pois barraram a presença dos jornalistas.

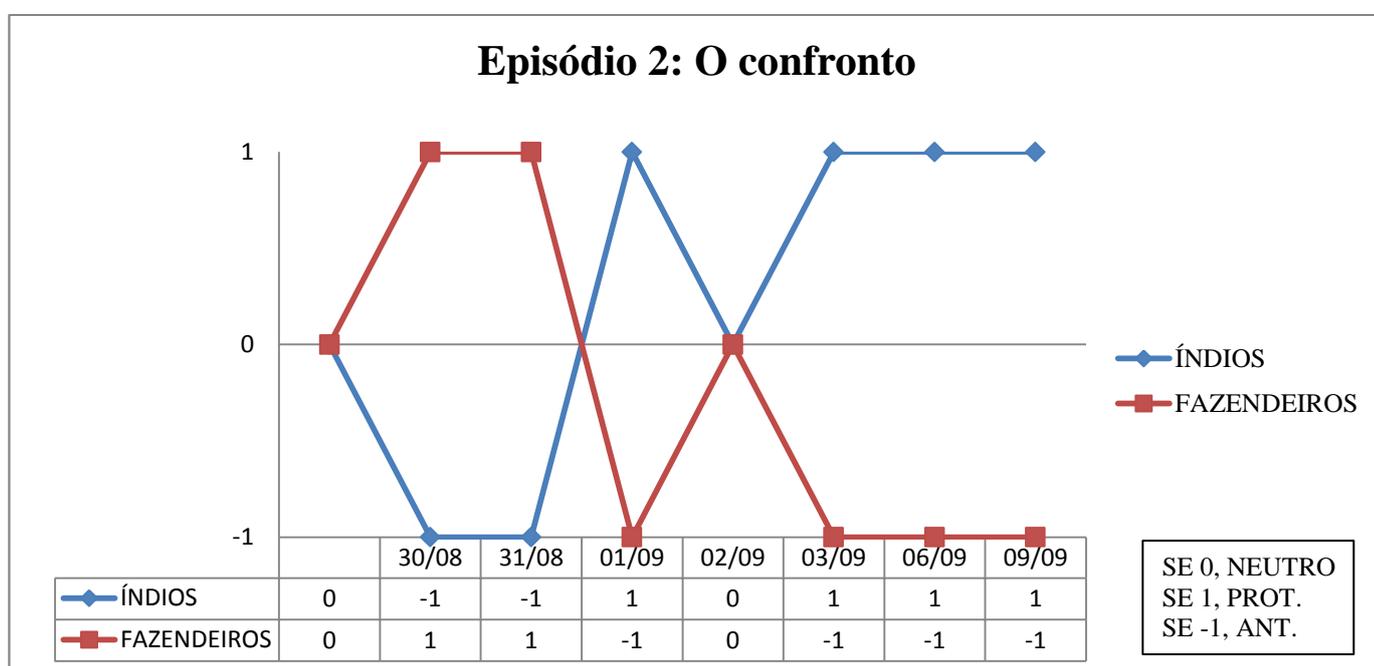
O conflito exposto na narrativa é o de ordem moral e ético, o primeiro é devido à morte do índio que aconteceu no dia da ação dos ruralistas. Já o segundo, o conflito ético, se dá a partir do momento em que um dos lados usa da mentira para justificar, ou descrever o ocorrido, como se observa neste trecho: “O desfecho deste exame pode confrontar com a versão dos fazendeiros”. Por fim, o conflito principal gira em torno da ação dos ruralistas, e os conflitos secundários são: o enterro da liderança indígena, Simeão Vilhalba, e o resultado da autópsia realizada no corpo da vítima.

4.8 Considerações

Após as estórias narradas do episódio do confronto direto entre índios e fazendeiros, devido à ação dos ruralistas de retirar os índios das fazendas reocupadas sem apoio legal, como conta o jornal, os indígenas são vinculados inicialmente ao ato criminal de invadir fazendas; em contrapartida, a atitude dos fazendeiros é relatada como um ato de reconquista de algo que foi tomado. Porém, a partir da terceira reportagem deste episódio, o narrador já não constrói um discurso ideológico das grandes oligarquias ruralistas, e começa a dar abertura para a voz dos personagens indígenas, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Através dos enquadramentos, das artimanhas do narrador, pode-se aferir que os indígenas são tratados na estória, a partir da morte do índio, como vítimas; dessa forma, o narrador constrói o seu discurso embasado na emoção. Além disso, o discurso de representação do índio também está ligado à resistência, à força, pois mesmo nessa situação extrema do conflito, decidem que vão permanecer, vão resistir nas fazendas que reocuparam.

Posteriormente, o jornal desenvolve outro enquadramento benéfico e favorável aos índios, “sempre receptivos e com sorrisos tímidos”, têm uma boa convivência com os brancos desde 1940. Ademais, enfatiza o narrador que os índios são os únicos que estão sofrendo com o impasse da demora da resolução do conflito, vivendo em condições precárias de carência e passando por necessidades básicas.



A rigor, destaca-se que esta mudança, atenuação do narrador em relação ao discurso de representação do indígena pode ser devido a alguns fatores como: a repercussão do conflito em todo país, por meio da interlocução com a mídia nacional; a morte da liderança indígena, provocando uma inquietação na sociedade, leitores do jornal.

A representação dos fazendeiros é colocada em questão como um ato de irresponsabilidade, tendo em vista que a ação deles pode ter provocado uma vítima fatal. Eles são, também, os que dificultam o processo de resolução efetiva dos conflitos, pois não aceitam os valores das indenizações oferecidas pelo governo federal.

No episódio, o personagem Reinaldo Azambuja, governador (PSDB), possui poder de voz. Sua principal ação é solicitar à presidente a presença do Exército na região do conflito. A

rigor, verifica-se que o narrador tem certo vínculo ideológico com o político e ao dar voz a esse personagem, reproduz o seu discurso.

5 NARRATIVAS DO *CORREIO DO ESTADO* : O DESFECHO

O terceiro e último episódio da estória sobre o conflito em Antônio João é composto por seis reportagens que apresentam as decisões judiciais e seus desdobramentos: “liminar de reintegração de posse”, “decisão judicial não se cumpre”, “fazendeiros e índios ficam isolados”, “Tribunal mantém reintegração de posse”, “Supremo cancela reintegração”.

Este episódio é de grande relevância, pois permite analisar detalhadamente como o jornal apresenta o indígena frente às deliberações e ações da Justiça, e suas repercussões em relação à reocupação dos índios nas fazendas Barra, Fronteira, Cedro e Primavera. Além disso, é o desdobramento dos dois primeiros episódios: o processo de retomada das fazendas pelos índios, e a ação dos ruralistas que resultou no confronto direto entre índios e fazendeiros, e proporciona uma abordagem mais direta e específica sobre a ação das forças Militares e da Polícia Federal em situações de conflitos, e frente à liminar judicial.

5.1 Reintegração de posse para os fazendeiros

Categorias de Análise								
Reportagem 10								
Título: “Justiça determina reintegração de posse de quatro fazendas” - 18/09/2015, edição: 339996, editoria: cidades, localizada na parte superior da página sem nº								
Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Sindicato Rural de Antônio João	-----	-----	-----	-----	-----	“Os índios ocupam hoje uma área maior”. (citação indireta)	Antônio João	Agosto (mês passado)
Luana Ruiz, Advogada e Filha de um dos fazendeiros	Tem poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“Se a reintegração não for cumprida até hoje aí nós vamos decidir o que fazer”. “Em outras situações semelhantes a medida judicial não foi cumprida porque o governo federal, por meio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, teria afirmado em diversas ocasiões que só cumpriria reintegração caso elas fossem definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF)” (citação indireta).	Ponta Porã	18/09 (hoje)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	11/09 (sexta-feira passada)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	2005
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	17/09 (ontem a tarde)

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
Decisão temporária definida pelo juiz federal Diogo Oliveira, que determina que a PF tire os índios de quatro fazendas.	-----	-----	Celso Bejarano	São considerados como antagonistas.	O posicionamento do narrador em classificar os fazendeiros como protagonistas fica evidenciado ao longo do texto, por a justiça determinar a reintegração em favor deles.	Como plano de fundo, o narrador apresenta uma decisão temporária da justiça local e desenvolve a narrativa com base em alegações incertas sobre o cumprimento da reintegração de posse das fazendas.

Início do terceiro episódio: “Justiça determina reintegração de posse de quatro fazendas” ocupadas pelos indígenas desde 22 de agosto de 2015. A decisão temporária é uma liminar definida pelo juiz federal Diogo Ricardo Goes de Oliveira, da 1ª Vara de Ponta Porã, que “deverá ser cumprida até hoje (18/09)” pela Polícia Federal, que foi notificada em 11/09.

Publicada em 18/09/2015, edição nº 339996, na editoria Cidades, na parte superior da página e assinada pelo jornalista Celso Bejarano, a narrativa apresenta apenas duas fontes de informação: o Sindicato Rural de Antônio João e a Advogada e filha de um dos fazendeiros, Luana Ruiz. Trata-se de uma narrativa curta, que tem em sua composição uma imagem e um boxe, que retoma trechos de uma reportagem anterior.

O impasse entre índios e fazendeiros em Antônio João está prestes a ser encerrado, como descreve o narrador: “Produtores conseguiram na justiça retomar fazendas invadidas, mas cumprimento depende de ação da PF”. Evidencia o narrador que a retirada dos índios das quatro fazendas depende, apenas, da ação da Polícia Federal, que foi já notificada, mas que, até então, a Polícia Federal não se pronunciou sobre o cumprimento da decisão. Além disso, o jornal deixa claro que a justiça se posiciona em favor dos fazendeiros, que conseguem a reintegração da posse das fazendas, mesmo que temporariamente. Dessa forma, os fazendeiros são os protagonistas da narrativa.

Na sequência, o narrador recupera um acontecimento de 2005, para relatar uma liminar que havia sido anunciada pelo ex-presidente Lula, em favor dos indígenas, de que o território em questão pertencia aos índios, mas a medida não foi cumprida; na época, os fazendeiros recorreram à justiça, e a disputa ainda segue na esfera judicial.

No enquadramento dramático, “a disputa envolve nove fazendas em uma extensão de 9,3 mil hectares”, e até que justiça definisse a causa, a comunidade, que possui em torno de 1,5 mil índios, teria de habitar em apenas 40 hectares, descreve o narrador. No entanto, de acordo com o Sindicato Rural, os índios ocupam uma área maior. Vale observar que 40 hectares para 1,5 mil índios habitarem, vivendo da caça, pesca, hortas e plantações, são insuficientes para a sobrevivência desta comunidade.

Dos fazendeiros, os que conseguiram na justiça o direito de retomar a terra, a personagem Luana Ruiz afirma que se a “se a reintegração não for cumprida até hoje aí nós vamos decidir o que fazer”. Nessa fala, observa-se que os fazendeiros estão dispostos a tomar uma atitude se os índios não forem retirados das quatro fazendas pela Polícia Federal.

Na sequência, a personagem relata, por meio de citação indireta, que “em outras situações semelhantes a medida judicial não foi cumprida porque o governo federal, por meio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, teria afirmado em diversas ocasiões que só

cumpriria reintegração caso elas fossem definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”. Nesse sentido, verifica-se, que mesmo com a decisão da justiça da Primeira Vara Federal de Ponta Porã, a reintegração de posse das quatro fazendas pode não acontecer, e o impasse entre índios e fazendeiros continua.

O narrador apresenta, na reportagem, um box que retoma trechos de uma narrativa anterior, para resgatar o histórico sobre o conflito em Antônio João, e colocar o leitor, que não acompanhou todo o fio da estória, por dentro dos acontecimentos. Há também uma foto posicionada ao lado direito da página, em que se retoma o enterro da liderança indígena, morta durante “um suposto conflito em 29 de agosto”. A rigor, verifica-se que o narrador resgata um momento de tragédia do conflito, em que os índios foram vítimas, mas, ao utilizar, na legenda, a expressão “suposto conflito”, ao invés de fazer referência à ação dos ruralistas, observa-se que o narrador tenta amenizar a tragédia. Assim, o narrador ao mesmo tempo em que chama a atenção para a morte do indígena, destaca a decisão a favor dos fazendeiros.

Como plano de fundo, o narrador apresenta uma decisão temporária da justiça local e desenvolve a narrativa com base em alegações incertas sobre o cumprimento da reintegração de posse das fazendas. Nessa perspectiva, o posicionamento do narrador em classificar os fazendeiros como protagonistas fica evidenciado ao longo do texto, por a justiça determinar a reintegração em favor deles. Logo, os indígenas são tidos como os antagonistas.

O conflito primário dessa narrativa está em torno da decisão temporária definida pelo juiz federal Diogo Oliveira, que determina que a PF tire os índios de quatro fazendas.

5.2 Produtores aguardam, índios revoltados desabafam

Categorias de Análise

Reportagem 11

Título: “Decisão judicial não se cumpre e fazendas continuam invadidas” - 19/09/2015, edição: 340019, editoria: cidades, localizada na parte superior da (sem nº)

Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	NEUTRA	COADJ . ANT.	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Índios	-----	-----	No início da narrativa, são categorizados como antagonistas; mas, ao longo do texto, o narrador se coloca em um impasse. Dessa forma, não fica tão claro identificar se os índios realmente são antagonistas.	-----	-----	<p>“Disseram que, mesmo com forças federais no local, estão dispostos a enfrenta-las”. (citação indireta)</p> <p>“Disseram que o juiz que havia determinado a reintegração de posse não era humano com a gente, apenas um defensor nos fazendeiros”. (citação indireta e direta)</p> <p>“O que está acontecendo aqui é uma vergonha para o Brasil. Aguardamos há anos por estas terras (ex-presidente Lula decretou o local como território indígena em 2005), e aqui vamos ficar. De bisavô a neto, daqui não saímos. Vai se derramar sangue se possível”.</p> <p>“E se, daqui uns 30 dias, nada for resolvido, vamos retomar todas as áreas, todas. A justiça brasileira atende a interesse de fazendeiros. Já ouviu dizer de algum juiz decidir numa causa que nossa terra deve ser desocupada pelos</p>	Sede do Sindicato Rural de Antônio João	18/09 (ontem)

						fazendeiros, hem, já viu ou ouviu?"		
Guarniere Santos Oliveira, tenente da Força	-----	-----	-----	Fonte oficial da Força Nacional	-----	“Caso as áreas fossem reintegradas ontem, a ação teria de ser coordenada pela Polícia Federal” (citação indireta) “Como eles [PF] não tem efetivo, vão pedir reforço nosso”.	Antônio João	-----
Fazendeiro (não identificado)	Não tem grande poder de voz na narrativa, mas se configura como protagonista.	-----	-----	-----	-----	“Acho que nós, os ruralistas, não precisamos acompanhar ou pressionar pela reintegração. Mandato de juiz precisa ser cumprido, e isso deve acontecer daqui a pouco”. “Vocês vão ver tudo que aconteceu de novo”. “Indeniza a gente e isso acaba”.	Fazenda Fronteira	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	Fazenda Cedro	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	Ponta Porã	-----

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
Justiça determina reintegração de posse (Narrativa anterior)	Decisão judicial não se cumpre.	-----	Celso Bejarano	Como pano de fundo, apesar do narrador no início da narrativa, construir uma imagem dos índios como antagonistas, ao longo do texto, o narrador arquiteta vozes de indígenas que se apresentam revoltados e inconformados com a decisão judicial, a qual revela que a justiça brasileira é uma vergonha e que apenas as necessidades dos fazendeiros são atendidas. Dessa forma, o jornal ao dá poder de voz a estes personagens; transparece concordar com o discurso dos índios.	São os fazendeiros que se configuram como protagonistas, pois eles têm a decisão oficial a seu favor. Quase não possuem poder de voz na narrativa, mas, como descreve o narrador, eles esperavam positivos, que a liminar que determinava a reintegração de posse fosse cumprida.	Observa-se que o narrador se coloca em um impasse, o que dificulta interpretar as metanarrativas presentes na narrativa.

Publicada em 19 de setembro de 2015, na editoria Cidades, edição nº 340019 e assinada pelo jornalista Celso Bejarano, a narrativa possui em seu enquadramento dramático uma foto centralizada na parte superior da página e um box: Saiba. Como fontes de informação ao longo do texto, são cinco: três índios não identificados, o tenente da Força Guarniere Santos Oliveira, e um fazendeiro também não identificado.

Seguindo o fio da narrativa, a “decisão judicial não se cumpre e fazendas continuam invadidas”. O narrador dá sequência à estória, compondo o conflito secundário: o não cumprimento da reintegração de posse aos fazendeiros.

Logo no início, o narrador afirma que fazendas continuam invadidas e destaca que as propriedades (ocupadas pelos índios) pertencem aos ruralistas, e que os indígenas, por meio de uma ação criminal – ‘invasão’ –, tomam a terra dos fazendeiros. Aqui, verifica-se que os antagonistas da narrativa são os indígenas, e, mesmo que a decisão judicial não seja cumprida pela PF, a liminar temporária é em favor dos fazendeiros.

Com o elemento temporal “até o fim da tarde de ontem”, o narrador vai dando pistas ao leitor, para informar que a liminar que determinava a reintegração de posse ainda não havia sido cumprida, e o prazo para o seu cumprimento havia se encerrado.

No subtópico da reportagem – “ocupação” –, é apresentado o personagem Guarniere Santos Oliveira, tenente da Força, que afirma: “Caso as áreas fossem reintegradas ontem, a ação teria de ser coordenada pela Polícia Federal”. Descreve o narrador que a mobilização militar no local do conflito era intensa, e que o Exército e a Força Nacional aguardavam o comunicado oficial para cumprir a liminar.

Em contrapartida, na sequência, os índios, na fazenda Fronteira, sem se incomodar com a presença dos militares “pescavam no córrego Estrela, e as mulheres lavavam roupas”. Os índios não se intimidaram com a presença dos militares, pois de acordo com eles: “Mesmo com forças federais no local estão dispostos a enfrentá-las”. Observa-se que os indígenas estão determinados a resistirem à desocupação e a lutarem pela terra.

Seguindo a composição da trama, em outro subtópico, o jornal muda o cenário dos acontecimentos-intriga para fazenda Cedro: “Já a dois quilômetros dali” (fazenda Fronteira), para contar que um grupo maior de índios “tensos”, insatisfeitos com a decisão do juiz, afirmam “que o juiz que havia determinado a reintegração de posse não era humano como a gente, apenas um defensor dos fazendeiros”. Nesse trecho, observa-se que os índios expressam seu descontentamento frente à decisão judicial, e argumentam que o juiz não respeita os indígenas e age de modo parcial, atendendo a causa dos fazendeiros.

Nessa perspectiva, é apresentado outro personagem, um índio (sem identificação) que também argumenta que “a justiça brasileira atende a interesse de fazendeiros. Já ouviu dizer de algum juiz decidir numa causa que nossa terra deve ser desocupada pelos fazendeiros, hem, já viu ou ouviu?”. Complementa o personagem: “E se, daqui uns 30 dias, nada for resolvido, vamos retomar todas as áreas, todas”. Aqui, os índios pedem uma solução para o conflito, pois se não se resolver esse impasse, eles ameaçam retomar todas as fazendas que foram consideradas como de ocupação tradicional Guarani Kaiowá. Nesse trecho, novamente, o índio destaca o poder que os fazendeiros possuem perante as autoridades.

“O que está acontecendo aqui é uma vergonha para o Brasil. Aguardamos há anos por estas terras (ex-presidente Lula decretou o local como território indígena em 2005), e aqui vamos ficar. De bisavô a neto, daqui não saímos. Vai se derramar sangue se possível”, é o que afirma outro indígena elencado na narrativa. Os índios se impõem na narrativa e afirmam que vão resistir e lutar até a morte. Verifica-se, ainda, que o narrador acrescenta, dentro da citação direta, a informação de que a terra já foi declarada como território indígena em 2005; dessa forma, o jornal transparece concordar que a terra é de ocupação guarani. Aqui, detecta-se que o narrador se coloca num impasse.

Ainda nesse cenário, na fazenda Cedro, nas vias da aldeia Marangatu, descreve o narrador que um grupo de índios estava circulando armado, segurando flechas, ou seja, os índios estavam preparados para se defenderem e reagirem contra a reintegração.

Do lado dos que esperam o cumprimento de reintegração, estão os fazendeiros, que se reuniram durante a manhã e parte da tarde de 18/09, na sede do Sindicato Rural de Antônio João, para debater sobre a reintegração. Até o início da noite, a PF ainda não havia aparecido nas fazendas ocupadas, porém um fazendeiro (sem identificação) aguardava com entusiasmo, a ação da PF: “Acho que nós, os ruralistas, não precisamos acompanhar ou pressionar pela reintegração. Mandato de juiz precisa ser cumprido, e isso deve acontecer daqui a pouco”. Contudo, não foi o que aconteceu, a decisão judicial não se cumpriu.

A rigor, o mesmo personagem, o fazendeiro, aponta como solução para esse conflito, a indenização das terras pelo governo federal: “Indeniza a gente e isso acaba”. Aqui, o narrador, por meio da fala do fazendeiro, destaca também está como única solução para o impasse.

Na narrativa, há um boxe “Saiba”, que recupera trechos de uma narrativa anterior sobre a visita do ministro da Justiça a Campo Grande, para traçar soluções ao conflito, mas que, até então, nada foi estabelecido. O boxe apenas situa o leitor de um acontecimento ocorrido ao longo da estória. Há também uma fotografia, diagramada na parte superior da página, no centro da reportagem. Na imagem, com a legenda: “Sem reintegração. Medida

deveria ter sido cumprida ontem, mas índios permanecem nas fazendas”, o narrador expõe que os índios ainda permanecem nas fazendas, confirmando o conflito secundário: “decisão judicial não se cumpre”. A imagem é tirada de um plano amplo, em que, no primeiro plano, do lado direito, está um curral; logo atrás, há uma espécie de celeiro, ao fundo, do lado esquerdo, há pessoas circulando em baixo de uma árvore. A legenda informa que são índios. Do lado direito há, aparentemente, uma casa.

Como pano de fundo, apesar do narrador no início da narrativa construir uma imagem dos índios como antagonistas, ao longo do texto, traz vozes de indígenas que se apresentam revoltados e inconformados com a decisão judicial e criticam a justiça brasileira, que é uma vergonha e atende apenas as necessidades dos fazendeiros. Ao dar poder de voz a esses personagens, o jornal transparece concordar com o discurso dos índios. Assim, observa-se que o narrador se coloca em um impasse, o que dificulta interpretar as metanarrativas presentes na narrativa.

A rigor, os índios, ao longo da narrativa, destacam o poder dominante dos ruralistas, pois as questões indígenas sempre são deixadas de lado, não sendo atendidas.

Na narrativa, são os fazendeiros que se configuram como protagonistas, pois têm a decisão oficial a seu favor; quase não possuem poder de voz na narrativa, mas, como descreve o narrador, eles esperavam ‘positivos’ que a liminar de reintegração de posse fosse cumprida.

5.3 O policiamento mantém a segurança e a ordem, mas qual a solução do conflito?

Categorias de Análise								
Reportagem 12								
Título: “Fazendeiros e índios ficam isolados depois de confronto”- 21/09/2015, edição: 340078, editoria: cidades, localizada na parte superior da página (sem nº)								
Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	NEUTRA	COADJ. ANT.	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Policiais (sem identificação)	----	----	----	----	----	“O fazendeiro pouco sai de casa, e quando deixa o local, segue por outro caminho, como forma de evitar aproximação dos índios” (citação indireta).	Antônio João	22/08
Pio Silva, fazendeiro (marido da presidente do Sindicato Rural de Antônio João, Roseli Ruiz)	----	----	----	----	----	“Apenas aguarda as definições judiciais”	Fazenda Fronteira	1998
Índios	----	----	----	----	----	“Disseram que dali não saem, mesmo se os policiais federais forem lá cumprir o mandato de reintegração” (citação indireta). “Disseram que não tinham sido notificados da decisão que prevê a reintegração de posse” (citação indireta). “Disseram temer possíveis ataques” (citação indireta).	Fazenda Barra	19/09 (até sábado a tarde)
----	----	----	----	----	----	----	Fazenda Cedro	----

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
				Ação dos ruralistas que resultou no confronto direto entre índios e fazendeiros.	Forças Federais isolam índios e fazendeiros.	

O fio da estória segue com essa narrativa veiculada em 21/09/ 2015, edição nº 340078, editoria Cidades, parte superior da página sem número. A reportagem é assinada pelo jornalista Celso Bejarano, e em seu enquadramento há três fotografias e um boxe “Saiba”. As vozes presentes do texto, por meio de citações indiretas, são: policiais (sem identificação); Pio Silva, proprietário da fazenda Barra; e, por último, índios também não identificados.

“A aldeia Marangatu e as áreas rurais aos arredores abrigam, hoje, uma forte base militar, nunca vista na região”. De um lado, os fazendeiros; do outro, os índios isolados em quatro fazendas, pelos policiais da Força Nacional, Exército e Departamento de Operações de Fronteira (DOF). Apesar de isolados, a presença militar conteve os ânimos dos fazendeiros e índios, que aguardam a decisão da justiça sobre o controle de 9,3 mil hectares de terras.

Descreve o lead: “Envolvidos em disputa por terras estão encurralados”. Novamente, o narrador chama a atenção para as forças federais na zona de conflito. “Na aldeia, entrada e saída da cidade, ninguém transita sem ser inspecionado”. Recupera o narrador que a presença dos militares no local é desde a ação dos ruralistas de retirarem os índios que ocupavam seis fazendas (29/08), o que resultou em confronto direto e morte de uma liderança indígena.

No enquadramento dramático, o narrador conta que o jornal esteve no local por dois dias e que “embora a intensa movimentação de índios com flechas e viaturas militares carregadas com forte armamento, poucos veem no policiamento a solução do embate pelo domínio da área”. Nesse trecho, o narrador destaca que o policiamento não é a solução para o conflito, e, assim, o jornal chama a atenção do leitor, para que se busquem outras alternativas, já que o conflito acontece desde 1998, “17 anos atrás, ano da primeira invasão”.

Nos elementos espaciais, o narrador descreve, primeiramente, a Fazenda Fronteira, do proprietário Dácio Queiroz, há viaturas estacionadas em frente à propriedade e, dali, os militares monitoram vielas que ligam outras três propriedades ocupadas, como mostra a segunda imagem “Sitiada I”. De acordo com os policiais, Dácio quase não sai da fazenda; e, quando sai, “segue por outro caminho, como forma de evitar a aproximação dos índios”.

Mudando o espaço-intriga para a Fazenda Barra, de propriedade de Pio Silva, a “uns quatro quilômetros dali”, como mostra a terceira foto – “Sitiada II” – descreve o narrador que com frequência fica estacionada uma viatura. O personagem Pio, que já não sai de sua propriedade há um mês, relata que “apenas aguarda as definições judiciais”, “ou seja, que os índios afastem-se de sua fazenda”. Nesse trecho, o narrador deixa explícito que são os índios é que devem sair das fazendas.

No subtópico “Índios”, o jornal assinala que os indígenas ocupam a maior parte do tempo em frente a outro elemento espacial, a Fazenda Cedro. São “jovens, crianças e idosos”

circulando pela aldeia, “sempre levam consigo flechas”. Em outras palavras, enfatiza-se que, não importa a idade, todos os índios andam armados, prevenidos, pois de acordo com eles, “temem possíveis ataques”; e os índios também não saíram da aldeia desde a ação de reocupação.

“Dali não saem, mesmo se os policiais federais forem lá cumprir o mandato de reintegração”, destaca o narrador com uma citação indireta aos índios. Observa-se que a resistência e a luta pela terra são a base do discurso dos indígenas. Com o elemento espacial “até sábado a tarde”, o jornal descreve que os índios, até então, “não tinham sido notificados da decisão que prevê a reintegração de posse”.

Na primeira foto: “Vigiada. Guarnição armada do Exército circula por aldeia e fazendas são invadidas de dia e de noite”, mostra-se a fachada da entrada das Fazendas Fronteira, Cedro e Barra e, logo atrás, a presença de carros do Exército. A fotografia é a maior das três e está diagramada do lado esquerdo da página logo abaixo do título e do lead. A rigor, observa-se que o narrador utiliza também o termo invasão para a circulação do Exército na aldeia e nas fazendas; dessa forma, a palavra que tem uma conotação de ação criminal, em se tratando de uma ação oficial, não tipifica um crime. Contudo, o que fica é um questionamento, se quando o termo invasão é utilizado pelas ações indígenas, há tipificação de um crime.

Em relação ao boxe, o narrador declara que a Polícia Federal acredita no decreto assinado pelo ex-presidente Lula, em 2005, em que o território foi considerado de ocupação tradicional da comunidade Ñande Ru Marangatu. Ou seja, o narrador revela que, mesmo com a liminar temporária de reintegração de posse para os fazendeiros, emitida pelo juiz federal de Ponta Porã, a PF considera que a terra pertence aos índios; desta forma não pode ser cumprida a reintegração. Por fim, conta que o prazo da desocupação expirou sexta-feira, 18/09, e a “PF ainda define data para cumprir reintegração”.

Verifica-se que o discurso de representação dos índios é com base na resistência e luta pela terra. Como descreve o narrador, os indígenas estão dispostos a lutarem até o fim, pelo direito do território, pois dali não saem. Já os fazendeiros aparecem na narrativa sem ação, e ficam no aguardo das definições judiciais.

Quanto aos conflitos principal e secundário, este trata da presença das forças federais que isolam índios e fazendeiros; aquele se refere à ação dos ruralistas, que resultou no confronto direto entre índios e fazendeiros.

Como plano de fundo, a metanarrativa nesta narrativa é o poder das forças militares, que estão presentes no local do conflito isolam os índios dos fazendeiros. Apesar de manter a ordem e a segurança, o narrador destaca que o policiamento não é a solução do conflito.

5.4 Igreja x governo: criação de CPI para investigar o Cimi

Categorias de Análise								
Reportagem 13								
Título: “Briga de fazendeiros e índios envolve CPI, igreja e governo” - 22/09/2015, edição: 340109, Reportagem Especial: Inquietação no campo, localizada em toda a p. 12								
Personagens						Elementos Espaços Temporais		
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	NEUTRA	COADJ . ANT.	Referênciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Dom Dimas, arcebispo de Campo Grande, um dos principais líderes da igreja católica.	-----	-----	Representante do Cimi, entidade que incentiva as invasões.	-----	-----	“Acho que tanto fazendeiros quanto índios são vítimas, para mim o grande culpado de esta situação se chama Poder Público”. “Investigar a verdade é ótimo. Gente que quer se aproveitar da situação existe e todas as partes. Investigação é necessária, tem que ser feita. Não temos que ter medo da verdade. Mas acho que o foco deveria está o verdadeiro culpado é o poder público”. “Índios e fazendeiros são as vítimas”. “Acho que o Cimi não tem nada a temer. Já tive notícias de que no passado houve intervenção do Cimi. O conselho defende o direito dos povos indígenas, o problema é que temos uma condição de conflito. Fazendeiros pagaram pela titulação de suas terras, e o culpado é quem título, cabe ao poder público, essa situação”.	Antônio João	22/09 (hoje)
Mara Caseiro, deputada estadual do PT do B.	Tem grande poder de voz na narrativa.	-----	-----	-----	-----	“Para ela, o Conselho Indigenista capta recursos internacionais das Organizações Não	Campo Grande	21/08 (há um mês)

					<p>Governmentais, as chamadas ONGs, e o dinheiro que deveria ser investido em melhorias na qualidade de vida dos índios, tem promovido conflitos, as invasões de propriedades privadas, no caso” (citação indireta).</p> <p>“Outras ONGs estão envolvidas na suspeita de estar financiando esses conflitos, porém as investigações da CPI estão direcionadas ao Cimi”.</p> <p>“A partir de 1998 aqui no Estado já se comentava sobre a participação do Cimi nessas invasões. Indígenas declaravam que integrantes do Cimi e da Funai (na época) incitavam e financiavam esses indígenas”.</p> <p>“Tivemos acesso a um dos contratos firmados com uma ONG internacional que remeteu recursos ao Brasil em 2000, 2001 e 2002 no valor total de R\$450 mil dólares”.</p> <p>“Nesse contrato, duas pessoas são citadas como responsáveis por desenvolver projeto que envolve a retomada de terra indígena e melhorias para eles, e não é por isso que está acontecendo”.</p> <p>“Entendemos que há uma ação de enfraquecer a classe produtora, o setor produtivo do País, além de ter uma outra intenção, que é se apropriar das riquezas naturais que temos. Fui prefeita de Eldorado, conheço bem nossas aldeias, sempre tive preocupação</p>	
--	--	--	--	--	---	--

						com a questão indígena e reintegra-los como cidadãos brasileiros como direitos e deveres”.		
Pedro Kemp, deputado estadual do PT.	-----	-----	-----	-----	-----	<p>“Esta CPI não vai contribuir em nada para solucionar os conflitos de terras em Mato Grosso do Sul, pelo contrário, poderá acirrar ainda mais os ânimos das partes envolvida, além de desviar o foco do problema, buscando um culpado para a situação”.</p> <p>“O Estado deveria, neste momento, priorizar as articulações com o Governo Federal no sentido de buscar solução efetiva para a questão, ou seja, a demarcação das terras indígenas com a indenização dos proprietários rurais detentores de títulos de boa fé”.</p>	-----	21/09 (ontem)

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
Conflitos entre índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul.	Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul cria Comissão Parlamentar (CPI) para investigar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre os recursos internacionais captados de Organizações não Governamentais (ONGs).	-----	Celso Bejarano e Valquíria Oriqui	Na composição dos personagens, o jornal, nessa narrativa, não categoriza nem os índios nem os fazendeiros como protagonistas ou antagonistas, mas, por meio da fala de um personagem, tantos os fazendeiros como os índios “são vítimas” de um problema governamental ocorrido há décadas. Porém, vale observar que a deputada Mara, personagem que culpa a entidade católica - Cimi tem uma posição de destaque na narrativa; suas falas, citações diretas estão elencadas ao longo da parte superior da página, e são reproduzidas no texto com grande extensão, ou seja, ela tem grande poder de voz na narrativa. Dessa forma, os fazendeiros são os protagonistas e os índios e a entidade católica são os antagonistas.	Como pano de fundo, o jornal trabalha com duas vertentes, ao longo da narrativa; de um lado, alguns parlamentares que defendem os ruralistas e que culpam a entidade católica por incentivar os índios nas mobilizações de reocupação de terras, que eram de ocupação tradicional indígena. Do outro lado, o Cimi e outros deputados que defendem que a solução do problema está na demarcação da terra para os índios com a indenização dos proprietários rurais, detentores de títulos de boa fé. A rigor, o jornal reproduz com destaque, o discurso dos deputados estaduais que apoiam os ruralistas e acusam o Cimi pelas invasões indígenas nas fazendas.	

A reportagem especial: Inquietação no campo, publicada em 22/09/2015, edição nº 340109, ocupa toda a página 12 e é assinada pelos jornalistas Celso Bejarano e Valquiria Oriqui. Subdividida em dois tópicos, na parte superior da página, apresenta dois boxes “Saiba” e uma foto; na parte inferior “Arcebispo diz que Cimi nada teme e que foco de CPI deve ser outro”, e mais duas fotos. São apenas três personagens elencados na narrativa: o arcebispo de Campo Grande, Dom Dimas, a deputada estadual Mara Caseiro (PT do B) e, por último, o deputado estadual Pedro Kemp (PT).

Na sequência, a narrativa “Briga de fazendeiros e índios envolve CPI, igreja e governo” desenvolve um novo conflito secundário para a estória: Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul cria Comissão Parlamentar (CPI) para investigar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre os recursos internacionais captados de Organizações não Governamentais (ONGs).

Observa-se que, logo no lead, o narrador apresenta a composição da trama: “Deputada culpa entidade dos católicos pelas invasões, arcebispo ataca poder público”. Aqui, há dois termos fortes utilizados pelo jornal: o primeiro é em relação à personagem Mara, que “culpa” o Cimi pelas invasões indígenas; em outras palavras, responsabiliza a entidade por promover e incentivar as invasões, ato criminal de adentrar uma propriedade particular. O segundo termo, utilizado pelo personagem Dom Dimas, é “ataca”, no sentido de acusar o poder público pelo impasse entre índios e fazendeiros. Assim, de um lado a culpa está no Cimi por incentivar as invasões indígenas, do outro, a culpa está no Poder Público por ter gerado o conflito.

A rigor, a narrativa se desenvolve com a polêmica entre Assembleia Legislativa, Igreja Católica e governo de Mato Grosso do Sul sobre os conflitos entre índios e fazendeiros.

Definida a configuração da trama, de um lado, está a protagonista, que possui grande poder de voz na narrativa, Mara Caseiro, deputada estadual pelo PT do B, que lidera a CPI que investiga o Cimi, pois, de acordo com a personagem, “o dinheiro que deveria ser investido em melhorias na qualidade de vida dos índios tem promovido conflitos, as invasões de propriedades privadas, no caso” (citação indireta).

No subtópico “Ataque”, ainda pela voz da personagem, a participação do Cimi nessas invasões já acontece desde 1998, em que “indígenas declaravam que integrantes do Cimi e da Funai (na época) incitavam e financiavam” eles. O argumento de Mara se baseia na declaração dos próprios índios sobre a ação do Cimi e da Funai, por meio de um vídeo que é exibido durante a sessão ordinária da Assembleia Legislativa, para fundamentar a abertura da CPI. No vídeo, descreve o narrador que “um índio relata que o órgão não apoia indígenas que

são contrários às invasões e que membros do concelho atuam fazendo a cabeça dos indígenas”. Além disso, há foto de dois membros do Cimi: um deles identificado como Flávio Machado, coordenador do Cimi em Campo Grande, durante um processo de invasão em uma propriedade.

O narrador, ao relatar sobre esse vídeo, por meio da citação indireta de Mara, coloca os princípios da entidade católica em questão, pois expõe a figura indígena, com o seu poder de falar, para se declarar contra a entidade católica, sendo que esta se propõe a defender os direitos dos próprios indígenas.

Mara Caseiro relata que teve acesso a contratos firmados entre o Cimi e uma ONG internacional, em que se constatou que a ONG “remeteu recursos ao Brasil em 2000, 2001 e 2002 no valor total de R\$450 mil dólares”, e “nesse contrato, duas pessoas são citadas como responsáveis por desenvolver projeto que envolve a retomada de terra indígena e melhorias para eles”. O dinheiro recebido é bem vindo para elevar as condições de vida dos indígenas, porém não é isso que a entidade tem feito “denuncia a parlamentar”, “pregam ódio, desavenças e descumprimentos com as causas sociais”.

“A guerra se instalou no campo em busca de uma ideologia absurda”. Aqui, o discurso da classe produtora é também ressaltado pela protagonista; de acordo com ela, “há uma ação de enfraquecer a classe produtora, o setor produtivo do País” frente à defesa da apropriação das riquezas naturais e preservação ambiental. Nesse trecho, Mara ressalta que o discurso dos ruralistas, da produção agropecuária, é posto em xeque, o que para a personagem, é um “absurdo”. Na sequência, Mara conta que foi prefeita de Eldorado e que “sempre tive preocupação com a questão indígena e reintegra-los como cidadãos brasileiros como direitos e deveres”. Na diegese, o fio narrativo permanece na visão de mundo da economia agrícola, com produção no campo, mesmo que, para isso, seja necessária a integração dos indígenas às regras e instituições nacionais.

Descreve o narrador, com o elemento temporal “hoje” 22/09, que a comissão da CPI será formada durante a sessão da Assembleia Legislativa, por cinco membros titulares e cinco suplentes, e tem o prazo de 120 dias para ser concluída.

Do outro lado, estão os que são contrários à criação da CPI: o Arcebispo de Campo Grande, Dom Dimas Lara Barbosa, e o deputado estadual Pedro Kemp (PT).

Para o personagem Dom Dimas, “o grande culpado de toda essa situação, se chama Poder Público”, pois o cenário atual é consequência de um problema que se arrasta durante décadas. Aqui, o arcebispo salienta que o problema do conflito entre índios e fazendeiros, vem desde o período em que estas terras, que eram habitadas pelos indígenas, foram tituladas

para fazendeiros, pelo poder público, o governo estadual, como confirma a fala de Dimas “Fazendeiros pagaram pela titulação de suas terras, e o culpado é quem titulou, cabe ao poder público rever esta situação”.

Na sequência, o jornal conta que o arcebispo nada teme com a CPI, e, na voz do personagem, a “investigação é necessária, tem que ser feita”, porém “o foco deveria ser onde está o verdadeiro culpado, o poder público”. Destaca Dom Dimas: “Índios e fazendeiros são vítimas”. Novamente, o personagem ressalta que o culpado pelo impasse do controle da terra é o poder público.

Outro personagem elencado na narrativa, que também acredita que “esta CPI não vai contribuir em nada para solucionar os conflitos de terras em Mato Grosso do Sul”, é Pedro Kemp. Para ele, a CPI “Poderá acirrar ainda mais os ânimos das partes envolvidas, além de desviar o foco do problema, buscando um culpado para a situação”.

Caminhando para o fim da narrativa, a demarcação da terra indígena e a indenização aos proprietários rurais é a solução apresentada pelo deputado estadual do PT, que deixa clara sua opinião: “O Estado deveria, neste momento, priorizar as articulações com o Governo Federal no sentido de buscar solução efetiva para a questão, ou seja, a demarcação das terras indígenas com a indenização dos proprietários rurais detentores de títulos de boa fé”.

No box “Comissão deve atrair da Funai à Famasul”, descreve o narrador que uma comissão foi criada pelo Estado para prevenir eventuais conflitos entre índios e fazendeiros, com nove integrantes que atuam na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

De fato, a narrativa em si não desenvolve apenas a estória do conflito entre índios e fazendeiros em Antônio João, mas a abordagem contribui para perceber o debate existente entre a entidade católica, a Assembleia Legislativa e o governo do Estado sobre esses impasses. É complementada com duas fotos e um box “Entenda o caso”, que retoma trechos de narrativas anteriores sobre o conflito. Com a primeira fotografia “Na porteira”, descreve o narrador que as forças federais vigiam estradas, aldeias e áreas rurais há um mês. Na imagem, observa-se um militar em pé em frente a um carro do Exército, portando uma arma em suas mãos, ou seja, fiscalizando o local. A segunda imagem recupera o dia do enterro da liderança indígena Simeão Vilhalba, que morreu baleado num confronto entre fazendeiros.

Como pano de fundo, o jornal trabalha com duas vertentes, ao longo da narrativa: de um lado, alguns parlamentares que defendem os ruralistas e que culpam a entidade católica por incentivar os índios nas mobilizações de reocupação de terras, que eram de ocupação tradicional indígena; do outro lado, o Cimi e outros deputados que defendem que a solução do

problema está na demarcação da terra para os índios com a indenização dos proprietários rurais, detentores de títulos de boa fé.

Nessa perspectiva, vale observar que a deputada Mara, personagem que culpa a entidade católica (Cimi) tem posição de destaque na narrativa. Suas falas, citações diretas estão elencadas ao longo da parte superior da página, e reproduzidas no texto com grande extensão. A rigor, o jornal reproduz com destaque o discurso dos deputados estaduais que apoiam os ruralistas e acusam o Cimi pelas invasões indígenas nas fazendas.

Na composição dos personagens, o jornal, nessa narrativa, não categoriza nem os índios nem os fazendeiros como protagonistas ou antagonistas, mas, por meio da fala de um personagem, tanto os fazendeiros como os índios “são vítimas” de um problema governamental ocorrido há décadas.

5.5 Índios descumprem acordo, Tribunal mantém reintegração

Categorias de Análise

Reportagem 14

Título: “Tribunal mantém reintegração de posse em Antônio João” - 15/10/2015, edição: 340758, editoria: cidades, localizada na parte superior da p. 9

Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	NEUTRA	COADJ . ANT.	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Fábio Prieto de Souza, presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador federal.	-----	-----	-----	Fonte Oficial	-----	<p>“O conflito, que já era grave e de difícil solução, tornou-se, então, refém de um mal ainda maior: o recurso sistemático ao discurso e à prática da violência. O Supremo Tribunal Federal interditou a tática. A discussão do grave conflito não pode ser feita com ameaça retórica do recurso à violência, seja qual for o interesse contrariado e o seu titular”</p> <p>“A questão da demarcação ainda está pendente de exame no Poder Judiciário. Este fato, contudo, não autoriza a ocupação de outras áreas, além daquelas já atribuídas aos indígenas, por meio de acordo, no limite de 30 hectares”.</p> <p>“A Presidência desta Corte não pode proferir qualquer decisão referente à posse da área questionada, sob pena de desrespeito - claro ou dissimulado – à liminar concedida no Supremo Tribunal Federal, ainda em vigor”.</p>	Antônio João	2006
Polícia Federal	-----	-----	-----	Fonte Oficial	-----	“Disse que foi notificada da decisão, mas ainda não tem data	-----	2005 (março)

						prevista para dar cumprimento à medida, uma vez que necessita planejamento e logística para minimizar qualquer problema”.		
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	01/09

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
				Tribunal mantém reintegração de posse em Antônio João	-----	

Na sequência do fio da estória, os índios da comunidade Ñande Ru Marangatu terão que sair de fazendas que reocuparam, pois o “Tribunal mantém a reintegração de posse em Antônio João”. A reportagem foi publicada em 15 de outubro de 2015, na edição nº 340758, editoria Cidades, na parte superior da página 9. É assinada pelo jornalista Lucas Junot e traz apenas duas fontes oficiais: Fábio Prieto de Souza, presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), e a Polícia Federal, por meio de citação indireta. Contém uma foto e um boxe “Saiba”.

Descreve o narrador que a liminar temporária emitida pelo juiz da 1ª Vara Federal de Ponta Porã foi mantida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), e que foi negado o pedido do cancelamento da reintegração de posse feito pela Fundação Nacional do Índio.

A rigor, a Funai e os índios são considerados como antagonistas logo no início da narrativa, pois, de acordo com o magistrado, desembargador federal, os índios descumpriram um acordo judicial feito em 2006, “que previa a permanência da comunidade indígena em uma área de 30 hectares”, recupera o narrador; entretanto, os índios ocupam hoje um território de mais de 300 hectares.

Do outro lado da estória, a Funai, como instituição que representa os indígenas, alega que “os índios não estão dispostos a deixar a área e pretende resistir até a morte”. Observa-se o discurso de resistência e luta dos índios para permanecerem na terra. Outro argumento da Funai, elencado na narrativa, é que, em março de 2005, a área já havia sido demarcada e homologada como terra indígena pelo ex-presidente Lula.

Em contrapartida, os argumentos da Funai são deslegitimados com o posicionamento da fonte oficial, Fábio de Souza: “O conflito, que já era grave e de difícil solução, tornou-se, então, refém de um mal ainda maior: o recurso sistemático ao discurso e à prática da violência. A discussão do grave conflito não pode ser feita com ameaça retórica do recurso à violência, seja qual for o interesse contrariado e o seu titular”. Aqui, o personagem destaca que a “ameaça retórica do recurso à violência”, utilizado pela Funai, não contribui para resolver o impasse, além de ser usado de má fé.

Segue a estória com atenção no personagem, desembargador federal: “A questão da demarcação ainda está pendente de exame no Poder Judiciário. Este fato, contudo, não autoriza a ocupação de outras áreas, além daquelas já atribuídas aos indígenas”. Novamente, o argumento da Funai é desconstruído pelo personagem, que chama a atenção para o acordo que não está sendo cumprido pelos índios.

Na narrativa, é recuperada uma foto já apresentada anteriormente, que mostra militares do Exército fazendo vistoria em uma pessoa que passava pela entrada das Fazendas Fronteira, Barra e Cedro.

No boxe “Duas CPIs sobre indígena”, descreve o narrador que há duas Comissões Parlamentares de Inquérito criadas para investigar os motivos que favorecem os conflitos entre índios e fazendeiros. A primeira é a CPI do Cimi, criada pelos deputados estaduais da bancada ruralista, pois, de acordo com eles, a entidade ligada à igreja católica “seria a grande incentivadora das invasões de fazendas”. A segunda CPI é a do Genocídio, para descobrir as razões dos assassinatos dos índios.

Caminhando para o fim da narrativa, conta o narrador que a Polícia Federal foi notificada quanto à decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), mas que ainda não tem data prevista para dar cumprimento à decisão, pois relata que é necessário “planejamento e logística para minimizar qualquer problema”.

Como pano de fundo, os indígenas, antagonistas, ao invadirem fazendas, não cumprem o acordo estabelecido pela justiça; dessa forma, as fazendas devem ser reintegradas aos ruralistas. Ademais, como agente da narrativa, o jornal ataca a Fundação Nacional dos Índios com as suas políticas e objetivos de proteção às comunidades endógenas brasileiras.

5.6 Reintegração é cancelada, mas conflito permanece

Categorias de Análise

Reportagem 15

Título: “Supremo cancela reintegração, mas não resolve conflito” - 22/10/2015, edição: 340957, editoria: cidades, localizada na parte superior da página em toda a p. 9

Personagens							Elementos Espaços Temporais	
Personagens	PROT.	COADJ. PROT.	ANT.	COADJ. ANT.	NEUTRA	Referenciação Citação (direta ou indireta)	Locais	Datas
Élder Paulo Ribas da Silva, coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Ponta Porã.	----	-----	----	-----	----	“Ela [ministra] suspendeu a liminar porque, se cumprida, havia o risco de uma convulsão social. A fazenda Fronteira, por exemplo, viraria um palco de guerra. Os índios estavam dispostos a resistir, mesmo com a presença da força policial”. “A suspensão da liminar deva acelerar o processo no STF”.	Fazenda Fronteira	21/10 (ontem)
Ruralistas	----	-----	Perdem a reintegração de posse.	-----	----	“Vamos retomar os bloqueios de estrada, manifestações na Assembleia Legislativa; aguardem, surpresas vêm por aí”. “Ato de comunista”.	Fazenda Cedro	22/10 (hoje)
Leia Aquino, professora guarani	----	-----	----	-----	----	“Já esperamos por dez anos, dez anos! Tomara que o governo indenize logo os fazendeiros e que a gente viva agora em paz”.	Fazenda Primavera	2005
Índios	São protagonistas, pois tem a decisão do STF da suspensão da liminar de reintegração de posse favorável aos indígenas,	-----	----	-----	----	“Disseram que sabiam da decisão, mas que estavam ali para terem a certeza de que não seriam expulsos da área” (citação direta e indireta).	Antônio João	-----

Categorias de Análise						
Conflito Dramático		Conflitos de ordem moral, ética e cultural	Jornalista/ Veículo	Imagem Representação		Metanarrativas
Principal	Secundário			Índios	Fazendeiros	
				Supremo cancela reintegração.	-----	

O Supremo Tribunal Federal (STF), por ter uma cota de culpa pelas constantes ameaças de conflitos entre índios e fazendeiros, cancela reintegração de posse, mas não resolve o impasse. Descreve o narrador, a partir do elemento temporal “ontem” (21/10), que o STF derrubou a liminar que determinava a retirada dos índios das fazendas Fronteira, Cedro e Primavera, que possui uma extensão de 3 mil hectares.

De um lado, fazendeiros silenciam-se; do outro, indígenas comemoram, é o que descreve a narrativa publicada em 22/10/2015, edição nº 340957, editoria Cidades, na parte superior da página 9. Assinada pelo jornalista Celso Bejarano, a reportagem, em sua composição, apresenta um box “Saiba” e uma fotografia diagramada no canto superior direito da página. Ao longo da narrativa, há quatro personagens fontes: o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Élder Paulo Ribas da Silva; a professora guarani Leia Aquino; e, como citação indireta, os ruralistas e indígenas, que não foram identificados.

No fio da narrativa, descreve o narrador que os policiais do Exército e da Polícia Federal e Militar, assim que amanheceu, “por volta das 5 horas”, já estavam preparados para cumprir o mandato de reintegração; contudo, logo foram informados que a vice-presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, havia suspenso a ação.

De acordo com Élder Paulo Ribas da Silva, coordenador da Funai, “ela [ministra] suspendeu a liminar porque, se cumprida, havia o risco de uma convulsão social”. A fazenda Fronteira, por exemplo, viraria um palco de guerra. Os índios estavam dispostos a resistir, mesmo com a presença da força policial”. Enfatiza o personagem que, com a resistência dos índios em permanecer na terra, se eles fossem retirados à força pelas tropas policiais e militares, surgiriam problemas maiores que esse impasse, “viraria um palco de guerra”. Na sequência, o coordenador da Funai, ‘positivo’ com a decisão, declara que acredita que “a suspensão da liminar deva acelerar o processo no STF”.

Diante da decisão do STF, descreve o narrador, no subtópico “Silêncio”, que representantes do Sindicato Rural de Antônio João, durante todo o dia, silenciaram-se. Ademais, os fazendeiros destacam que vão reagir, vão protestar: “Vamos retomar os bloqueios de estrada, manifestações na Assembleia Legislativa; aguardem surpresas vem por aí”. Na parte final dos ruralistas: “Aguardem surpresas vem por aí”, observa-se o recurso de ironia utilizado pelo personagem, pois a palavra surpresa parece significar que ações boas vão acontecer, porém, pelo contexto detecta-se que serão protestos.

Se, por um lado, os fazendeiros ficam indignados com a decisão; do outro, “Guaranis Kaiowás se alegram e continuam nas fazendas”, descreve o tópico da reportagem.

Caminhando para o fim da narrativa, conta o narrador que ao menos 80 índios, que estavam bloqueando o trânsito na MS-384, com pedaços de galhos e troncos de árvores e armados com arcos e flechas, receberam, com euforia, por representantes da Funai, a notícia da suspensão da liminar. Segundo os índios, o bloqueio na rodovia era para prevenir a ação dos policiais, “sabiam da decisão, mas estavam ali para terem a certeza de que não seriam expulsos da área”. Quando representantes da Funai mostraram cópia da decisão, eles liberaram a rodovia.

À espera de uma definição definitiva do STF, a personagem líder e professora guarani, Leia Aquino, afirma que “já esperamos por dez anos, dez anos! Tomara que o governo indenize logo os fazendeiros e que a gente viva agora e paz”. A personagem destaca a demarcação da terra indígena com a indenização, como solução para o conflito. O jornal finaliza informando que, até “ontem à tarde”, os índios permaneciam nas fazendas reocupadas.

A foto mostra índios em uma das fazendas “Ocupada” desde agosto. O narrador, apenas, enfatiza que a presença e a movimentação dos indígenas nas fazendas reocupadas permanecem normais. No box “Tropas”, recupera-se parte do texto, para descrever que a força policial, que ia cumprir a ação de retirada dos índios, seguiu viagem para Amambai, para cumprir outra ordem judicial, mas o desfecho dessa operação poderia ser, também, o mesmo.

Como desfecho final da estória, tem-se, como pano de fundo, a decisão da suspensão da liminar favorável aos indígenas, que, na narrativa, comemoram e estão ‘positivos’ com a demarcação da terra; porém, como conta o narrador, apesar da suspensão da liminar, o conflito ainda não está resolvido. Em relação aos fazendeiros, o que sobressai na narrativa é o silêncio e as possíveis ações de protestos futuros contra a decisão do STF. Destaca o jornal, por meio da fala de um personagem, que o governo precisa demarcar a terra indígena, e indenizar os fazendeiros pelos seus títulos de terra, para acabar com o impasse.

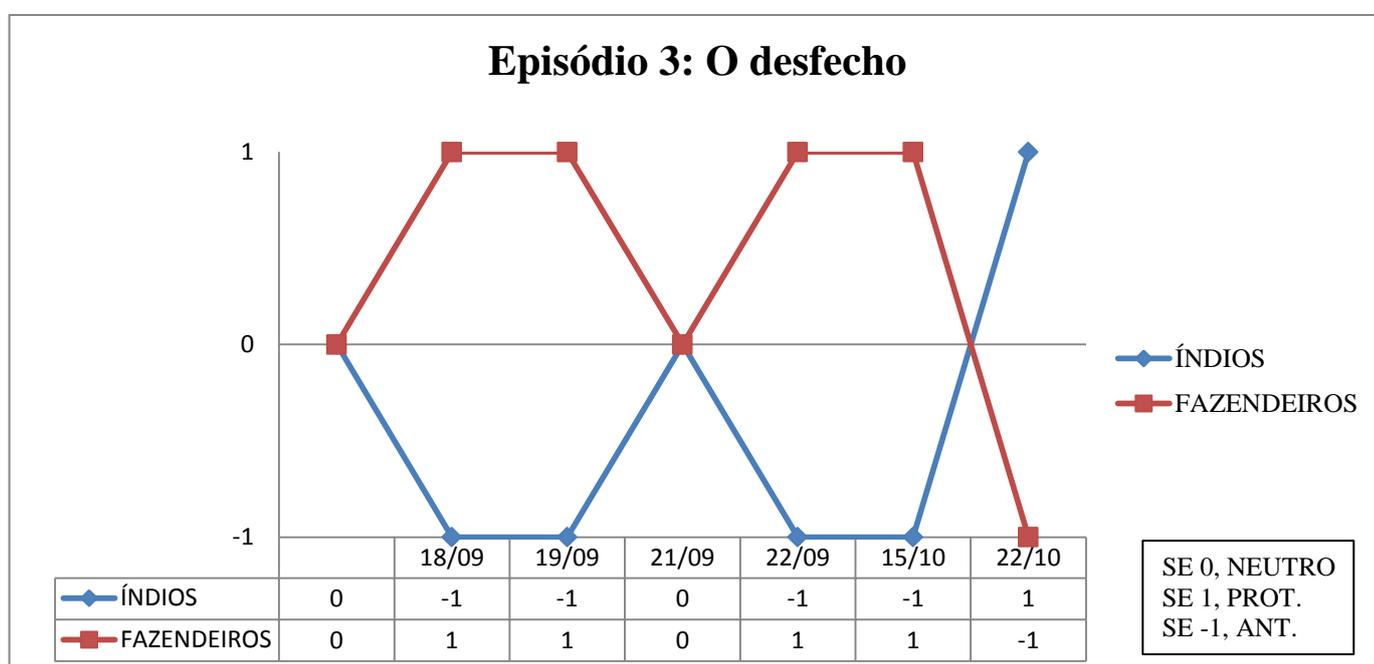
5.7 Considerações

Nesse último episódio, a trama principal acontece em torno das decisões judiciais e suas repercussões. Ao longo das narrativas, o que se observa é que o narrador, ao arquitetar seu discurso sobre as decisões da justiça, dá pistas bem sutis sobre seu posicionamento em relação aos índios e aos fazendeiros, pois há uma adesão ao discurso das instâncias superiores,

Dessa forma, percebemos que, quando a decisão legal é em favor dos fazendeiros, eles são considerados como os protagonistas da narrativa; logo, os índios são os antagonistas. O mesmo acontece quando a decisão é a favor dos indígenas. Apenas na última narrativa desse episódio é que se tem uma decisão positiva para os índios, o STF cancela a reintegração de posse. Como se observa no gráfico abaixo, a linha referente aos índios só se torna positiva no final do episódio.

Os indígenas aparecem nas narrativas, têm poder de voz e, por meio de suas falas se apresentam revoltados e inconformados com a decisão judicial. Acentuam que a justiça brasileira é uma vergonha e que apenas as necessidades dos fazendeiros são atendidas.

O discurso de representação do índio na maior parte das vezes está vinculado a ações



negativas, descumprimento de um acordo judicial feito em 2006, ameaça retórica do recurso à violência. O jornal ataca a Fundação Nacional dos Índios com as suas políticas e objetivos de proteção às comunidades endógenas brasileiras.

Na maioria das narrativas, o poder das forças militares, Polícia Militar e Federal, Exército, DOF, que estão presentes no local do conflito e que isolam os índios dos fazendeiros, é enfatizado pelo narrador. Apesar de manter a ordem e a segurança, o narrador destaca que o policiamento não é a solução do conflito.

Por fim, ressalta-se que tanto os fazendeiros como os índios “são vítimas” de um problema governamental ocorrido há décadas, mas o governo nada faz para tentar resolvê-lo. A demarcação da terra para os índios e as indenizações aos possuidores de títulos de boa fé das propriedades é a solução apresentada pelo narrador ao longo das narrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade contemporânea globalizada, a mídia ocupa espaço sempre importante na reprodução de ideologias, produção de conhecimento e formação de representações sociais, pois, ao construir suas narrativas diárias, o jornal concede ao leitor um discurso arquitetado com suas metanarrativas, como a cultura, a política, a moral e a ética. Dessa forma, as reportagens são produtos, gerados de circunstâncias sociais e disputas simbólicas, por quem tem mais poder de voz, uma negociação intensa para produção de uma hegemonia social.

Para a produção e manutenção do senso comum e para justificar a ordem social, a mídia filtra e molda realidades cotidianas por meio das representações. Estas são consideradas como um sistema de valores e ideias coletivas, embora contraditórias, que permitem às pessoas nomear, classificar o mundo material e social.

Em relação à mídia local, o *Correio do Estado*, veículo objeto desta pesquisa, ocupa uma posição de destaque nas relações produtivas e sociais, atuando na sociedade, reproduzindo bens simbólicos para configuração nas narrativas das representações locais, como as dos índios e fazendeiros envolvidos em conflitos pela terra na região.

Entretanto, com base nessas perspectivas, retomando as perguntas problemas que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa, como as narrativas jornalísticas deste jornal constroem o discurso de representação do indígena Guarani Kaiowá da comunidade Ñande Ru Marangatu? Como são classificados os personagens (fazendeiros e índios) nas reportagens do *Correio do Estado*? Quem são os protagonistas e quem são os antagonistas? Nas narrativas, é possível observar uma ligação política do jornal com as oligarquias locais, proprietários das grandes fazendas? De modo a responder essas questões, a seguir as elucidações e discussões finais.

Em “*Metodologia da análise narrativa do jornalismo*” e “*Jornalismo Informativo, o discurso ideológico e a imprensa sul matogrossense*”, foi feito todo o percurso de embasamento metodológico e teórico que serviu de sustentação para as análises da narrativa do jornal. Nessa perspectiva, observamos que a mídia, por meio do jornalismo informativo e seu formato reportagem, no sentido de gerar um conhecimento social, produz discursos que são selecionados através das inúmeras representações sociais, com o intuito de reproduzir um poder simbólico já existente e construído por uma classe hegemônica. Nessa perspectiva, as narrativas sobre os conflitos por terra entre índios e fazendeiros são sempre veiculadas, quando não omitidas, na imprensa sul-mato-grossense, pois fazem parte do cenário local, sendo reflexo das disputas de poder e conflitos de interesse entre grupos sociais.

No conflito entre índios e fazendeiros narrado pela cobertura jornalística do jornal, a estória foi subdividida em três episódios, unidades temáticas: “A retomada das fazendas pelos índios”, “O confronto” e por último “O desfecho”.

No Episódio 1, o narrador, ao contar a ação dos índios de retomar as fazendas, constrói, predominantemente, um discurso ideológico dos ruralistas e dos pequenos produtores rurais, ou seja, em favor das oligarquias do agronegócio, destacando as ações indígenas como impasse para o desenvolvimento econômico do Estado, além de classificá-los como criminosos. Em outras palavras, a área em disputa é considerada como propriedade dos fazendeiros, e os índios, ao “invadir as fazendas”, provocam a desordem, um “caos” no campo. O discurso dos pequenos produtores é ressaltado, também, pelo jornal nesse primeiro episódio, assim, os índios, que antes eram considerados “amigos” dos pequenos produtores, que moravam em conjunto no distrito Campestre, “expulsam” os produtores do seu único bem material.

No episódio 2, “O confronto”, clima de guerra em Antônio João, fazendeiros decidem retirar os índios com as próprias mãos das fazendas que estavam ocupando. Essa ação resulta num confronto direto com uma vítima fatal indígena. No início do episódio, o jornal apresenta a ação dos fazendeiros como um ato de reconquista de algo que foi tomado; dessa forma, há uma construção negativa em torno dos personagens indígenas. Após o confronto, têm-se a morte de uma liderança indígena; a partir disso, observa-se que o jornal vai modificando o seu enquadramento dramático, e o discurso dos indígenas vai recebendo tributos de vitimização. Os índios vão ganhando mais espaço na narrativa, com poder de voz, o que anteriormente não se via, e, no final do episódio, uma imagem positiva dos índios é revelada pelo narrador, “sempre receptivos e com sorrisos tímidos”, tem uma boa convivência com os brancos desde 1940; contudo, essa construção positiva é vinculada, novamente, ao discurso de vitimização, pois, ressalta o narrador, os índios são os únicos que estão sofrendo com o impasse da demora da resolução do conflito, vivendo em condições precárias. Na sequência, a última reportagem do episódio 2, tem-se a confirmação da morte do indígena no dia da ação dos fazendeiros, a partir da informação do laudo necroscópico. Aqui, o jornal já apresenta a ação dos fazendeiros como ilegal, agiram de modo indevido e escondido. Ademais, neste episódio o narrador, também, apresenta a ação das autoridades de tentar buscar soluções para o impasse, além da ênfase da presença do Exército e de Policiais Militares e Federais no local do conflito. Nesse panorama, o jornal dá destaque e grande poder de voz ao personagem Reinaldo Azambuja, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, em algumas narrativas, assim, observa-se que o narrador tem certo vínculo ideológico com o político.

Já no Episódio 3, “O desfecho”, o narrador modifica novamente o seu enquadramento dramático, e o discurso dos ruralistas predomina em quase todo episódio, a partir das decisões judiciais apresentadas pelo jornal em suas narrativas. O episódio se inicia com a determinação judicial temporária da reintegração de posse para os fazendeiros, e os desdobramentos dessa decisão vão sendo narrados nas reportagens seguintes. O poder das forças militares também é abordado no “O desfecho”, em que se mostra a ação deles presentes no local do conflito, que, além de manter a ordem e a segurança, isolam os índios dos fazendeiros. Contudo, o narrador destaca que o policiamento não é a solução do conflito. Nesse episódio, a discussão entre a igreja católica, por meio do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, e o governo também é exposta pelo narrador, na qual se verifica um destaque maior para o discurso do governo, pela voz de deputados da bancada ruralista. Aqui, o discurso das oligarquias sobrepõe o discurso das minorias sociais, pois os indígenas, ao invadirem as fazendas, não cumprem com o acordo estabelecido pela justiça, em 2006; dessa forma, o jornal ataca a Fundação Nacional dos Índios com as suas políticas e objetivos de proteção às comunidades endógenas brasileiras. A estória finaliza com a decisão da suspensão da liminar de reintegração de posse; verifica-se, entretanto, que, apesar de no decorrer do episódio predominar o discurso dos ruralistas, o desfecho final foi a favor dos indígenas, de permanecerem nas fazendas reocupadas até que o processo judicial se conclua.

A partir desses episódios, observa-se que o discurso de representação do indígena vai se modificando conforme os conflitos dramáticos (principais e secundários) organizados pelo narrador, os quais são: “Invasão das propriedades dos fazendeiros, e de pequenos produtores rurais”; “Bloqueio dos acessos entre as rodovias MS-164 e MS-384, por fazendeiros com caminhonetes e outros veículos”; “Confronto armado entre os fazendeiros e os índios, que resultou na morte de um índio e vários feridos”; “Índios estariam sendo treinados por guerrilheiros do Exército do Povo Paraguai”; “Velório da liderança indígena”; “Solicitação do Exército na área de conflito pelo do governo local”; “Ministro vem ao Estado”; “A situação de miséria que os índios vivem na aldeia e na Vila Campestre”; “Resultado do laudo necroscópico”; “Decisão temporária definida pelo juiz federal Diogo Oliveira, que determina que a PF tire os índios de quatro fazendas”; “Decisão judicial não se cumpre”; “Forças Federais isolam índios e fazendeiros”; “Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul cria Comissão Parlamentar (CPI) para investigar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre os recursos internacionais captados de Organizações não Governamentais (ONGs)”; “Tribunal mantém reintegração de posse em Antônio João”; e por último, “Supremo cancela reintegração”.

Os elementos espaciais que compuseram o cenário da estória foram basicamente: o Município de Antônio João, em que se localizam as fazendas (que foram reocupadas pelos índios) Barra, Fronteira, Cendro e Primavera, o distrito Campestre (local em que os índios moravam junto com pequenos produtores rurais e comerciantes) e a Aldeia Marangatu (localizada dentro do distrito Campestre); Campo Grande, capital do estado, (cidade em que o ministro da Justiça veio se reunir com outras autoridades locais para tentar encontrar soluções); Brasília onde aconteceram, ou deveriam acontecer, as reuniões com as autoridades do Governo, lideranças indígenas e representantes dos fazendeiros; e o Paraguai, país que foi citado por fazer fronteira com o Município, e pelos índios sofrerem influência de guerrilheiros do Exército Paraguai.

Já em relação aos elementos temporais, a estória acontece durante o período em que as reportagens foram publicadas pelo jornal, do dia 27 de agosto ao dia 22 de outubro, ou seja, dois meses de cobertura jornalística. Vale ressaltar que, no decorrer da estória, o narrador recupera eventos ocorridos no passado, como a homologação da demarcação da terra indígena pelo ex-presidente Lula, em 2005; e, em 2006, um acordo judicial imposto aos índios para que ocupassem apenas uma área de 30 hectares.

Ao longo de toda a estória, verifica-se que se expressaram nas narrativas os conflitos de ordem moral, cultural e ético. O conflito de ordem cultural pode ser observado quando o narrador relata sobre o vínculo tradicional do índio com a terra, “estudos antropológicos que teriam confirmado a presença de antepassados indígenas na região”, que é rompido, ao afirmarem que a terra pertence aos fazendeiros.

Há indícios na narrativa do conflito de ordem moral, quando o narrador descreve que a ação dos fazendeiros pode ter provocado uma vítima fatal, “morte do índio Simeão Vilhalba, durante a retomada de área por parte dos produtores em Antônio João”. Além disso, a demora em solucionar o impasse também é um conflito de ordem moral: “Eles disseram que haverá um esforço para resolver, o mesmo que disseram há dois anos. Não mudou nada, simplesmente porque não há vontade dos fazendeiros em resolver”. Essa demora provoca outro conflito; as condições de miséria e situação precária vivida pelos índios, que, sem uma infraestrutura necessária para morar, dependem da ajuda do governo federal para manter suas necessidades básicas.

Já o conflito de ordem ética expresso na narrativa refere-se à atitude do Conselho Indigenista Missionário, que recebeu 451 mil dólares para realizar ações de retomadas de terras consideradas indígenas do Cafod (Fundo Católico para o Desenvolvimento Exterior) e de outra instituição chama de Trócaire, uma agência católica da Irlanda de ajuda humanitária.

Além disso, o conflito ético é observado, também, quando um dos lados usa da mentira para justificar, ou descrever o ocorrido, como se observa neste trecho: “O desfecho deste exame (laudo pericial da morte do índio) pode confrontar com a versão dos fazendeiros”, de que o índio já estaria morto quando os fazendeiros chegaram ao local.

A rigor, no conjunto de todas as narrativas do *Correio do Estado*, o discurso dos ruralistas é predominante em toda a estória narrada pelo jornal. O discurso de representação do indígena está vinculado a atos de criminalidade; entretanto, se inserem nos combates pela defesa da sua terra, contra o discurso ideológico das grandes oligarquias ruralistas. Nas disputas com o agronegócio, não participam das leis da Constituição Federal, ou seja, não possuem o direito à propriedade da terra em que viviam antes mesmo da chegada dos fazendeiros. Vale destacar que o jornal, ao reproduzir com maior predomínio o discurso dos fazendeiros, á uma ligação com essa classe hegemônica. Dito isso, a hipótese desta pesquisa, apresentada na introdução – acreditamos que as narrativas do jornal são construídas, sempre defendendo uma posição política de maneira a fazer valer seus interesses – é confirmada ao final desta pesquisa.

Ao analisar o discurso de representação do índio, a partir dos personagens presentes nas narrativas, sua composição como protagonista na estória está na condição de vítima, a partir da morte de uma liderança indígena em um confronto direto com os fazendeiros, embasado na comoção. O discurso de representação do índio também está ligado à resistência, à força, pois, mesmo nessa situação extrema do conflito, decidem que vão permanecer, vão resistir nas fazendas que reocuparam; além disso, eles são os únicos que estão sofrendo com o impasse da demora da resolução do conflito, vivendo em condições precárias de carência e passando por necessidades básicas, conforme o projeto dramático do narrador. Contudo, os índios, que, no início não tinham voz na narrativa, no decorrer da estória, observa-se que o narrador dá uma abertura para a voz de personagens indígenas.

Como antagonista por sua vez, quando invadem as fazendas, com a ação de retomada das propriedades localizada no território considerado, por meio do laudo antropológico e histórico da área, como de ocupação tradicional Guarani Kaiowá; prejudicam os pequenos produtores rurais, pessoas humildes, que possuem como único bem a propriedade em que moravam, da qual os índios os ‘expulsaram’; utiliza o discurso de ameaça retórica do recurso à violência; e, por último, quando as decisões judiciais são favoráveis a reintegração de posse para os fazendeiros.

Os principais personagens que foram elencados na narrativa, em favor dos fazendeiros foram: Roseli Maria (Presidente do Sindicato Rural de Antônio João); Pio Queiroz Silva

Barros (fazendeiro, esposo de Roseli); Luana Ruiz Silva (Advogada, filha de Pio e Roseli) – estes três primeiros personagens, como pode se observar na descrição, fazem parte da mesma família, pai, mãe e filha; dessa forma, verifica-se que essa família tem grande poder de voz no jornal. Outros personagens que também aparecem frequentemente na estória em defesa dos fazendeiros são: Antônio César Pereira Flores, Baby, (Vice-Prefeito de Antônio João, pelo PSDB), Luiz Henrique Mandetta (Deputado Federal) do partido do DEM, e Mara Caseiro, deputada estadual do PT do B.

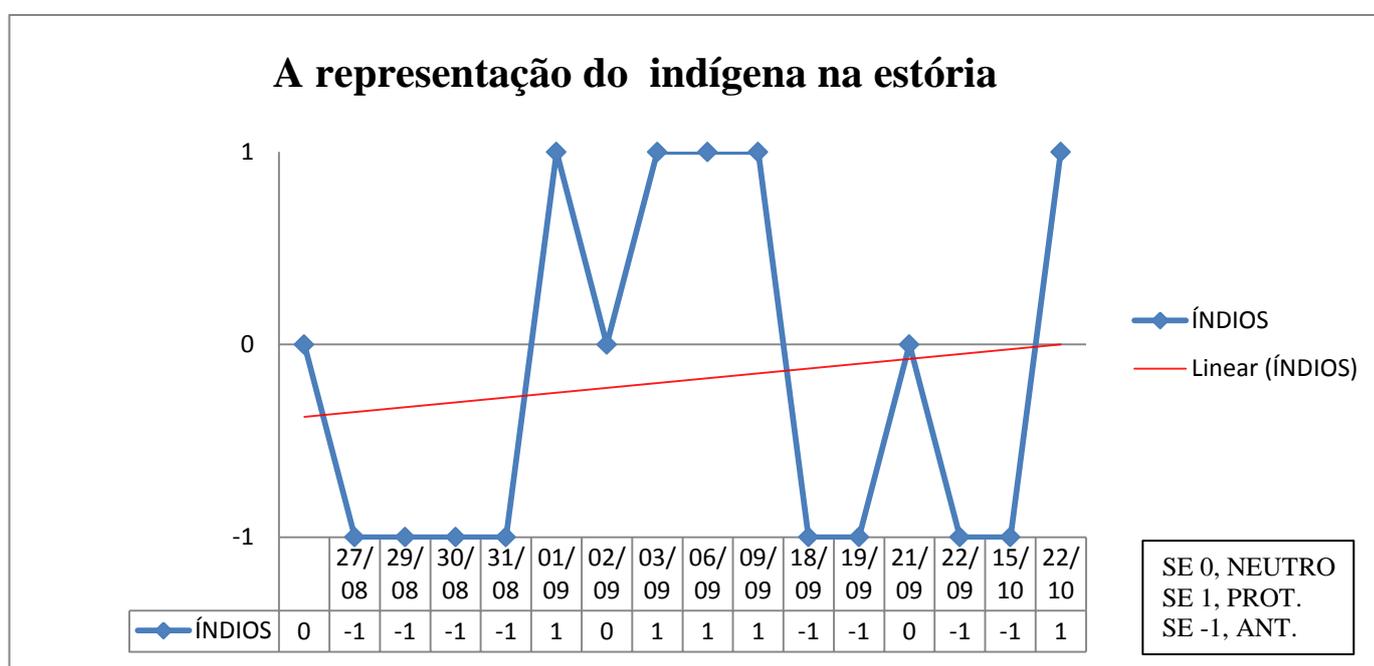
Já em favor dos indígenas, os personagens que aparecem na narrativa com mais frequência são o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o cacique dos guaranis Oréstimo Fernandes. Há outros personagens que possuem poder de voz na narrativa, mas aparecem apenas uma vez na estória, como: Dom Dimas, arcebispo de Campo Grande, um dos principais líderes da igreja católica; Felisberto Correia Vilhalba (índio ferido no confronto); Mariano Fernando Vilhalba (irmão do índio que morreu); Lindomar Terena (líder indígena); Pedro Kemp, deputado estadual do PT; e, por último, Élder Paulo Ribas da Silva, coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Ponta Porã.

Vale destacar dois termos que aparecem constantemente nas narrativas: invasão e retomada. Este, o narrador utiliza para enfatizar a atitude dos fazendeiros, e aquele para se referir às ações dos índios. O termo invasão é uma tipificação de um crime, ato ou efeito de invadir, adentrar em uma propriedade particular sem a permissão do proprietário. Já o termo retomada, de retomar, é cunhado pelos índios Guarani Kaiowá, para o ato de retomar os territórios ocupados por seus ancestrais, Tekoha, termo na língua guarani, a partir do qual definem os territórios de ocupação tradicional de suas comunidades, de modo que é o passado quem legitima esse direito. Dito isso, detecta-se que o jornal utiliza os dois termos de modo equivocado, e, dessa forma, ao utilizar o termo invasão para as ações indígenas, o jornal acusa os índios de agir criminalmente.

Ao longo de toda a estória analisada sobre o conflito entre índios da comunidade indígena Ñande Ru Marangatu e fazendeiros, em Antônio João, a representação do índio como pode ser observada no gráfico abaixo, é exposta por meio de duas linhas: a azul (índios) e a linha linear vermelha. A primeira linha, azul, mostra como os índios vão sendo classificados pelo narrador, ao longo das reportagens veiculadas no jornal. Percebe-se que,

inicialmente, nas quatro primeiras reportagens, os indígenas são considerados como antagonistas (-1); em seguida, como protagonista (1); neutro (0); novamente protagonista em três reportagens; na sequência antagonista em outras quatro, neutro, e finaliza a estória sendo protagonista.

Já a linha linear, expõe uma visão geral, um panorama completo de como a representação do índio se estabeleceu em toda a estória. Entretanto, destaca-se que apesar de a linha linear apresentar uma inclinação favorável aos índios, subida para protagonista, ou seja, começar como antagonista (-1) e terminar como neutro (0), a linha permaneceu na parte antagonista em toda a estória. A rigor, conclui-se que os índios foram considerados como antagonistas na maioria das narrativas.



A rigor, vale mencionar sobre os jornalistas que assinaram as reportagens, são eles: Celso Bejarano; Valquiria Oriqui; Lucas Junot; Lucia Morel e Gildo Tavares, sendo eles todos da editoria, caderno cidades. Esses jornalistas do *Correio do Estado* estão direcionados a produzirem apenas reportagens sobre cidades, por isso, são eles que aparecem assinando as estórias sobre o conflito em Antônio João. Nesse trabalho, com base na narratologia, consideramos como narrador das estórias, o jornalista e o veículo sendo os dois uma única voz, porém, é preciso abordar sobre a figura desses profissionais, no que se refere ao fazer jornalismo, na apuração da informação. Dos jornalistas que assinaram as reportagens, três eram enviados especiais, Celso, Lucas e Gildo, de acordo com o veículo, ou seja, foram até o local do conflito tiveram acesso as informações, as fontes e puderam observar de perto o que

estava acontecendo. Contudo, na maioria das estórias veiculadas, verifica-se, que não há uma apuração da informação, as fontes na narrativa não aparecem de modo proporcional em relação aos dois lados do conflito e geralmente essas fontes, como observado anteriormente, pertencem ao mesmo grupo familiar, em outras palavras, há um favorecimento de vozes que falam na narrativa.

Por fim, interessamo-nos pelos estudos de textualidades midiáticas, regionalidade e jornalismo impresso, pois eles permitem compreender a realidade social e cultural, e, em se tratando das minorias, indígenas, a análise dos meios de comunicação permite entender os discursos hegemônicos que perpassam a sociedade e como esses personagens se organizam e se relacionam em um mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danusa; FERNANDES, Mario Luiz. **A cobertura dos jornais *Correio do Estado*, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo**; Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS: 2015.

BARTHES, Roland: **Análise estrutural da narrativa**; Petrópolis, RJ Vozes: 1971.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados**; Rio de Janeiro: Cortez: 1980.

BOND, Fraser. **Introdução ao Jornalismo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

BOTELHO, Cristina; FERREIRA, Luciana. **Crítica Literária: conceito e evolução**; Colóquio PPG Letras UFRGS, Porto Alegre: 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**; 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010.

BRAND, Antonio, Jacó. O confinamento e o seu impacto sobre os Pai-Kaiowá. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1993.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra**; Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 1997.

_____. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**; Campo Grande, Tellus: 2004

_____. **A criança kaiowá e guarani em contexto de rápidas mudanças – Uma abordagem histórica**. In: NASCIMENTO, Adir Casaro (Org.) et al. Criança indígena : diversidade cultural, educação e representações sociais. Campo Grande: Liber Livro, 2011.

BRAND, Antônio. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1993

_____. **Os kaiowá/guarani no mato grosso do sul e o processo de confinamento – a ‘entrada de nossos contrários’**. In: Conflitos de direitos sobre as terras Guarani Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul. São Paulo: Palas Athenas, 2000.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra**. 1997. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p

BRAND, Antônio, Jacó; NASCIMENTO, Adir, Casaro. **A escola indígena e sustentabilidade - perspectivas e desafios**. Florianópolis: 2006.

BRUNER, Jerome: **Actos de significado**, Madrid, Alianza, 1998.

CAVALCANTE, Thiago Leandro. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis-SP, 2013.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi. **Ñande Ru Marangatu. Laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaíowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João**, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 16ª ed., São Paulo: Loyola, 2008.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LATRES, H, ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1999.

LOPES, Maria Immacolata **Pesquisa de Comunicação: Questões epistemológicas, teóricas e metodológicas**. Revista brasileira de Ciências da Comunicação, vol. XXVII, nº 1, jan/jun. V. 2004.

LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. 12 ed. São Paulo: Loyola. V. 2014.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MARQUES DE MELO, José e ASSIS, Francisco de (orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

MARQUES DE MELO, José. **Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. Anais... São Paulo: Intercom, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Edição 2013.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade**. Revista Matrizes, Ano 2 – nº 1 segundo semestre de 2008. Disponível em <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/viewFile/181/303> . Acesso em 15 abr 2016.

MENDONÇA, Rubens de. **História do jornalismo em Mato Grosso**. 1963.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga; SILVA, Antonio Sebastião. **Representações políticas: disputas narrativas pelas estórias**. João Pessoa: UFPB, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da Narrativa**. No Prelo, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Enquadramentos Lúdico-Dramáticos no jornalismo**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-25, julho/dezembro 2007.

- MOTTA, Luiz. Gonzaga. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2004.
- RICOEUR, PAUL. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papirus, 1994.
- RODRIGUES, José Barbosa. **O Primeiro Jornal de Campo Grande**. S. ed.1976
- ROSS, M. H. **La cultura del conflicto**. Barcelona, Paidós. 1993.
- SCWHENGBER, Isabela de Fátima. **Aspectos históricos do jornal *Correio do Estado*** . 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2008. Disponível em: <www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1>. Acesso em: 14 mar. 2016.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009.
- SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul: labirintos da memória**; Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados. 2006.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia**; São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- THOMPSON, John B. **Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- URQUIZA. Antonio H. Aguilera (org.). **Culturas e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**; Campo Grande, MS: Edit. UFMS, 2013.
- VIEIRA, Almir. **Questões hermenêuticas em estudos organizacionais: um olhar sobre a fenomenologia e sobre a etnografia**; XXXIII Encontro da EnANPAD, São Paulo, 2009.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**; Trad. Maria Jorge de Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ANTÔNIO JOÃO

Indígenas invadem nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades

São pelo menos nove áreas ocupadas e um distrito, que correspondem a 10 mil hectares

LUCIA MOREL

Nove fazendas e ainda o distrito de Campestre - que somam cerca de 10 mil hectares -, na cidade de Antônio João, a 282 quilômetros ao sul de Campo Grande, na fronteira com o Paraguai, foram invadidos por índios guaranis desde a madrugada de sábado, 22, quando apenas uma propriedade, chamada de Primavera, havia sido ocupada. Os donos dos outros imóveis também foram expulsos. O clima, que já era de tensão no último fim de semana, se intensifica a cada dia. Conforme relatos, os indígenas ameaçam entrar em mais propriedades nos municípios de Amambai e Nioaque.

Segundo a advogada e filha de um dos donos de fazenda invadida Luana Ruiz Silva, os donos estão impedidos de entrar nas propriedades, uma vez que os índios já se dizem donos da terra, em razão de estudos antropoló-



TEMEROSOS. Temendo que índios invadissem a parte urbana de Antônio João para incendiá-la, fazendeiros bloquearam rodovia

95

INVADIDAS
Com as novas ações indígenas, o número de propriedades rurais invadidas em Mato Grosso do Sul chega a 95, segundo a Federação da Agricultura.

gicos que teriam confirmado a presença de antepassados indígenas na região. "Não temos acesso às fazendas, os produtores trancaram a rodovia pros índios não entrarem na cidade e os índios bloquearam o acesso ao distrito", afirmou Luana, que ontem esteve em Brasília para tratar do assunto.

Conforme o Departamento de Operações de Fronteira

(DOF), havia ameaça de que os indígenas colocariam fogo na cidade de Antônio João e, por isso, os acessos entre as rodovias MS-164 e MS-384 foram bloqueados por caminhonetes e outros veículos dos fazendeiros. Não havia horário para que o grupo saísse de lá, pelo menos até a tarde de ontem. Já os índios fecharam o acesso às fazendas, no distrito de Campestre

até a cidade de Bela Vista.

Conforme a advogada, não se sabe se a produção agropecuária da região foi comprometida, mas "de longe" é possível ver fumaça e focos de incêndio. Houve expulsão dos moradores das fazendas e também do distrito, onde viviam cerca de 50 famílias.

Produtores rurais afirmam que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) encabe-

ça as invasões e a presidente do Sindicato Rural de Antônio João, Roseli Maria Ruiz, a situação no município é um "caos" e que, "diante de um caos desta magnitude, não tenho ideia do que fazer para garantir a ordem. Contactamos todas as autoridades e poderes de polícia. Até o momento, não tivemos respostas".

Apenas o DOF está no local,

mas lidando apenas com os produtores, já que não tem autonomia para lidar com assuntos referentes a indígenas, o que é atribuição da Polícia Federal ou da Força Nacional. Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), foi solicitado que a FN que atua em Amambai se desloque para Antônio João, o que até o fechamento desta edição não havia ocorrido.

BRASÍLIA

Produtores rurais e representantes das comunidades indígenas tinham uma reunião marcada para ontem com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que não compareceu ao encontro. Representantes dos índios também não, conforme informações da assessoria de imprensa da Famasul.

Segundo a federação, a reunião deveria marcar avanços nas negociações sobre as invasões a propriedades rurais em Mato Grosso do Sul, mas não ocorreu porque apenas os proprietários rurais compareceram.

O grupo, no entanto, conversou com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), João Pedro Gonçalves da Costa, que prometeu interceder para que homens da Força Nacional, que já estão na região de Amambai, também sejam deslocados para Antônio João.

mente professores.

Além de ocupar as sedes de seis fazendas, desde o meio da semana, famílias de brancos que habitam o Distrito Campestre, área situada ao lado da aldeia Marangatu, distante 7,5 quilômetros da cidade, foram expulsas de suas casas, algumas delas moradoras há quatro décadas na localidade.



Saiba

Polícia Federal faz levantamento da área invadida

O serviço de inteligência da Polícia Federal faz levantamento da região de disputa de terra entre índios e fazendeiros em Antônio João, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. A ideia da PF é descobrir pontos onde podem ocorrer eventuais conflitos e convocar um efetivo maior para conter o embate. Ao menos até ontem uma viatura com quatro policiais do Departamento de Operações de Fronteira, o DOF, agiam exclusivamente nas proximidades das áreas ocupadas. O governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) pediu também ao Exército que mande um efetivo para lá, mas a proposta ainda não foi acatada

entraram com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), que devolveu o caso para a Justiça Federal, em Ponta Porã, corte que ainda não definiu a questão.

O produtor Antônio César Pereira Flores, o Baby, também vice-prefeito da cidade, pelo PSDB, disse que há quatro anos não ocorriam invasões na região. A batalha que empurra para lados opostos índios e fazendeiros, disse o vice, dura ao menos duas décadas e o governo federal "pouco faz" ou "nada faz".

AÇÕES

Desde o início das invasões, fazendeiros se reúnem em frente ao sindicato rural do município, erguido logo na entrada da cidade. Ontem cedo, por exemplo, ao menos 30 camionetes estavam estacionadas no pátio da entidade. Ali, os ruralistas monitoram os noticiários e ainda as informações acerca do deslocamento dos índios às fazendas ocupadas.

A presidente do sindicato, Roseli Ruiz, disse que não da-

apenas aos índios, movimentos sociais, dos mensalões, petroleões, de tirar dinheiro da Petrobras. Temos que sair com este governo, com estes comunistas que estão no poder. Trabalhei por toda a minha vida, perdi minha juventude e, agora, minha saúde", queixou-se o fazendeiro, de 61 anos de idade, 50, disse ele, dedicados à fazenda.

Pio Barros negou a informação que corre na cidade indicando que os fazendeiros estariam contratando milícias armadas para agir em eventuais

invasões aos índios e aos fazendeiros, não foi autorizada a entrar na fazenda Primavera, onde estariam os índios que comandam as incursões.

QUEM FINANCIA

Documentos obtidos pela reportagem do **Correio do Estado** mostram que entre os anos de 2000 e 2002, o Conselho Indigenista Missionário recebeu 451 mil dólares para realizar ações de retomadas de terras consideradas indígenas, do Cafod (The Catholic Fund for Overseas Development) - que

pressão, ajeite de madeiras, pregos, serrotes, lonas e até facões e foices.

A documentação faz parte de projetos apresentados pelo Cimi a essas duas entidades internacionais.

Ontem de manhã, na sede da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), produtores se reuniram para tratar do tema e cogitam abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) através da bancada federal para investigar o Cimi.

"Os índios eram meus amigos, mas me mandaram embora"

Isidora Alves Vareiro, 67 anos de idade, 40 dos quais moradora do Distrito Campestre, situado ao lado da aldeia indígena Marangatu, distrito de Antônio João, foi uma das expulsas de casa anteontem, pelos índios guarani-caiuás, segundo ela.

"Eles (índios) foram bons comigo, pediram para que eu saísse logo, que não teria confusão", disse Isidora, que ontem à tarde ajeitava seus móveis nos fundos da casa de uma das filhas, no município.

Isidora morava com mais duas filhas e dois genros numa casa de seis quartos e dois banheiros, no local. "Minha casa é a maior da vila, eu tinha comércio lá, os índios eram todos meus conhecidos, amigos. Agora, mandaram eu embora. Gastamos todo o dinheiro para reformá-la. Não entendo isso, acho que isso (invasões) não é coisa dos índios daqui", reclamou ela.



SEM RAZÃO. Dona Isidora não entende por que a expulsaram de casa, já que conviviam amigavelmente

Assim que retirada da casa, ainda com alguns móveis dentro, índios da aldeia Marangatu entraram no imóvel e lá estão morando.

A reportagem foi até a aldeia, mas poucos da comunidade, entre 70 e 100 famílias,

segundo um dos moradores, quiseram manifestar-se.

O guarani Alisson Moraes, 21 anos, no entanto, contestou a versão de dona Isidora. Ele disse que a faixa onde se situa a aldeia, de 15 quilômetros de linha reta, "sempre foi do

índio". Esta terra aqui foi homologada há duas décadas, é nossa, do índio.

Especula-se na cidade, que até 40 anos atrás, índios negociavam lotes com famílias brancas, em troca de dinheiro. Alisson, que era vizinho

de Isidora, refutou a ideia. "Foram os brancos que invadiram aqui", concluiu o assunto e disse à reportagem que fosse procurar os líderes indígenas para tratar do caso.

O sogro de Alisson, que se identificou como José, guarani-caiuá, dono de uma conveniência, afirmou que nada tem com dona Isidora e que um filho seu é até "afilhado" da ex-vizinha. No entanto, indagado sobre a expulsão, também orientou a reportagem procurar os "líderes".

Do meio da semana até ontem dez famílias tinham sido despejadas do Distrito Campestre. Algumas delas, embora não localizadas, não teriam para onde ir e foram para ruas distantes do centro da cidade, segundo João Antônio Valensuela, genro de Isidora. (CB)

Município de Antônio João vive clima de guerra com invasões

Fazendeiros e pequenos produtores foram expulsos de suas terras pelos índios guarani-caiuaás

CELSO BEJARANO
ENVIADO ESPECIAL A ANTÔNIO JOÃO

Ruralistas de Antônio João, cidade onde ocorreram seis invasões de fazendas, de uma semana para cá, disseram ontem que índios estariam sendo recrutados do território paraguaio como forma de reforçar e até dobrar o movimento de tomada de terras, capitaneadas por ao menos 1,5 mil índios guarani-caiuaás, brasileiros, que habitam aldeias da região.

Os fazendeiros temem que outras três áreas sejam ocupadas nos próximos dias. Por desconfiar das novas invasões, há três dias, os ruralistas vigiam parte da MS-384, bloqueando a entrada e saída da cidade, gerando um atmosfera de guerra. Ontem a estrada foi trancada a partir das 3 horas com carros pequenos e grandes. Até a noite a via permanecia bloqueada.

A distância do município sul-mato-grossense, de cerca de 8,6 mil habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o território paraguaio, mede em torno de quatro quilômetros.

Para o Sindicato dos Produtores Rurais da cidade, as invasões têm sido manobradas pelo comando do Conselho Indigenista Missionário, organização ligada à igreja católica, e também por índios que seriam servidores públicos, principalmente professores.



FOTOS: ALVARO PEZINDE

INVADIDAS. Indígenas já ocupavam, ontem, várias casas do Distrito de Campestre, formado por pequenos produtores e comerciantes que moravam lá há mais de 40 anos

BRIGA ANTIGA

A disputa envolvendo índios e fazendeiros em Antônio João intensificou-se há uma década, em 2005, ano em que o ex-presidente Lula assinou um decreto que considerou como terra indígena nove fazendas da região, seis das quais foram ocupadas de uma semana para cá. Juntas, estas terras somam 9,3 mil hectares.

Ocorre que os fazendeiros entraram com recurso no Su-

ria entrevista, mas autorizou "quem quisesse falar" com a imprensa.

O ruralista Pio Queiroz Silva Barros, esposo de Roseli e dono de um patrimônio de R\$ 25 milhões, segundo ele, entre os quais uma fazenda ocupada, culpa o governo federal pelo risco de embate com os índios.

"Nosso País virou uma terra velha, cheia de ratos. Este governo, metido a idealista, gosta apenas dos índios, movimen-

combate com os índios. "Não sei disso, não. Gosto da pessoa do índio brasileiro, mas agora ele está me triturando", disse Barros.

O ruralista afirmou também ser favorável à entrega de suas terras aos índios, desde que o governo federal indenize-o.

SEM DIÁLOGO

A reportagem, que desde ontem cedo acompanha as mobilizações dos índios e dos fa-

significa Fundo Católico para o Desenvolvimento Exterior, em tradução livre - e de outra instituição chamada Trócaire, que é uma agência católica da Irlanda de ajuda humanitária.

Dentre as ações mantidas com esse recursos estavam duas retomadas de áreas guarani-caiuaás, além de gasto de 24 mil dólares para "articulação política/pressão", além de madeiras,



CENTENAS. Indígenas estavam por todos os lados da Fazenda Barra, uma das seis que foram ocupadas pelos índios, desde o dia 22 de agosto



FOTOS: ALVARO REZENDE

À FORÇA. Produtores rurais em caminhonetes, vestidos com coletes à prova de balas, seguiam em comboio rumo à propriedade

GUERRA EM ANTÔNIO JOÃO

Produtores retomam fazenda invadida e um indígena morre

Nem polícia, produtores ou índios explicaram como o confronto na Fazenda Barra terminou em morte

**LUCIA MOREL E
CELSON BEJARANO**
ENVIADO ESPECIAL A ANTÔNIO JOÃO

Durante retomada de propriedade invadida por índios guaranis kaowás em Antônio João, a 280 quilômetros ao sul de Campo Grande, proprietários rurais entraram em confronto com indígenas, o que terminou com um morto e ao menos 10 feridos. Todos índios. A vítima que morreu seria um rapaz identificado apenas como Simeão, que levou um tiro na cabeça, de arma calibre 22. Não se sabem as circunstâncias da morte, e Força Nacional, Polícia Federal, Departamento de Operações de Fronteira (DOF), Polícia Militar Rodoviária e Polícia Civil acompanham a situação, que a cada dia se torna mais crítica.

A confusão se estabeleceu no fim da manhã de ontem, quando produtores que tiveram cinco fazendas ocupadas se reuniram na sede do Sindicato Rural de Antônio João, para traçar medidas que pudessem resolver a questão. Em determinado momento, a fazendeira Roseli Ruiz, presidente da entidade, tomou a atitude de retomar sua propriedade, a Fazenda Barra, e saiu do local determinada

10

FAMÍLIAS
Do meio da semana até sexta-feira (28), dez famílias tinham sido despejadas do Distrito de Campestre, também alvo das ocupações indígenas. Algumas delas, embora não localizadas, não teriam para onde ir e foram para ruas distantes do centro da cidade.

a ter sua área de volta. Ela foi acompanhada de pelo menos mais 40 caminhonetes com produtores da região, que seguiram direto para a propriedade. Outras dezenas se juntaram ao grupo ao longo do dia, e mais de 100 pessoas reocuparam a fazenda.

Lá, a equipe do **Correio do Estado** foi impedida de entrar, pelos ruralistas, que inclusive ameaçaram cortar os pneus da caminhonete e até tombá-la, caso a reportagem tentasse seguir para a sede da fazenda, que fica a uma distância de pelo menos seis quilômetros da entrada, na rodovia MS-384.

A equipe tentou, então, outra alternativa: acessar a sede da propriedade por outra estrada vicinal; mas, em parte do caminho, foi abordada por indígenas, que também hostilizaram e ameaçaram a reportagem, que não teve alternativa a não ser retornar à entrada da Fazenda Barra e aguardar, de longe, detalhes da situação.

No fim da tarde, foi confirmada morte de um indígena, tanto por produtores rurais que saíam da propriedade quanto pelo DOF. Um índio ferido, Felisberto Corrêa Vilhalba, 28, que foi atendido no Hospital Municipal da cidade, contou que levou uma paulada na cabeça e que Simeão morreu com um tiro na testa. Ele não contou, no entanto, a circunstância da morte de Simeão. Felisberto, que falou pouco, disse ainda que, após levar a paulada na cabeça, quase foi atropelado por um ruralista.

Produtores que saíram da fazenda, na tarde de ontem, disseram que a vítima já estaria morta quando chegaram e nenhuma das forças policiais informou como o índio teria morrido.

Página de índios guaranis em rede social, a Aty Guasu, informava que o sobrenome de Simeão também seria

Vilhalva e que ele seria uma liderança indígena. O índio ferido que conversou com a reportagem não comentou se tem parentesco com o índio morto.

Tanto indígenas quanto produtores rurais estavam equipados com armas. Os índios tinham facão, arcos, flechas e espingardas. Já os produtores que foram até a fazenda estavam com coletes à prova de balas e, apesar de não ter sido visualizado, dentro dos veículos haveria armas.

A disputa envolvendo ín-

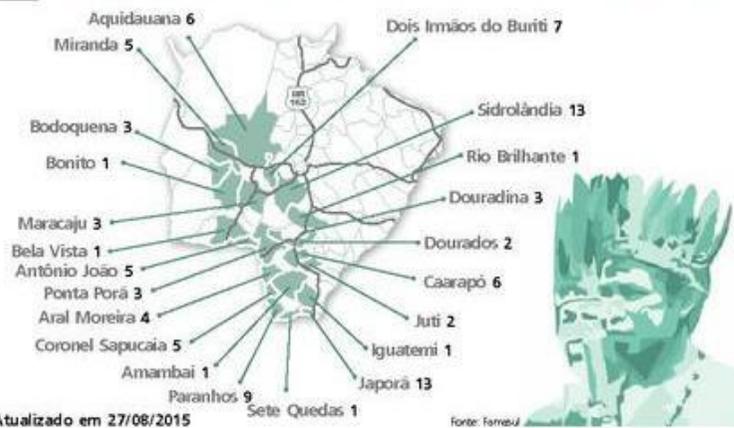
dios e fazendeiros em Antônio João intensificou-se há uma década, em 2005, ano em que o ex-presidente Lula assinou um decreto que considerou como terra indígena 9 fazendas da região, seis das quais foram ocupadas de uma semana para cá. Juntas, estas terras somam 9,3 mil hectares.

Ocorre que os fazendeiros entraram com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), que devolveu o caso para a Justiça Federal, em Ponta Porã, corte que ainda não definiu a questão.

POPULAÇÃO

O clima dentro da cidade é de puro terror. Moradores se dizem aterrorizados e inseguros. O motorista João Paulo Gonçalves Maciel tem 41 anos e há 20 mora em Antônio João. Ele se diz apavorado. "Estamos todos nervosos, porque ninguém sabe de fato o que está acontecendo. Já houve outros conflitos aqui, mas sempre aparecia a Justiça para apaziguar e, depois, ia embora. Mas, agora, ninguém sabe o que pode acontecer", lamentou.

PROPRIEDADES RURAIS INVADIDAS POR ÍNDIOS EM MS*





ESTRATÉGICOS. Índios armados de flechas ficaram próximos à estrada que conduz à fazenda que havia sido ocupada; para os fazendeiros, eles usam também armamentos obtidos da força revolucionária

Para ruralistas, guerrilheiros do Paraguai treinam os índios

Grupo estaria municiando com armas os indígenas que invadiram fazendas em Antônio João

CELSO BEJARANO,
ENVIADO ESPECIAL A ANTÔNIO JOÃO

Guerrilheiros ligados ao Exército do Povo Paraguáio, o EPP, organização composta por radicais de esquerda e que prega o domínio do poder pela revolução e a imposição da reforma agrária universal, estariam treinando e municiando com armas os guaranis kaiowá, índios que invadiram fazendas na região do município de Antônio João, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

Índios e fazendeiros enfrentam clima tenso há dez dias, período em que ocorreram sete invasões e a retomada à força de duas áreas na região, anteriormente.

Na reocupação das fazendas Barra e Fronteira, um índio foi morto com tiro no rosto e outros três guaranis feridos. Inui-



COMBOIO. Ruralistas foram em grupo retomar a área invadida



DEFESA. Índios tentaram impedir o trânsito de carros, anteriormente, pela Aldeia Marangatu

ram para a mata.

Até o fim da tarde de ontem, eles não tinham sido localizados. Uma mulher índia e um bebê da aldeia também ficaram feridos com tiros de balas de borracha. Depois do confronto, os arredores das fazendas foram policiados por ao menos 40 homens da Força Nacional e também do Departamento de Operações de Fronteira, o DOF.

A suspeita de que o EPP estaria armando os índios é informação recorrente entre os fazendeiros, no entanto, quando o assunto é tratado oficialmente, poucos concordam em comentar o caso. "Soube disto por fonte segura, o EPP está armando os índios, financiando os índios, isto é muito provável", disse o produtor Marcos Almirão, dono de fazenda próxima a Antônio João.

"O direito à propriedade por aqui está em xeque. Além do EPP, Almirão atacou ainda a Funai e o Cimi, entidade que cuida dos interesses dos indígenas. "Eles (Cimi) vieram aqui (Antônio João) e determinaram a troca de caciques, os que assumiram ordenaram as invasões", disse.

Almirão informou ainda que eventuais treinamentos de guerra conduzidos pelo EPP

estariam acontecendo no território paraguaio, cerca de 10 km distante da Aldeia Marangatu, perto de onde ocorreu o conflito. Esta aldeia fica a 7,5 mil hectares da região central de Antônio João. A área supostamente dominada pelo EPP e que estaria atraindo índios em aprender a guerrear é território paraguaio e fica em uma mata fechada e com rara circulação de veículos.

Antônio César Pereira Flores, o Baby, vice-prefeito de Antônio João, produtor rural na região, disse que também recebeu a informação de que EPP teria ligação com os índios guaranis. "Fiquei sabendo e acho que isto teria de ser investigado", disse Baby.

Policial da Força Nacional que atua no policiamento das fazendas retomadas concordou em comentar o assunto, desde que não publicasse seu nome.

"Olha, não temos esta informação (ação do EPP), mas uma coisa é certa: eles (índios) têm agido diferente, percebemos isto agora, aqui em Antônio João", disse o policial, acostumado a cumprir tarefas envolvendo conflitos entre índios e fazendeiros.

O "diferente" citado pelo integrante da Força, segundo



Saiba

Azambuja defende indenização

O governador Reinaldo Azambuja não quis defender nenhum dos lados, índios ou produtores. Ele disse que a saída seria o governo federal indenizar os ruralistas. "Se titularam terras que pertenciam aos indígenas, cabe a quem indenizar? A união precisa adquirir as terras, indenizar e resolver o impasse", afirmou. Azambuja defendeu ainda a presença do Exército na área de conflito. (Anny Malagolini)

ele, tem a ver com a organização dos índios em situações de combate.

"Eles posicionam-se bem mais ordenados do que antes", disse.

Já o comando do DOF, por meio da assessoria, informou que, "até onde investigou", a informação [do EPP instruído o índio] "não procede".

Deputado diz que indígena teria morrido antes do conflito

O deputado federal Luiz Henrique Mandetta, do DEM, que também participou da retomada da Fazenda Fronteira, anteontem, em Antônio João, disse pelo Facebook que o índio morto supostamente no conflito com fazendeiros já teria morrido antes da chegada do comboio de ruralistas. "Ouviru-se um tiro numa mata a 800 metros e dez minutos depois os índios trouxeram um corpo que diziam ter sido alvejado. Me coloquei como médico e fui até o local. O cadáver de um homem já em rigidez cadavérica foi jogado na estrada", escreveu o parlamentar da bancada ruralista. Pelo dito por Mandetta, o índio já teria sido assassinado antes de os fazendeiros retomarem a área.

O argumento do deputado federal, contudo, foi rechaçado por Júlio César Arguelho, sargento, assessor de imprensa do Departamento de Operações de Fronteira, o DOF.



PROTEGIDO. Pio Silva usou colete à prova de balas na retomada

"Esta história de rigidez cadavérica não é verdade. Estive lá, toquei no corpo do índio, morto com um tiro no rosto", disse o sargento.

O corpo de Simeão Vilhalba foi periciado pela polícia federal, mas até ontem à tarde

o desfecho da investigação não havia sido divulgado. Na retomada das áreas, os fazendeiros usaram 40 caminhonetes para chegarem à fazenda. A polícia foi para o local duas horas depois. (CB)

Invasões e morte de índio levam governo a pedir Exército na fronteira

Solicitação foi feita oficialmente ontem; presidente Dilma deve definir envio de tropas ainda hoje

CELSO BEJARANO E
GILDO TAVARES
ENVIADO ESPECIAL
A ANTONIO JOÃO

Onze dias depois da onda de invasões de fazendas em Antônio João, que pode ter provocado a morte de um índio, o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, do PSD, mandou oficialmente um comunicado à presidente Dilma, pedindo que o Exército atue logo na faixa de fronteira, como meio de evitar novos confrontos por disputas de terra.

Já a presidente, até o início da noite, não havia autorizado, no entanto, a solicitação era examinada e o aval para a ida das Forças Armadas para o local deve ser anunciado hoje.

Ontem à tarde, o corpo do índio guarani-caiua Simeão Vilhalva, 24 anos, morto com tiro no rosto, foi enterrado na fazenda Fronteira, em Antônio João. Ele integrava um grupo de indígenas que haviam ocupado a área no dia 21 passado. Vilhalva foi morto no dia em que um grupo de ao menos 100 ruralistas da região entraram na área, sem o amparo da segurança policial, dispostos a expulsar os índios da fazenda.

"Pactuamos um trabalho conjunto nessa região [fronteira] para distencionarmos esse ambiente de conflito que muitas vezes mostra para as pessoas que não temos condições de diálogo. Nós temos,

 Saiba

Conflito deixa cidade em estado de emergência

Selso Louzada (PT), prefeito de Antônio João, decretou estado de emergência na cidade. A medida aguarda avaliação da Defesa Civil, órgão que pode validar a proposta do prefeito. Com o decreto em vigor, o município tem como ajudar as famílias desabrigadas, por exemplo, por causa do conflito.

sim, condições (de diálogo) para tentar solucionar isso", disse Azambuja, ao anunciar o pedido de tropas federais para Antônio João.

O governo de Dilma mandou ontem, para o local do conflito, o diretor de Diálogos Sociais, setor com ligação direta com a Secretaria-Geral da presidente da República, Gustavo Augusto Gomes de Moura. Pela manhã, ele não comentou o envio do Exército para o local, mas disse que estava ali para tentar resolver o impasse envolvendo fazendeiros e índios por meio do diálogo. À tarde, Moura seguiu a Ponta Porã sem divulgar o desfecho da conversa que teve com os envolvidos.



Tristeza. Índios enterraram, ontem à tarde, o corpo de Simeão Vilhalva, que teria sido morto ao tentar localizar o filho de cinco anos de idade

No fim da tarde, a assessoria de imprensa do Ministério da Defesa, por e-mail, informou ao **Correio do Estado** que, "da parte do Ministério da Defesa, as Forças Armadas estão ultimando os preparativos para essa ação nos municípios de Bela Vista, Antônio João, Aral Moreira e Ponta Porã". Reforçou, contudo, que a proposta de

Azambuja depende exclusivamente da determinação da presidente.

"Tão logo saia essa decisão, as tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica entrarão em ação. O emprego maior é de militares do Exército. A FAB entrará com o transporte da tropa e a Marinha empregará militares de Ladário", informou

a assessoria do Ministério da Defesa.

Já a assessoria de imprensa do Exército, em Campo Grande, também informou que qualquer ação a ser tomada na região do conflito "depende de ordens vindas de Brasília". A reportagem do **Correio** apurou, em Antônio João, que o Exército estará na cidade entre hoje e amanhã, não

para agir na segurança, mas sim desenvolvendo ação social, como levando até os índios atendimento médico e dentário.

A segurança em Antônio João tem sido conduzida pela Força Nacional e Departamento de Operações de Fronteira. Policiais federais também foram para o local. (com Valquíria Oriqui)

VALDENIRREZENDE

Entenda a questão

Dia 21 passado, 12 dias atrás, índios guarani-caiua invadiram duas fazendas. Depois disso, na semana passada, mais quatro áreas. Capatazes que cuidavam das propriedades foram expulsos. Dall em diante, o sindicato rural de Antônio João avisou o governo estadual e iniciou uma série de audiências na sede da entidade. Sábado passado, a bancada ruralista - senador Valdemir Moka (PMDB), deputada estadual Mara Caseira (PTdoB) e os deputados federais Luiz Henrique Mandetta (DEM) e Tereza Cristina (PSB) - foram à cidade a convite da presidente do sindicato, Roseli Ruiz, dona de uma das fazendas ocupadas. Antes de os políticos discursarem, na vez de Roseli, ela disse que estava "cansada" de esperar por soluções e que ia "voltar para casa" e que quem quisesse que a acompanhasse. Saiu dali um comboio com ao menos 40 caminhonetes com destino à fazenda Barra. Sem policiais na região, o grupo seguiu com a missão de tirar os índios de lá. Duas horas depois, apareceram na fazenda a Força Nacional e o Departamento de Operações de Fronteira. Segundo a polícia, assim que chegaram, souberam da morte de um dos índios que ocupavam a área.



COMOÇÃO. Cerimônia juntou ao menos 100 índios que pediram justiça pela morte



FATAL. Simeão Vilhalva foi morto com tiro no rosto, sábado à tarde



VIGIA. Homens da Força Nacional cuidam agora da segurança na fazenda ocupada

Índios ficam na área invadida, diz cacique

Ao menos cem índios participaram ontem à tarde do funeral do índio Simeão Vilhalva, 24, morto baleado no sábado à tarde. O cacique dos guarani, Oréstimo Fernandes, disse que, mesmo com a morte, os índios vão resistir e permanecer no local. O enterro do corpo de Vilhalva foi feito na aldeia Fronteira.

Depois de retomarem a fazenda Barra, o comboio dos ruralistas, segundo os índios, seguiu para a fazenda Fronteira, também ocupada pelos guarani.

Mariano Fernando Vilhal-

va, 40, disse que, assim que o irmão Simeão soube da presença dos fazendeiros na área, correu para procurar o filho de cinco anos de idade, que teria saído correndo. "Eu estava a dois metros dele [Simeão] quando ouvi um tiro e vi meu irmão cair morto", disse Mariano, que acusa os fazendeiros pelo disparo fatal.

A versão de Mariano é contrariada por depoimento do deputado federal Luiz Henrique Mandetta, que também havia entrado para retomar a fazenda. O parlamentar escreveu em seu Facebook

que, ao notar o índio caído, foi até lá e notou "rigidez cadavérica" do corpo de Simeão. Ou seja, para o deputado, o índio tinha morrido antes da chegada dos fazendeiros.

A investigação acerca da morte do índio é conduzida por peritos da Polícia Federal. Perto do corpo da vítima havia sangue, fato que pode contrariar a versão dos fazendeiros, que desconfiam que o índio teria sido morto antes e o corpo exibido na chegada do comboio.

Até ontem, três das seis fazendas tinham sido desocupadas, segundo o vice-prefeito da cidade e produtor na região, Antônio César Flores, o Baby (PSDB). (CB e GT)

EMBATE

Ministro vem ao Estado, mas não se aproximará de zona de conflito indígena

Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, realiza várias reuniões em Campo Grande, mas não cogita visitar município de Antônio João

LUCAS JUNOTE
GILDO TAVARES
ENVIADO ESPECIAL
A ANTONIO JOAO

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, desembarca hoje em Mato Grosso do Sul para buscar solução para o conflito entre indígenas e proprietários rurais na região de Antônio João, a 280 km de Campo Grande. No entanto, todas as programações do enviado do governo federal são em Campo Grande, e não no município que é zona de conflito, na fronteira com o Paraguai. Lá, um indígena morreu com um tiro no rosto no sábado (28). Índios guarani-kaiowá invadiram fazendas na região no dia 22 de agosto.

Cerca de 250 militares do Exército chegaram ontem na cidade, além dos 150 da Força Nacional e 20 do Departamen-



FORÇA MILITAR. Exército está na cidade e realiza abordagens para vistoriar pessoas e veículos

Saiba

Reuniões com governador, produtores e índios

A comitiva do governo federal desembarca pela manhã na base aérea e segue para a governadoria. Às 10 horas, está prevista a primeira reunião do grupo. Produtores rurais vão se reunir com a comitiva dos governos, às 12 horas e às 15 horas, o grupo de autoridades abre o diálogo com os indígenas.

to de Operações de Fronteira (DOF), que estão no local. De acordo com o tenente-coronel Rocha Lima, encarregado da operação, a presença militar é apenas para amenizar o clima. "O Exército não vai interferir. Vamos ajudar a manter a ordem e abrir condições para negociações", comentou.

Na tarde de ontem, os militares montaram uma barreira na estrada de acesso às fazendas que continuam ocupadas: Fronteira, Cedro e Barra. O trânsito está liberado, mas estão sendo realizadas abordagens e vistorias nos veículos. A Fazenda Brasil, que também estava ocupada, foi liberada ontem. As fazendas Primavera e Cedro estão com as sedes ocupadas pelos indígenas. Na Fazenda Fronteira, apenas na casa dos funcionários ainda há índios. Exército também está nas cidades de Ponta Po-

ra, Aral Moreira e Bela Vista.

Ao chegar, o ministro se reúne com o governador Reinaldo Azambuja. Segundo o secretário de Estado de governo, Eduardo Riedel, a visita é agendada em favor da pacificação entre os ruralistas e índios. "Vamos fazer uma série de reuniões com as autoridades Federais e com todo o staff do governo do Estado, a fim de encontrarmos uma solução para acabar com os conflitos fundiários do Estado", ressaltou Riedel.

Também devem participar desta agenda os representantes da Procuradoria-Geral da República, Polícia Federal, Polícia Federal Rodoviária, Supremo Tribunal Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério da Justiça e a secretária-geral da República, Regina Miki. Da parte do governo do Estado, os secretários de Estado Eduardo Riedel;

Sérgio de Paula e Silvio Maluf e representante do Comando Militar do Oeste (CMO) e da Procuradoria-Geral do Estado estarão presentes.

A comitiva do governo federal desembarca pela manhã na base aérea e segue para a governadoria. Às 10 horas, está prevista a primeira reunião do grupo. Produtores rurais vão se reunir com a comitiva dos governos, às 12 horas e às 15 horas, o grupo de autoridades abre o diálogo com os indígenas, mas a agenda não prevê a ida das autoridades ao local dos conflitos.

Ontem, em Brasília, lideranças indígenas de seis povos (guarani-kaiowá, terena, mundurucu, baré, kambéba e baníwa) realizaram ato em protesto ao assassinato de Semião Vilhalva, no sábado.

Sem solução efetiva para conflitos, comissão é criada para dialogar

Ministro da Justiça veio à Capital para mediar situação indígena, mas foi embora sem apresentar ação definitiva

LUCAS JUNOT

Sem uma ação efetiva para o fim dos conflitos entre indígenas e proprietários rurais em Mato Grosso do Sul, a série de reuniões com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante todo o dia de ontem, teve como único encaminhamento a formação de uma comissão mista dos governos Federal e Estadual para voltar a discutir a questão. Ambas as partes deverão elencar cinco áreas prioritárias no Estado, que deverão ser apresentadas na semana que vem, em reunião em Brasília, para que a comissão inicie novas etapas de discussão e mediação.

Em Antônio João, cidade distante 402 quilômetros da Capital, cerca de 250 militares do Exército cumprem a chamada ação de garantia de lei e ordem (GLO), a pedido do governo do Estado, desde terça-feira (1º). Em seu pronunciamento, na tarde de ontem (2), o ministro disse que as forças policiais e militares agirão com rigor nos casos de violência e/ou incitação à violência. "Não aceitaremos ofensas à lei e quem o fizer será preso em flagrante, investigado e sofrerá a aplicação rigorosa da lei, seja quem for, índios ou proprietários, não importa", advertiu.

A pacificação imediata, conforme Cardozo, é a condição primordial para a continuidade das mediações. De acordo com ele, quebrado o acordo, a solução para o conflito de terras será submetida à morosidade da Justiça. "Tentamos no passado fazer a mediação, mas sofremos com a intransi-

gência dos proprietários em resolver a questão de forma judicial e a demora e acirra os ânimos, que culmina na busca por uma solução própria, o que é ilegal", comentou.

No decorrer da discussão, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) também comentou a experiência dos conflitos na fazenda Buriti, em Sidrolândia, cujo posicionamento considerou "um erro". Em 2013, o índio Oziel Gabriel acabou morto em conflito. Tentou-se a indenização aos produtores pela terra, já considerada indígena, mas eles não aceitaram o valor oferecido pelo governo federal por estar muito abaixo do mercado.

"Caracterizamos toda esperança entorno de uma só área, acabamos criando um cenário que desencadeou novas retomadas, pois todos acreditavam que seria um marco. Cada área tem uma realidade fundiária, contamos com a boa vontade dos dois lados para, sem pegar em armas, mantermos o estado democrático de direito", avaliou o governador.

Para Lidomar Terena, líder indígena, não houve nenhum progresso na resolução da questão. "Eles disseram que haverá um esforço para resolver, o mesmo que disseram há dois anos. Não mudou nada, simplesmente porque não há vontade dos fazendeiros em resolver", pontuou. De acordo com ele, os encaminhamentos da reunião serão levados para outras lideranças e só então saberão como agir. "Não podemos decidir nada aqui sozinhos, até porque nunca foi descumprido um acordo por par-



REUNIÕES. Azambuja e Cardozo se revezaram entre reuniões com produtores, índios e Igreja Católica

te dos indígenas", defendeu.

MORTES

O ministro José Eduardo Cardozo citou a morte do índio Oziel, em 2013, cujo laudo pericial foi apontado como inconclusivo. De acordo com ele, o inquérito policial para apurar a autoria do crime está em curso na Polícia Federal, mas corre em sigilo.

Da mesma forma, as investigações sobre morte do índio Simião Vilhalva, durante retomada de área por parte dos produtores em Antônio João, no sábado, 29 de agosto, segue em caráter de prioridade, ordem expressa do governo da Polícia Federal.

Sem revelar detalhes, o ministro disse apenas que foi realizada perícia e que acredita na resolutividade do trabalho

da Polícia Federal, acima da média mundial, com 80% dos inquéritos solucionados. "Espero que estejamos nos 80%, não nos 20% e que esse crime seja punido com o rigor da lei", emendou.

INDENIZAÇÕES

O grande dilema entre o governo federal e a solução dos conflitos de terras em Mato Grosso do Sul tem sido o entendimento com relação aos valores das indenizações a serem pagas aos proprietários. Os fazendeiros alegam que os valores oferecidos estão aquém das propriedades e o governo que as ofertas são condizentes com a realidade.

Quando definidas as cinco áreas prioritárias, cada um dos casos será discutido individualmente. "No caso da fazenda

Buriti discutimos bastante a questão da indenização e faremos o mesmo em relação as outras áreas, dentro da lei e de acordo com as condições do orçamento que temos. Não havendo entendimento, cada um é livre para buscar os caminhos judiciais se achar que deve", ponderou.

EMENDAS

No mesmo hall de discussões, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação sejam regulamentados por lei, foi

Saiba

Rapaz pode ter morrido antes

Deputados que integram a comissão especial que analisa a PEC 215 fizeram ontem a leitura de um parecer favorável à proposta. Em maio, 48 dos 81 senadores da República assinaram um documento classificando como um "atentado" à tentativa de aprovar a proposta. Atualmente, apenas o Executivo tem a prerrogativa de demarcar terras indígenas, o que pode se estender ao legislativo, caso a proposta seja aprovada.

condenada pelo ministro como inconstitucional. "O governo federal é contrário à esta emenda, ela fere cláusula pétreia e no mérito da questão, o que é ou não é bem público é uma questão administrativa, do Executivo, não do Poder Legislativo", opinou.

Já sobre a PEC 71, abominada pelos ruralistas, prevê indenizações pela terra para ocupantes retirados de terras demarcadas como indígenas, já que a Constituição prevê apenas o pagamento de benfeitorias, o ministro disse que ainda não pode avaliar o texto aprovado, tampouco realizar estudo técnico sobre ele.

Índios vivem em condições de miséria, em Antônio João

Região foi palco de conflito envolvendo comunidade indígena e fazendeiros, que disputam domínio de terra:

GILDO TAVARES
ENVIADO ESPECIAL A
ANTÔNIO JOÃO

Por trás da batalha pela terra com histórico de índio morto assassinado que acontece em Antônio João, município de 8.679 moradores e que fica a cerca de 300 quilômetros de Campo Grande, já na fronteira com o Paraguai, esconde-se a miséria em que vivem os indígenas da etnia guarani kalowá.

Na aldeia Nhanderu Marangatu e na Vila Campestre, poeirentos vilarejos, a oito quilômetros do centro da cidade, vivem cerca de 1.200 índios todos na linha abaixo da pobreza e em alguns casos a única renda de famílias inteiras são subsídios pagos pelo governo federal.

Além da falta de recursos para sobreviver, os moradores das localidades não contam com infraestrutura básica como saneamento e água encanada, o que poderia evitar muitas doenças, como a diarreia, distúrbios constantes principalmente entre as crianças índias.

Ao entrar na aldeia é possível perceber a falta de estrutura em que os guaranis kaiowás são submetidos, a maioria deles vive em barracos cobertos de capim e as paredes feitas de bambu.



RANCHO. Na aldeia Marangatu as casas são feitas com cobertura de sapé, maioria da comunidade vive de programas como Bolsa Família

VALDEDIR REZENDE

 **Saiba**

A FAZENDEIRA LIDEROU VOLTA

Dia 21 do mês passado, os índios guaranis kaiowás invadiram duas fazendas. Depois disso, na semana retrasada, mais quatro áreas. Capatazes que cuidavam das propriedades foram expulsos. Dali em diante, o sindicato rural de Antônio João avisou o governo estadual e iniciou uma série de audiências na sede da entidade. Sábado retrasado, a bancada ruralista – senador Valdemir Moka (PMDB), deputada estadual Mara Caseira (PTdoB) e os deputados federais Luiz Henrique Mandetta (DEM) e Tereza Cristina (PSB) – foi à cidade a convite da presidente do sindicato, Roseli Ruiz, dona de uma das fazendas que haviam sido ocupadas.

paredes feitas de bambu.

Sempre receptivos e com sorrisos tímidos, é possível conversar, mesmo em alguns casos não entendendo corretamente as pronúncias que dizem em português. Eles adotam fielmente ao idioma oficial da aldeia: o guarani.

"A falta de recursos com que vivemos aqui é complicado, parece que esqueceram da gente, a falta de estrutura e de recursos da aldeia é muito grande, o que salva muitas famílias são os subsídios pagos pelo governo federal, senão a coisa seria muito pior", disse Tomásia Areco Jara, 40 anos, que tem um comércio na Vila Campestre e mora há 15 anos no local, logo que casou-se.

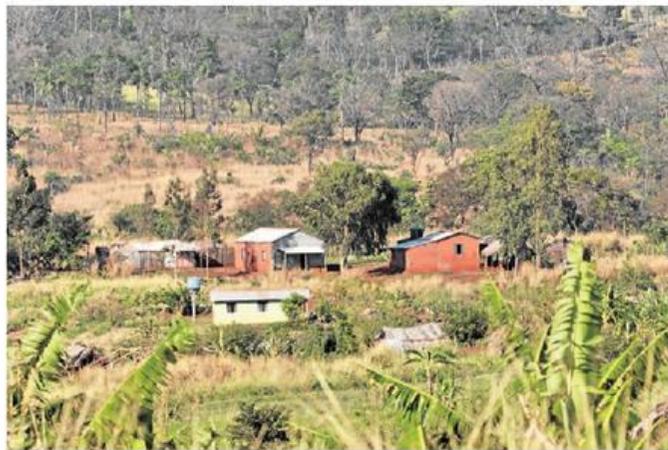
Para o Coordenador da Escola Indígena Mboeroy Tupã Arandu Reñoi, Isaías Sanches, de 28 anos, o que a comunidade produz é a agricultura para a subsistência, mas em muitos casos não conseguem chegar até a colheita, por falta de estrutura para cuidar da terra, o que foi planta-

do acaba não prosperando.

Isaías é pai de três filhos e disse que o que torna a vida de sua família um pouco mais confortável é o fato dele receber salário da escola, e com isso, consegue um certo conforto. "A falta de recursos para a maioria das famílias é um problema sério aqui na aldeia e na vila. Minha sorte que trabalho como coordenador na escola e consigo viver com um pouco mais de dignidade", disse o guarani.

O caso da indígena Zélia da Silva, de 23 anos e mãe de três filhos, é o que mais retrata as condições de vida na aldeia Nhanderu Marangatu e na Vila Campestre. Ela vive com os filhos e o marido com a renda de R\$ 200,00 que recebe do bolsa família do governo federal.

O marido, diz ela, de vez em quando consegue algum trabalho sem vínculo empregatício e isso melhora a renda da família, que vive em uma pequena casa.



JUNTOS. Perto da aldeia, na Vila Campestre, índios vivem junto com brancos, desde a década de 1940

"Temos que viver com este dinheiro que o governo manda, fazemos de tudo para não faltar nada até o final do mês, quando meu marido encontra algum lugar para fazer al-

gum roçado as coisas melhoram um pouco", disse.

Na opinião do cacique Orestino Fernandes, de 52 anos, se a situação das terras demarcadas fosse resolvi-

das rapidamente a miséria do seu povo seria menos complexa. "O governo tinha que resolver logo, seria bom para todos, inclusive tiraria meu povo da miséria", finaliza.

havam sido ocupadas. Antes de os políticos discursarem, na vez de Roseli, ela disse que estava "cansada" de esperar por soluções e que ia "voltar para casa" e que quem quisesse que o acompanhasse. Saíram em um comboio de ao menos 40 caminhonetes com destino à fazenda Barra. Sem policiais na região, o grupo foi com o intuito de tirar os índios de lá. Duas horas depois, apareceram na fazenda a Força Nacional e o Departamento de Operações de Fronteira. Segundo os policiais, assim que chegaram viram um índio que ocupava a área morta. Polícia Federal investiga o caso. (Celso Bejarano)



NO LIMITE. Zélia da Silva diz que ela e o marido mais três filhos vivem com renda de R\$ 200 por mês



FORÇA. Depois do conflito com morte, aldeia é cercada por forças federais, Exército uma delas

ANTÔNIO JOÃO

Autópsia indica que índio morreu no dia da retomada de 2 fazendas

Semião Vilhalva foi achado morto dentro de área invadida por grupo de guarani dias antes

CELSO BEJARANO

Laudo necroscópico feito no corpo do índio Semião Fernandes Vilhalva, 24, indica que ele morreu com um tiro na cabeça, no intervalo das 7 às 15h do dia 29 de agosto passado, dois sábados atrás, exatamente no dia em que ao menos 100 ruralistas entraram nas fazendas Barra e Fronteira com o propósito de retomar a área que havia sido invadida por indígenas guarani-kaiowá, na cidade de Antônio João, fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

O desfecho deste exame pode confrontar com a versão dos fazendeiros que entraram na área e disseram que assim que chegaram lá o índio já estava morto e seu corpo, caído na estrada que conduz à fazenda Fronteira, estava em estágio de rigidez cadavérica, ou seja, presumindo que o indígena teria morrido bem antes.

Nesta região, índios e fazendeiros disputam pelo domínio de terras desde 2005, ano em que o ex-presidente Lula



COMOÇÃO. Corpo do índio Semião Vilhalva foi enterrado em uma área dentro da Fazenda Fronteira, que, para eles, pertence aos cerca de 1,5 mil guarani-kaiowá da região

que o ex-presidente Lula decretara 9,3 mil hectares como território indígena.

Os ruralistas – nove donos das áreas em questão – recorreram e o processo ainda hoje segue sem definição na Justiça Federal.

A informação acerca da autópsia foi confirmada ontem à tarde ao **Correio do Estado**, por telefone, pelo delegado da Polícia Federal, Bruno Raphael Barros Maciel, que conduz o inquérito do caso.

O exame indica que o projétil disparado, que ficou alojado na cabeça do índio, saiu de uma “arma pequena, provavelmente de calibre 22”, segundo o delegado.

Ainda conforme o laudo, o tiro que acertou a vítima foi disparado a longa distância.

Pela regra policial, disse Barros Maciel, o termo “longa distância” quer dizer que o espaço do disparo até o alvo é considerado a partir de um intervalo de 50 centímetros, em torno de dois palmos.

Ou seja, todo o tiro disparado com espaço superior a 50 centímetros é, na linguagem policial, para efeitos de investigação, tido como de longe.

O delegado informou que aguarda outro laudo para concluir seu inquérito. No caso, ele espera o resultado da perícia feita no local do crime.

O policial federal informou ainda que a ideia de que o

corpo já demonstrava rigidez cadavérica “extraoficialmente” não procede.

“Pedi mais exames e também aguardo a perícia feita no local do crime. Oficialmente, o que a autópsia diz é que o índio tinha morrido entre 7h e 15h do dia 29”, reforçou o delegado.

O corpo do índio Semião Vilhalva foi levado de Antônio João para Ponta Porã, distância de 50 quilômetros, por volta das 19 horas do dia 29.

No dia seguinte, às 7h da manhã, foi feita a autópsia pela Polícia Civil, que indicou que o índio havia morrido em um intervalo de 16h a 20h.

INVESTIGAÇÃO

Quanto à investigação acerca morte do índio, o delegado Bruno Maciel disse que já “tem algumas vertentes”.

Contudo, informou que ainda não poderia divulgar informações porque resta analisar mais laudos e ouvir outros depoimentos.

No dia em que o índio foi achado morto, ao menos 100 ruralistas foram até as fazendas Barra e Fronteira, que tinham sido invadidas uma semana antes por índios guarani-kaiowás. Os indígenas se afastaram da área e os fazendeiros retomaram as sedes das áreas.

Das seis áreas invadidas,

Saiba

Líder convocou expulsão dos indígenas

A retomada das fazendas Barra e Fronteira, à força, foi definida numa audiência no Sindicato Rural de Antônio João. Em determinado momento da reunião, Roseli Ruiz, presidente da entidade disse que ia voltar para a casa, no caso a fazenda Barra, invadia por índios uma semana antes. “E quem quiser que me acompanhe”, disse a líder. Dali seguiram para a fazenda uma fileira de caminhonetes, sem acompanhamento policial.

quatro já foram reocupadas pelos fazendeiros. O local é vigiado desde a semana passada por efetivo do Exército.

Determinação do governo federal diz que as Forças Armadas devem ficar no local por tempo indeterminado. Foi criado um grupo de autoridades para evitar outros conflitos.

Reportagem foi impedida de acompanhar reocupação de área

ALVARO REZENDE



COMBOIO. Carros dos fazendeiros indo para as fazendas que foram retomadas há duas semanas

No dia em que os ruralistas retomaram as duas fazendas em Antônio João, a Fronteira e Barra, no dia 29 de agosto, a reportagem do **Correio do Estado** acompanhou a ação até a entrada das áreas, onde foi barrada e forçada a voltar para trás.

Do asfalto da MS-384, já a 6 quilômetros de Antônio João, indo para Bela Vista, até a fazenda Barra, a distância é 7,5 quilômetros de estrada de

chão. Ao perceber que uma caravana com ao menos 40 camionetes entraram na fazenda, a reportagem seguiu o comboio. Restando apenas 1,5 quilômetro, os coordenadores do ato pararam, desceram dos carros e ordenaram que a reportagem voltasse. Embora a tentativa de diálogo, não houve acordo. “Daqui em diante, vocês não vão ver o que vai acontecer”, disse um dos ruralistas, que ame-

açou a “riscar” os pneus do carro caso insistisse. Dali, a reportagem seguiu por outra entrada, mas também foi barrada, desta vez por índios. Isso aconteceu entre as 11h30min e as 12h30min. Até este horário, não havia policial seguindo o comboio. Duas horas depois, apareceram no local viaturas da Força Nacional e do Departamento de Operações na Fronteira.

ANTÔNIO JOÃO

Justiça determina reintegração de posse de quatro fazendas

Produtores conseguiram na Justiça retomar fazendas invadidas, mas cumprimento depende de ação da PF

CELSE BEJARANO

Liminar (decisão temporária) definida pelo juiz federal Diogo Ricardo Goes de Oliveira, da 1ª Vara Federal de Ponta Porã, determina que a Polícia Federal tire os índios guaranis kaiowás de quatro fazendas situadas em Antônio João, onde no mês passado um índio morreu assassinado com tiro na cabeça num suposto confronto com fazendeiros da região. A decisão deve ser cumprida até hoje, já que a Polícia Federal foi notificada na sexta-feira passada, dia 11, e, pelo despacho do magistrado, a ordem deve ser cumprida em cinco dias úteis.

Esta liminar já havia sido anunciada em 2005, dez anos atrás, contudo, a medida não foi cumprida. Naquele ano, o ex-presidente Lula determinou que o território em questão pertencia aos índios e isto fez com que os fazendeiros ingressassem com recurso e até hoje a disputa segue na esfera judicial.

A disputa em Antônio João envolve nove fazendas em



Saiba

Conflito em Antônio João

O último conflito por controle de terra envolvendo índios e fazendeiros ocorreu no mês passado, em Antônio João, fronteira com o Paraguai. Lá, sete áreas foram ocupadas e um índio foi morto a tiro no dia 29 de agosto. Depois da morte, o governo federal determinou que o Exército fosse para o local. A Polícia Federal investiga o assassinato, enquanto um grupo de ao menos 100 fazendeiros retomava uma área invadida.

uma extensão de 9,3 mil hectares. Os índios, em torno de 1,5 mil, teriam de habitar em apenas 40 hectares até que a

Justiça definisse a causa. Ocorre que, segundo o sindicato rural do município, os índios ocupam hoje uma área maior.

Coordenadores da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Ponta Porã, que atua na defesa dos índios, viajaram ontem à tarde, segundo disse por telefone uma servidora do órgão. A Polícia Federal ainda não se pronunciou sobre o cumprimento da decisão do juiz federal.

Depois do assassinado do índio, as Forças Armadas cuidam da segurança na área de conflito.

A advogada e filha de produtores rurais Luana Ruiz disse que se a reintegração não for cumprida até hoje "aí nós vamos decidir o que fazer", e afirmou que em outras situações semelhantes a medida judicial não foi cumprida porque o governo federal, por meio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, teria afirmado em diversas ocasiões que só cumpriria reintegrações caso elas fossem definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



ENTERRO. Índios guaranis kaiowás enterram indígena morto durante suposto conflito em 29 de agosto

IGUATEMI

Grupo de ao menos 50 índios guaranis kaiowás que estavam armados com flechas e facões mantiveram anteontem à tarde em cárcere privado ao menos sete empregados da Fazenda Maringá, em Iguatemi, parte sul do Estado, a 464 quilômetros de Campo Grande.

Policiais militares e do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) foram para o local anteontem à noite e os índios esconderam-se na mata aos arredores da propriedade.

Ainda ontem à tarde, policiais da região, que ficaram até de madrugada na fazenda, estavam de sobreaviso porque souberam que poderia ocorrer

nova tentativa de invasão.

Policiais do 2º Destacamento da PM de Iguatemi informaram que ao menos 20 índios guaranis kaiowás entraram na sede da fazenda Maringá, cujos donos moram no estado do Paraná. Outros 30 guaranis que integravam o grupo ficaram longe da sede.

VALDENIR REZENDE

ANTÔNIO JOÃO

Decisão judicial não se cumpre e fazendas continuam invadidas

Força Nacional e Exército permanecem na área de conflito e aguardam posicionamento da PF

CELSON BEJARANO

Até o fim da tarde de ontem, equipe da Força Nacional aguardava comunicado oficial para cumprir a liminar que determina a reintegração de posse de quatro fazendas ocupadas por índios guarani-caiova, em Antônio João, fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Fazendeiros da região acompanhavam o caso da sede do sindicato rural da cidade, onde promoveram reuniões.

Nas fazendas em questão, um índio foi assassinado há três semanas num suposto confronto com os fazendeiros, com um tiro no rosto.

O prazo para efetivar o mandado emitido uma semana atrás por juiz federal de Ponta Porá expirava ontem. Os índios, perturbados com a ideia da desocupação, disseram que, mesmo com forças federais no local, estão dispostos a enfrentá-las.

Nos arredores das quatro fazendas ainda invadidas, era intensa a mobilização militar ontem o dia todo. Ao menos seis viaturas da Força Nacional montaram uma base em frente à sede da fazenda Fronteira, ocupada há um mês. Da entrada da cidade de Antônio João até dentro das fazendas ocupadas havia guarnições do Exército circulando.

OCUPAÇÃO

Da fazenda Fronteira (uns 10 quilômetros distante da cidade), o efetivo da Força Nacional - composto por policiais militares vindos de outros estados, principalmente do Rio de Janeiro e Nordeste do País - controlam o trânsito de índios e ruralistas nas vias que conduzem às outras fazendas invadidas, Primavera, Cedro e Piquiri.

O tenente da Força, Guaraniere Santos Oliveira, afirmou que, caso as áreas fossem reintegradas ontem, a ação teria



SEM REINTEGRAÇÃO. Medida deveria ter sido cumprida ontem, mas índios permanecem nas fazendas

de ser coordenada pela Polícia Federal. "Como eles [PF] não têm efetivo, vão pedir reforço nosso", informou o oficial. Guaraniere não quis prolongar o diálogo porque ordens de Brasília o limitam a cuidar da segurança no local, apenas, e que foram desautorizados a conceder entrevistas.

Da base onde ficam os homens da força até o grupo de índios guarani-caiova que ocupa a fazenda fronteira, a distância não supera 200 metros.

Sem se incomodar com os militares, os índios homens, ontem à tarde, pescavam no córrego Estrela, e as mulheres lavavam roupas.

TENSOS

Já a dois quilômetros dali, um grupo maior de índios, em torno de 50, na fazenda Cedro, inquietos, disseram que o juiz que havia determinado a reintegração de posse não "era humano, gente, apenas um defensor de fazendeiros".

Saiba

Ministro veio ao Estado no dia 2 de setembro

No dia 2 de setembro, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, esteve em Campo Grande. Na data, ficou acordado que seriam definidas cinco áreas de conflito no Estado para tentar um acordo em cada uma delas. Foi criada comissão formada por representantes do Governo Federal, Estadual, produtores e lideranças indígenas para entrar em acordo sobre as situações. Noventa e cinco fazendas encontram-se invadidas por índios em Mato Grosso do Sul.

Segurando flechas e apreensivos, os índios que opinavam sobre a reintegração não quiseram se identificar em português e não autorizaram registros de imagens, só de longe, desde que não se "identificasse ninguém". Falavam na língua guarani, de difícil compreensão pela rapidez na pronúncia.

"O que está acontecendo aqui é uma vergonha para o Brasil. Aguardamos há anos por estas terras (ex-presidente Lula decretou o local como território indígena em 2005), e aqui vamos ficar. De bisavô a neto, daqui não saímos. Vai se derramar sangue, se possível", disse um dos índios, com idade presumida de 30 anos.

"Foi, daqui a uns 30 dias, nada por resolvido, vamos retomar todas as áreas, todas. A Justiça brasileira atende a interesse de fazendeiros. Já ouviu dizer de algum juiz decidir numa causa que nossa terra deve ser desocupada pelos fazendeiros, hem, já viu ou ouviu?", queixou-se o

rapaz, que segurava uma flecha fabricada com bambu e que tinha conectado na ponta um material pontiagudo, com aparência de firme, resistente.

Em torno de 20 homens seguravam flechas. Nas vias da

aldeia Maracatu, que fica ao lado das fazendas, os índios também circulavam com flechas, ora em bicicleta, ou a pé. Um dos guarani carregava na mão um rádio comunicador.

Produtores esperam cumprimento de reintegração

A presidente do Sindicato Rural de Antônio João, Roseli Ruiz, promoveu uma longa reunião que ocupou parte da manhã e início da tarde para debater o cumprimento da reintegração de posse. No entanto, a audiência terminou e ela não quis comentar o teor do debate.

No meio do encontro, ela saiu da sala e disse que homens do Exército estavam monitorando as áreas invadidas. Tais informações seriam repassadas à Polícia Federal, que cumpriria o mandado logo.

A informação não foi confirmada pelo Exército, porque os oficiais que atuam na área não dialogam com a imprensa sobre dados da operação que desenvolvem na região.

A Polícia Federal não havia aparecido nas fazendas ocupadas pelos índios até o início da noite. Um fazendeiro que se propôs a falar com a reportagem, sem autorizar o nome do jornal, disse que aguardava com entusiasmo a reintegração.

"Acho que nós, os ruralistas, não precisamos acompanhar ou pressionar pela reintegração. Mandado de juiz precisa ser cumprido, isso deve acontecer daqui a pouco", disse o

fazendeiro, ontem à tarde. Questionado se ele não temia novas invasões depois da retirada das forças federais, resumiu: "você vai ver tudo que aconteceu de novo", retrucou o fazendeiro, favorável à ideia de que a solução do impasse está nas mãos do governo federal. "Indenize a gente e isso acaba".

ENTENDA

O conflito envolvendo índios e fazendeiros em Antônio João dura quase duas décadas. Em 2005, crendo numa trégua e sustentando-se em estudos antropológicos, o ex-presidente Lula decretou 9,3 mil hectares, ocupados por fazendeiros, como território indígena. Os ruralistas reagiram à ideia e moveram ação no Supremo Tribunal Federal, corte máxima do país.

Passaram-se dez anos e, de concreto, o caso foi enviado para a Justiça Federal, em Ponta Porá, que mandou tirar os índios das fazendas. Medida igual foi anunciada também em 2005, assim que o STF pôs em xeque a decisão de Lula, mas, à época, o mandado não fora cumprido. (CB)

ANTONIO JOAO

Fazendeiros e índios ficam isolados depois de confronto

Envolvidos em disputa por terra estão encurralados; no meio, as forças federais



VIGADA. Guarnição armada do Exército circula por aldeia, e fazendas são invadidas de dia e também à noite

CELSE BEJARANO

A ida das forças federais para a zona de conflito, em Antônio João, região de fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, se, por um lado, contive os ânimos de fazendeiros e índios, por outro, isolou as duas partes que disputam na Justiça o controle de 9,3 mil hectares de terra. Desde um mês atrás, assim que deflagrada uma onda de invasões, não se vê na região nenhum trator ou outro maquinário cultivando a terra, peão tocando bolada e os índios praticando alguma atividade agrícola.

A Aldeia Marangatu e as

áreas rurais aos arredores abrigam, hoje, uma forte base militar, nunca vista na região.

Dia 22 do mês passado, um índio morreu baleado na cabeça, num suposto confronto com proprietários que quiseram tirar à força os indígenas da área. Ninguém foi preso pelo crime até agora.

Desde então, foram para lá policiais da Força Nacional, Exército e Departamento de Operações de Fronteira, o DOF. Na aldeia, entrada e saída da cidade, ninguém transita sem ser inspecionado pelas forças federais.

Por dois dias, a reportagem do **Correio do Estado** loco-

moveu-se pela aldeia e pelas fazendas e notou que, embora a intensa movimentação de índios com flechas e viaturas militares carregadas com forte armamento, poucos veem no policiamento a solução do embate pelo domínio da área, que dura desde 1998, 17 anos atrás, ano da primeira invasão.

Em frente à Fazenda Fronteira, de Dácio Queiroz, a Força Nacional estaciona suas viaturas. Dali, os militares monitoram vielas que ligam as outras três propriedades ocupadas.

Policiais disseram que o fazendeiro pouco sai de casa e, quando deixa o local, segue



SITIADA. Força Nacional montou base em frente à Fazenda Fronteira



SITIADA II. DOF vigia sede da Fazenda Barra, dono não sai do local

por outro caminho, como forma de evitar aproximação dos índios. Uns quatro quilômetros dali, situa-se a Fazenda Barra, de Pio, irmão de Dácio.

Pio, marido da presidente do Sindicato Rural de Antônio João, Roseli Ruiz, apesar da insistência, disse que não havia interesse em conversar com a imprensa, apenas aguarda as "definições judiciais", ou seja, que os índios afastem-se de sua fazenda.

Em frente à sede da fazenda de Pio, com frequência, fica estacionada uma viatura do DOF e ao menos cinco militares. A reportagem apurou que Pio não sai de lá há um mês. A maioria dos bovinos foi retirada da área e levada para outras propriedades, distantes dali.

ÍNDIOS

Já os índios ocupam a maior parte do tempo, de dia e de noite, reunidos em frente a um



Saiba

PF ainda define data para cumprir reintegração

Por acreditar no decreto presidencial assinado em 2005, que declarou a área como território indígena, os cerca de 1,5 mil índios guarani kaiowá de Antônio João querem para eles a terra ocupada, atualmente, por nove fazendeiros. Contudo, os ruralistas discordaram da ideia e ingressaram com recursos judiciais. A última mexida no processo determina a reintegração de posse, isto é, manda a Polícia Federal tirar os indígenas das quatro fazendas ainda invadidas pelos guarani. O prazo da desocupação expirou sexta-feira, e não há data definida para cumprir a ordem.

Imóvel da Fazenda Cedro, que fica no caminho que leva às fazendas Fronteira e Barra. Os guarani disseram que dali não saem, mesmo se os policiais federais forem lá cumprir o mandado de reintegração.

Jovens, crianças e idosos, andando, pilotando motocicletas ou pedalando bicicleta pela aldeia sempre levam consigo flechas. Eles ficam apreensivos sempre que veem carros circulando por lá. Até sábado à tarde, os guarani disseram que não tinham sido notificados da decisão que prevê a reintegração de posse. Desde o início das invasões, os índios não vão mais para a cidade de Antônio João, cerca de 10 quilômetros da aldeia. Disseram temer possíveis ataques.

Briga de fazendeiros e índios envolve CPI, igreja e governo

Deputada culpa entidade dos católicos pelas invasões; arcebispo ataca poder público

CELSO BEJARANO E VALQUÍRIA ORIQUI

Influenciados pelos recentes embates envolvendo a comunidade indígena e os fazendeiros, que disputam o controle de terras, com histórico de morte de dois índios e o ferimento de outros três, a Assembleia Legislativa, a Igreja Católica e o governo do Estado de Mato Grosso do Sul entraram no assunto, que é polêmico e delicado.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pela Assembleia e que define, na sessão de hoje, seus integrantes quer culpar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Igreja Católica, pelas invasões de terras.

Já o governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) instituiu uma comissão estadual para acompanhar os conflitos com a intenção de prevenir e evitar possíveis confrontos.

O arcebispo de Campo Grande, Dom Dimas, um dos principais líderes da Igreja Católica na cidade, já reagiu contra a formação da CPI: ele defendeu o conselho indigenista e disparou esta: "acho que tanto fazendeiros quanto índios são vítimas, para mim o grande culpado de toda essa situação se chama Poder Público".

ATAQUE

O cérebro da CPI que quer investigar o Cimi é a deputada Mara Caseiro, do PT do B. Para ela, o Conselho Indigenista capta recursos internacionais das Organizações Não Governamentais, as chamadas ONGs, e o dinheiro, que deveria ser investido em melhorias na qualidade de vida dos índios,

Saiba

Comissão deve atrair da Funai à Famasul

A comissão criada pelo Estado para prevenir eventuais conflitos de índios e fazendeiros terá nove representantes, conforme edição de ontem do Diário Oficial. De acordo com o publicado, os integrantes escolhidos atuam hoje na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (1), Polícia Militar (1), Assembleia Legislativa (2), Ministério Público Estadual (1), Fundação Nacional do Índio (1), Ordem dos Advogados do Brasil (1), Polícia Federal (1) e Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (1).

tem promovido conflitos, as invasões de propriedades privadas, no caso.

Segundo a parlamentar, o cenário que se apresenta hoje não tem só o Cimi como protagonista.

"Outras ONGs estão envolvidas na suspeita de estar financiando esses conflitos, porém, as investigações da CPI estão direcionadas ao Cimi", avisou Mara Caseiro.

Ela disse ainda que integrantes do Conselho Indigenista estariam indo morar nas aldeias com intuito de incentivar as invasões, apenas isto.

A deputada argumentou que as denúncias relacionando o Cimi nas questões das invasões indígenas não são de hoje. "A partir de 1998 aqui no Estado



NA PORTEIRA. Em Antônio João, forças federais vigiam estradas, aldeias e áreas rurais há um mês

Já se comentava sobre a participação do Cimi nessas invasões. Indígenas declaravam que integrantes do Cimi e da Funai (na época) incitavam e financiavam esses indígenas", detalhou Mara.

Para fundamentar o pedido da abertura da CPI, a deputada exibiu um vídeo, durante a sessão ordinária, em que índios falam sobre a atuação do Cimi nas aldeias, um deles relata que o órgão não apoia indígenas que são contrários às invasões e que membros do conselho atuam "fazendo a cabeça" dos indígenas e recrutando crianças e jovens para invadir propriedades privadas.

Outra imagem exibida pela deputada mostra a presença de dois membros do Cimi durante o processo de invasão de propriedade situada no município de Dois Irmãos do

Buritil. Um deles é Flávio Machado, coordenador do órgão em Mato Grosso do Sul, disse a deputada.

Para Mara, o dinheiro recebido das organizações internacionais será bem-vindo para elevar as condições de vida dos indígenas. "Tivemos acesso a um dos contratos firmados com uma ONG internacional que remeteu recursos ao Brasil em 2000, 2001 e 2002 no valor total de R\$ 450 mil dólares", garantiu a deputada.

"Neste contrato, duas pessoas são citadas como responsáveis por desenvolver projeto que envolve a retomada de terra indígena e melhorias para eles, e não é isso que está acontecendo", denunciou a deputada.

Apesar de observar a intenção do Cimi de prestar papel para o desenvolvimento dos

índios, estas ações não estão expostas, ao contrário, pregam ódio, desavenças e descumprimento com as causas sociais, segundo interpretação da parlamentar.

A guerra se instalou no campo em busca de uma "ideologia absurda", refletiu Mara. "Entendemos que há uma ação de enfraquecer a classe produtora, o setor produtivo do País, além de ter uma outra intenção, que é se apropriar das riquezas naturais que temos. Fui prefeita de Eldorado, conheço bem nossas aldeias, sempre tive preocupação com a questão indígena e reintegrá-los como cidadãos brasileiros com direitos e deveres", analisou a ex-prefeita.

A primeira etapa da CPI será ouvir depoimentos de produtores, pois, segundo a deputada, alguns integrantes do Cimi

Saiba

ENTENDA CASO

O último embate envolvendo índios e fazendeiros ocorreu em Antônio João, região de fronteira, em Mato Grosso do Sul. Exatamente um mês atrás, um índio morreu baleado na cabeça enquanto ruralistas tentavam retomar a área que havia sido invadida por um grupo de guarani-caiová. Depois da morte, cuidam da segurança na região a Força Nacional, o Exército e o Departamento de Operações de Fronteira. A Justiça mandou tirar os índios das quatro fazendas ainda ocupadas por eles, mas até ontem a ordem não havia sido cumprida. Os índios disputam judicialmente com os fazendeiros 9,3 mil hectares, área tida como território indígena por decreto presidencial de 2005. Até agora, a Polícia Federal não descobriu quem matou o índio. No fim de semana, três índios, também guarani, foram baleados numa emboscada supostamente coordenada por seguranças de fazendeiros, em Paranhos, outra região de fronteira. Em maio de 2013, outro índio, desta vez terena, morreu baleado numa operação de integração de posse, em Sidrolândia. Até agora, ninguém foi preso. Os terena também reivindicam a área.

Já teriam sido identificados. Ao todo, cinco membros titulares e cinco suplentes serão escolhidos hoje durante a sessão da Assembleia Legislativa. Apesar de a bancada do PT ter questionado a relevância das investigações, a CPI foi aberta e tem prazo de 120 dias para ser concluída.



ÁLVARO REZENDE

MORTE. Mês passado, em Antônio João, um índio morreu baleado; ele estava em área invadida



MORTE II. Em 2013, um índio terena morreu baleado durante reintegração de posse, em Sidrolândia

Arcebispo diz que Cimi nada teme e que foco de CPI deve ser outro

Questionado sobre a CPI instaurada para investigar o Cimi, o arcebispo de Campo Grande, dom Dimas Lara Barbosa, defendeu a entidade surgida por iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, em 1972, ao dizer que a entidade não tem nada a esconder.

“Acho que tanto fazendeiros quanto índios são vítimas, para mim o grande culpado de toda essa situação

se chama Poder Público”, afirmou o arcebispo.

Dom Dimas sustentou que o cenário atual é consequência de um problema que se arrasta durante décadas. “Investigar a verdade é ótimo. Gente que quer se aproveitar da situação existe de todas as partes. Investigação é necessária, tem que ser feita. Não temos que ter medo da verdade. Mas acho que o foco deveria ser onde está o

verdadeiro culpado, o poder público”, enfatizou dom Dimas, que repetiu o que havia dito antes: “índios e fazendeiros são as vítimas”.

Apesar de defender o Cimi, o líder católico afirma que no passado a entidade já havia sido investigada. “Acho que o Cimi não tem nada a temer. Já tive notícias de que no passado houve intervenção do Cimi. O conselho defende o direito dos povos indígenas,

o problema é que temos uma condição de conflito. Fazendeiros pagaram pela titulação de suas terras, e o culpado é que titulouse, cabe ao poder público resolver essa situação”, argumentou Dom Dimas, que complementou o raciocínio citando que não teme investigações e que está disposto a depor, caso necessário.

MAIS DEFESA

O deputado estadual Pedro

Kemp, do PT, contrário à criação da CPI do Cimi, acha que a investigação deve aumentar ainda mais a temperatura entre fazendeiros e índios.

“Esta CPI não vai contribuir em nada para solucionar os conflitos de terras em Mato Grosso do Sul, pelo contrário, poderá acirrar ainda mais os ânimos das partes envolvidas, além de desviar o foco do problema, buscando

um culpado para a situação”, disse o parlamentar.

Segue Pedro Kemp: “O Estado deveria, neste momento, priorizar as articulações com o Governo Federal no sentido de buscar a solução definitiva para a questão, ou seja, a demarcação das terras indígenas com a indenização dos proprietários rurais detentores de títulos de boa-fé”. (CB e VO)

QUESTÃO INDÍGENA

Tribunal mantém reintegração de posse em Antônio João

Índigenas invadiram fazendas em agosto; desde então, a situação na região tem sido tensa

LUCAS JUNOT

Índigenas das etnias guarani e caiuí terão que desocupar as áreas invadidas na cidade de Antônio João, interior do Estado do Mato Grosso do Sul (MS). O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador federal Fábio Prieto de Souza, negou pedido da Fundação Nacional do Índio (Funai) e manteve liminar da 1ª Vara Federal de Ponta Porã, que havia determinado a reintegração de posse.

O magistrado entendeu que os índios, ao ocuparem mais de 300 hectares da área rural, descumpriram acordo judicial feito em 2006, que previa a permanência da comunidade indígena em área de 30 hectares.

Ao analisar o pedido de suspensão da liminar, o presidente do TRF3 rejeitou a alegação da Funai de que os índios não estão dispostos a deixar a área e pretendem resistir até a morte.

“O conflito, que já era grave e de difícil solução, tornou-se, então, refém de um mal ainda maior: o recurso sistemático ao discurso e à prática da violência. O Supremo Tribunal Federal interditou a tática. A



EXÉRCITO. Tropas estão em Antônio João, a pedido do governo estadual, desde 1º de setembro

discussão do grave conflito não pode ser feita com a ameaça retórica do recurso à violência, seja qual for o interesse contrariado e o seu titular”, disse o desembargador federal Fábio Prieto.

A Funai alegou ainda que, em março de 2005, o presidente da República homologou, por meio de decreto, a demarcação da terra indígena. Contudo, Prieto explicou que o STF concedeu liminar

no mandado de segurança para suspender o decreto.

“A questão da demarcação ainda está pendente de exame no Poder Judiciário. Este fato, contudo, não autoriza a ocupação de outras áreas, além daquelas já atribuídas aos indígenas, por meio de acordo, no limite de 30 hectares”, concluiu o presidente do TRF3.

“A Presidência desta Corte não pode proferir qualquer decisão referente à posse da

área questionada, sob pena de desrespeito - claro ou dissimulado - à liminar concedida no Supremo Tribunal Federal, ainda em vigor”, completou o desembargador federal Fábio Prieto.

A Polícia Federal disse que foi notificada da decisão, mas ainda não tem data prevista para dar cumprimento à medida, uma vez que necessita planejamento e logística para mini-

mizar qualquer problema.

ENTENDA

Há 10 anos, em 2005, o Governo Federal homologou parte das propriedades rurais da cidade como terra indígena. A partir daí, houve série de cobranças por parte dos índios para que a área fosse demarcada, no entanto, nada foi feito.

Em agosto, indígenas invadiram fazendas e fizeram famílias de produtores reféns. No dia 26, o clima ficou ainda mais tenso e produtores rurais bloquearam estradas que dão acesso à cidade em forma de protesto. As rodovias foram liberadas durante a noite. No dia seguinte, a situação era menos tensa na região, mas a invasão continuava e policiais do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) fizeram a segurança para evitar confrontos entre indígenas e fazendeiros. No dia 29, o líder guarani Semion Vilhalva foi morto durante conflito com fazendeiros.

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) pediu ajuda ao Governo Federal para ajudar a diminuir a tensão em área de conflito fundiário do Estado e foi atendido pela Presidência da República:

Saiba

Duas CPIs sobre indígenas

Há duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) criadas pela Assembleia Legislativa para investigar os motivos pelos quais acirram-se há décadas os ânimos entre índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul. Primeiro, surgiu a CPI do Cimi, o Conselho Indigenista Missionário, organização ligada à Igreja Católica e que, para os deputados estaduais da bancada ruralista, seria a grande incentivadora das invasões de fazendas. Já nesta semana, despontou a CPI do Genocídio, meio de descobrir as razões dos assassinatos de índios.

tropas do Exército começaram operação no Estado no dia 1º de setembro. (Colaborou Maressa Mendonça)

ANTÔNIO JOÃO

Supremo cancela reintegração, mas não resolve conflito

Índios chegaram a bloquear rodovia na cidade, mas a liberaram ao saber da decisão; produtores silenciaram-se

CELSO BEJARANO
DE ANTÔNIO JOÃO

O cancelamento da liminar que suspendeu ontem a retirada dos índios de três fazendas ocupadas, desde julho passado, comprova a ídela de que o Supremo Tribunal Federal (STF), corte máxima brasileira, tem uma cota de culpa pelas constantes ameaças de conflitos, com históricos de mortes, envolvendo os guaranis kaiowás e os ruralistas, em Antônio João, cidade de Mato Grosso do Sul, na região de fronteira com o Paraguai.

Ontem, o STF derrubou a liminar que determinava a reintegração de posse das fazendas Fronteira, Cedro e Primavera, com extensão aproximada de 3 mil hectares. Este território e outros 6 mil hectares da região, por imposição de decreto presidencial de 2005, foram tidos como área dos índios, mas os ruralistas contestaram a medida no mesmo Supremo, que garantiu a posse da terra aos produtores. Desde então, período de dez anos, não há desfecho para a causa.

Se, por um lado, a reintegra-



Tropas

A força policial que ia cumprir reintegração de posse ontem, em Antônio João, seguiu viagem para Amambai, cidade também situada na faixa de fronteira com o Paraguai, onde deve cumprir ordem judicial que manda um grupo de índios sair da fazenda Guaviry. O desfecho desta operação pode ser o mesmo que ocorreu ontem, já que MPF e a Funai ingressaram com recurso no STF, pedindo suspensão da reintegração de posse. Tropas do Exército, Força Nacional e DOF, no entanto, permanecem na cidade.

ção suspensa contentou os índios, a sentença de ontem provocou indignação dos fazendeiros. Assim que amanheceu, por volta das 5 horas, ao menos 100 policiais, do Exército e da Polícia Federal e Militar,

preparavam-se para cumprir o mandado de reintegração. Levantamento feito ontem, pela força policial, indicou que cerca de 500 índios teriam de deixar as áreas ocupadas. Mas logo chegou a notícia de que a operação deveria ser abortada, porque a vice-presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, havia suspenso a liminar de reintegração, emitida um mês atrás pela Justiça Federal, em Ponta Porã.

"Ela [ministra] suspendeu a liminar porque, se cumprida, havia o risco de uma convulsão social. A fazenda Fronteira, por exemplo, viraria um palco de guerra. Os índios estavam dispostos a resistir, mesmo com a presença da força policial", disse Elder Paulo Ribas da Silva, coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Ponta Porã. A Funai e o Ministério Público Federal (MPF) moveram os recursos contra a expulsão dos índios.

SILÊNCIO

Representantes do Sindicato Rural do município adotaram o silêncio o dia todo. A presidente da entidade, Roseli Ruiz,



OCUPADA. Imagem mostra uma das fazendas retomadas pelos indígenas, desde agosto deste ano

disse que não falaria nada. Em tom de irritação com a decisão do STF, ela informou à reportagem que poderia procurar outro membro do sindicato ou fazendeiro que quisesse comentar o assunto, mas eles também foram reticentes.

Sem autorizar a publicação de nomes, alguns fazendeiros garantiram que, daqui em diante, a classe deve promover uma onda de protestos por toda a região. "Vamos retomar os bloqueios de estrada, manifestações na Assembleia Legislativa; aguardem, surpresas vêm por aí", disse um dos ruralistas, que classificou a decisão da ministra do STF como "ato de comunista". Quando as áreas foram invadidas, em agosto, o sindicato dos ruralistas trancaaram uma vez por dia, por período de duas semanas, trechos da entrada e saída do município, na MS-384.

O coordenador da Funai disse acreditar que a suspensão da liminar deva acelerar o processo no STF. Ele também é a favor de que os fazendeiros sejam indenizados pelas terras.

Guaranis kaiowás se alegram e continuam nas fazendas

A notícia da suspensão da liminar que determinava a reintegração de posse foi recebida com euforia por ao menos 80 índios que bloquearam o trânsito na MS-384, no trecho que liga Antônio João à cidade de Bela Vista, uns 5 km distantes da entrada que conduz à fazenda Fronteira.

Com pedaços de galhos e troncos de árvores, os guaranis kaiowás travaram o tráfego de veículos na rodovia, das 4h às 8h. Armados com arcos e flechas, eles disseram que "sabiam" da decisão, mas que estavam ali para terem "a certeza" de que não seriam expulsos da área.

Já perto das 8h, apareceram representantes da Funai no local, com cópia da decisão na mão. Dalí em diante, os índios, entre adultos, idosos e crianças, vibraram feito tor-

cedores de futebol, no instante do gol de seus clubes.

Os guaranis kaiowás limpavam a pista, subiram nas carrocerias de cinco caminhonetes da Funai e retornaram para a fazenda Fronteira, onde participaram de um ritual. A reportagem do **Correio** foi impedida de entrar no local.

A professora Leila Aquino, uma das líderes dos índios, disse que agora espera uma decisão definitiva do STF. "Já esperamos por dez anos, dez anos! Tomara que o governo indenize logo os fazendeiros e que a gente viva agora em paz", disse a professora guarani, formada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Até ontem à tarde, os índios mantinham ocupações nas fazendas Fronteira, Cedro, Primavera e Piquiri.

